

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA  
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
SUSTENTÁVEL**

**DANIEL GARCIA DA ROSA**

**ACESSIBILIDADE DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL: UM ESTUDO DA ROTA  
AGROBIRATÃ**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PARANÁ - BRASIL  
2024**

DANIEL GARCIA DA ROSA

**ACESSIBILIDADE DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL: UM ESTUDO DA ROTA  
AGROBIRATÃ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Linha de pesquisa: Inovações Sociotecnológicas e Ação Extensionista

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosislene de Fátima Fontana

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PARANÁ - BRASIL  
2024**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

GARCIA DA ROSA, DANIEL

ACESSIBILIDADE DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL: UM ESTUDO DA ROTA AGROBIRATÃ / DANIEL GARCIA DA ROSA; orientadora ROSISLENE DE FÁTIMA FONTANA. -- Marechal Cândido Rondon, 2024.

144 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2024.

1. ACESSIBILIDADE. 2. INCLUSÃO SOCIAL. 3. TURISMO NO ESPAÇO RURAL. I. FONTANA, ROSISLENE DE FÁTIMA, orient. II. Título.



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Reitoria

CNPJ 78.680.337/0001-84

Rua Universitária, 1619, Jardim Universitário

Tel.: (45) 3220-3000 - [www.unioeste.br](http://www.unioeste.br)

CEP: 85819-110 - Cx. P.: 701

Cascavel - PARANÁ



## **DANIEL GARCIA DA ROSA**

### **ACESSIBILIDADE DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL: UM ESTUDO DA ROTA AGROBIRATÃ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Inovações Sociotecnológicas e Ação Extensionista, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:



Documento assinado digitalmente

ROSISLENE DE FATIMA FONTANA

Data: 13/11/2024 18:14:03-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Orientador(a) - Rosislene de Fátima Fontana

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

---

Alvori Ahlert

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

---

Nândri Cândida Strassburger

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

---

Marcelo Roger Meneghetti

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

Marechal Cândido Rondon, 29 de agosto de 2024

À Marilza, minha amada esposa, que, mesmo descobrindo e enfrentando corajosamente um câncer durante o período em que eu cursava o mestrado, não deixou de me apoiar em cada passo dessa jornada. Com você, aprendi o verdadeiro significado de força e resiliência, e encontrei a paz e o amor que me sustentaram em meio aos desafios. Obrigado por seu carinho, sua paciência e por me fazer sentir vivo de verdade. Sou eternamente grato por tê-la ao meu lado.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda força e esperança, por me sustentar nos momentos mais difíceis e por me guiar ao longo desta jornada. Pela fé que me deu coragem para continuar mesmo diante das adversidades e por ter me cercado de amor e apoio nos momentos em que mais precisei. Que essa caminhada seja para Sua honra e glória.

Ao meu pai Messias (*in memoriam*) e minha mãe Maria de Lourdes (*in memoriam*), por todo amor e cuidado que sempre tiveram conosco, quero dizer que essa conquista não é só minha, mas é nossa. E graças à união de vocês dois, com os dois filhos caçulas. Obstáculos foram superados, vitórias foram conquistadas e alegrias foram compartilhadas.

Aos meus filhos Carlos Daniel e Marcus Vinicius, que são minha maior fonte de inspiração e alegria. Obrigado por serem tão compreensivos durante os momentos em que estive ausente, mergulhado em estudos e trabalhos. Cada sorriso, abraço e palavra de incentivo de vocês renovou minha força e me deu coragem para seguir adiante. Sou imensamente grato por todo o amor e por me lembrarem, diariamente, das coisas mais preciosas da vida.

Aos meus parceiros Luiz Carlos, Dulce, Aline, Giovani, Eloisa e Marta, que me deram motivação diária e pacientemente compreenderam minha ausência enquanto eu me dedicava a este trabalho, sempre me fazendo acreditar que chegaria ao fim dessa etapa.

A Professora, Dr<sup>a</sup> Rosislene de Fátima Fontana, minha profunda gratidão pela dedicação, paciência e sabedoria ao longo de toda esta jornada. Obrigado por acreditar no meu trabalho, mesmo nos momentos em que eu mesmo duvidei, e por suas orientações tão valiosas que me guiaram a alcançar este objetivo. Sua confiança, apoio e disponibilidade foram fundamentais para que eu pudesse crescer, não apenas academicamente, mas também como pessoa.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Alvorí Ahlert, Prof. Dr. Marcelo Roger Meneghetti, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nândri Cândida Strassburger, minha sincera gratidão por aceitarem o convite para participar desta avaliação e por dedicarem seu tempo e expertise para analisar meu trabalho. Suas sugestões, críticas construtivas e questionamentos foram extremamente valiosos para o aprimoramento desta pesquisa e para meu crescimento acadêmico. Obrigado por contribuírem de forma tão

significativa para este momento importante da minha trajetória. E, ao membro suplente: Prof. Dr. Adilson Francelino Alves que estava disposto a colaborar.

Com profunda admiração, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS) da UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, e a todo o corpo docente, pelo acolhimento e apoio ao longo desta jornada. Em especial, gostaria de expressar minha gratidão à servidora Lizete Maria Eckstein Fredo, cujo suporte foi indispensável em diversos momentos. Sinto-me verdadeiramente grato por ter feito parte de um programa tão hospitaleiro e humanizado, que não apenas fomenta o conhecimento, mas também valoriza o crescimento pessoal.

Aos meus colegas, que estiveram ao meu lado durante esta jornada, deixo minha profunda gratidão. Obrigado pela parceria, pelas trocas de conhecimento, pelas palavras de incentivo e pelos momentos de descontração que tornaram esse caminho mais leve. Aprendi muito com cada um de vocês e levo comigo não apenas o conhecimento acadêmico, mas também as amizades que construímos ao longo desta trajetória.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação, minha mais sincera gratidão pelo conhecimento compartilhado, pela dedicação e pelas orientações que tanto contribuíram para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Cada aula, cada conselho e cada desafio proposto foram fundamentais para que eu pudesse ampliar meus horizontes e desenvolver uma visão mais crítica e aprofundada. Obrigado por serem verdadeiras fontes de inspiração ao longo desta jornada.

Aos proprietários rurais da Rota Agrobiratã, minha profunda gratidão por abrirem as portas de seus empreendimentos e compartilharem suas experiências comigo. Obrigado pela receptividade, confiança e pela generosidade em dedicar seu tempo para contribuir com esta pesquisa. Sem o envolvimento de vocês, este trabalho não seria possível. A paixão e o empenho de cada um foi fontes de grande inspiração ao longo desta jornada.

A CAPES, gestora de pós-graduação stricto sensu no país.

“A verdadeira medida de uma sociedade é  
como ela trata seus membros mais  
vulneráveis.”  
Mahatma Gandhi

## RESUMO

ROSA, Daniel Garcia da. Acessibilidade do Turismo no Espaço Rural: Um estudo da Rota Agrobiratã. 2024. 125f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade do Oeste do Paraná, Unioeste, 2024. Orientadora: Dr<sup>a</sup> Rosislene de Fátima Fontana.

Esta dissertação aborda a acessibilidade no turismo no espaço rural, com foco na Rota Agrobiratã, investigando a adequação dos empreendimentos de turismo no espaço rural na Rota Agrobiratã para pessoas com deficiência. O objetivo principal foi analisar as condições de acessibilidade nos pontos turísticos da rota, verificando a conformidade com normas legais e as necessidades dos turistas com deficiência. O estudo também buscou identificar os desafios e as oportunidades para a promoção de um turismo mais inclusivo na região. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com métodos de levantamento de dados por meio de observação direta, com visitas *in loco* nas propriedades e conversas informais com os proprietários. Utilizou-se um *checklist* que permitiu uma avaliação sistemática dos aspectos observáveis da acessibilidade nas áreas estudadas. As fontes de dados incluem os proprietários dos empreendimentos da Rota Agrobiratã. A coleta de dados foi feita por observação direta e a análise dos dados foi feita com a ferramenta SWOT. Os resultados indicaram que, embora a Rota Agrobiratã tenha iniciativas em direção à acessibilidade, muitos empreendimentos ainda apresentam barreiras físicas e atitudinais que limitam a inclusão plena de pessoas com deficiência. Além disso, a falta de infraestrutura adequada e a escassez de treinamentos específicos para os trabalhadores de turismo são desafios significativos. Como principais conclusões, destacam-se a necessidade de maior conscientização sobre acessibilidade, investimentos em infraestrutura e a capacitação contínua de trabalhadores do setor para garantir um turismo verdadeiramente inclusivo no espaço rural.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Inclusão Social. Turismo no Espaço Rural.

## ABSTRACT

ROSA, Daniel Garcia da. Acessibilidade do Turismo no Espaço Rural: Um estudo da Rota Agrobiratã. 2024. 125f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade do Oeste do Paraná, Unioeste, 2024. Orientadora: Dr<sup>a</sup> Rosislene de Fátima Fontana.

This dissertation addresses accessibility in rural tourism, focusing on the Agrobiratã Route, investigating the adequacy of rural tourism enterprises along the Agrobiratã Route for people with disabilities. The main objective was to analyze the accessibility conditions at the tourist sites along the route, checking compliance with legal standards and the needs of tourists with disabilities. The study also aimed to identify the challenges and opportunities for promoting more inclusive tourism in the region. The research adopted a qualitative approach, using data collection methods through direct observation, with on-site visits to properties and informal conversations with the owners. A checklist was used, allowing for a systematic evaluation of observable accessibility aspects in the studied areas. Data sources include the owners of the enterprises along the Agrobiratã Route. Data collection was done through direct observation, and data analysis was conducted using the SWOT tool. The results indicated that, although the Agrobiratã Route has initiatives toward accessibility, many enterprises still present physical and attitudinal barriers that limit the full inclusion of people with disabilities. Furthermore, the lack of adequate infrastructure and the scarcity of specific training for tourism workers are significant challenges. Key conclusions highlight the need for greater awareness of accessibility, investment in infrastructure, and continuous training for sector workers to ensure truly inclusive tourism in rural areas.

**Keywords:** Accessibility. Rural Tourism. Social Inclusion.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	23
Figura 2 – Localização Município Ubiratã .....	51
Figura 3 – Placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná –Horticultura JM.....	55
Figura 4 - Produtos Embutidos Saran .....	56
Figura 5 - Variedade de Produtos Embutidos Saran .....	57
Figura 6 - Defumador Embutidos Saran.....	57
Figura 7 - Rótulo dos Produtos Agroindústria Napoleão .....	58
Figura 8 Produtos Agroindústria Napoleão .....	59
Figura 9 - Placa Original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná – Agroindústria Jaboticabal.....	60
Figura 10 – Placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná - Pesque-Pague Arcanjo.....	62
Figura 11 – Parte externa: antes e depois da reforma .....	63
Figura 12 – Estacionamento e entrada do Pesque-Pague do Arcanjo.....	63
Figura 13 – Produtos Pesque-Pague do Arcanjo .....	64
Figura 14 – Área externa Pesque-Pague Arcanjo.....	64
Figura 15 – Placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná -Piscicultura Magni.....	69
Figura 16 – Placa Agroindústrias Dalla Corte.....	74
Figura 17 – Produtos Artesanais Agroindústrias Dalla Corte .....	75
Figura 18 – Local de Produção Açúcar - Agroindústrias Dalla Corte .....	76
Figura 19 – Placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná – Chácara Nossa Senhora Aparecida.....	82
Figura 20 – Vista frontal e do salão de festas da Chácara Nossa Senhora Aparecida .....	83
Figura 21 – Corredor lateral, acesso e interior dos banheiros – Chácara Nossa Senhora Aparecida.....	86
Figura 22 – Placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná – Empreendimento Recanto Olaria.....	87
Figura 23 – Placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná – Rancho Madeira Velha .....	91

Figura 24 – Arquitetura toda em madeira do Rancho Madeira Velha.....	92
Figura 25 – Vista externa do Rancho Madeira Velha .....	92
Figura 26 – Limite entre o empreendimento e a área de conservação .....	93
Figura 27 – Banheiro, salão de jogos e cozinha interna – Rancho Madeira Velha ...	97
Figura 28 – Rampas de acesso à área de piscina e externa. Cozinha externa – Rancho Madeira Velha.....	97
Figura 29 – Placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná – Recanto Rio Azul .....	99
Figura 30 – Vista frontal e interna do Salão de Festas – Recanto Rio Azul .....	100
Figura 31 – Trilhas e abundância de fontes de água – Recanto Rio Azul.....	100
Figura 32 – Banheiros e dormitórios – Recanto Rio Azul.....	103
Figura 33 – Área externa do Salão de Festas e piscina – Recanto Rio Azul .....	104
Figura 34 - Estradas de ligação Rota Agrobiratã.....	107

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conceitos e definições de turismo turismo rural/turismo em espaços rurais na literatura brasileira .....	36
Quadro 2 – Definição das deficiências, segundo o Ministério do Turismo .....	45
Quadro 3 – Análise SWOT – Empreendimento Pesque-Pague do Arcanjo .....	65
Quadro 4 - Análise SWOT - Empreendimento Piscicultura Magni .....	70
Quadro 5 - Análise SWOT - Empreendimento Agroindústrias Dalla Corte.....	78
Quadro 6 - Análise SWOT - Empreendimento Chácara Nossa Senhora Aparecida .	84
Quadro 7 - Análise SWOT - Empreendimento Recanto Olaria.....	89
Quadro 8 - Análise SWOT - Empreendimento Rancho Madeira Velha .....	95
Quadro 9 - Análise SWOT - Empreendimento Recanto Rio Azul.....	101
Quadro 10 - Análise SWOT – De Todos os Empreendimentos da Rota Agrobiratã	106

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO .....	16
1.2	OBJETIVO GERAL .....	17
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	17
1.4	JUSTIFICATIVA .....	17
1.5	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	18
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>19</b>
2.1	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	19
2.2	ESPAÇO RURAL .....	23
2.3	AGRICULTURA FAMILIAR .....	27
2.4	TRANSFORMAÇÕES DO MEIO RURAL, COM INÍCIO DA PRÁTICA DE ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS .....	30
2.5	TURISMO: UMA OPÇÃO PARA O NOVO RURAL .....	33
2.6	POLÍTICA PÚBLICA E TURISMO NO ESPAÇO RURAL .....	37
2.7	PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO ESPAÇO RURAL .....	39
2.8	CRIAÇÃO DA ROTA AGROBIRATÃ .....	41
2.9	DEFICIÊNCIA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....	43
2.10	ACESSIBILIDADE NO TURISMO NO ESPAÇO RURAL .....	45
<b>3</b>	<b>MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	<b>47</b>
3.1	TIPOS DA PESQUISA .....	47
3.2	ABORDAGEM DE PESQUISA .....	48
3.3	MÉTODO .....	48
3.4	COLETAS E ANÁLISE DE DADOS .....	49
3.5	FERRAMENTAS DE ANÁLISE .....	50
3.6	<b>O LÓCUS DA PESQUISA</b> .....	<b>51</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	<b>53</b>
4.1	EMPREENHIMENTOS DA ROTA AGROBIRATÃ .....	53

4.1.1 Empreendimentos que fornecem produtos do meio rural e não recebem visitantes .....	54
4.1.2 Empreendimentos rurais que fornecem produtos do meio rural e recebem visitantes .....	61
4.1.2.1 <i>Pesque-Pague do Arcanjo</i> .....	61
4.1.2.2 <i>Piscicultura Magni</i> .....	68
4.1.2.3 <i>Agroindústria Dalla Corte</i> .....	72
4.1.3 Empreendimentos rurais que se transformaram em lugares para receber visitantes .....	80
4.1.3.1 <i>Chácara Nossa Senhora Aparecida</i> .....	81
4.1.3.2 <i>Recanto Olaria</i> .....	87
4.1.3.3 <i>Rancho Madeira Velha</i> .....	91
4.1.3.4 <i>Recanto Rio Azul</i> .....	98
4.1.4 Análise geral dos empreendimentos da Rota Agrobiratã.....	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	112
REFERÊNCIAS .....	114
APÊNDICE A.....	127
APÊNDICE B.....	129
APÊNDICE C.....	131

## 1 INTRODUÇÃO

Ao se qualificar um espaço como acessível, está se sugerindo que ele foi organizado de maneira a possibilitar o pleno desenvolvimento e a participação das pessoas. Isso significa que não se trata apenas da presença física de alguém em determinado local, mas da realização das adaptações necessárias para que isso ocorra; dessa forma, evita-se um dos maiores equívocos que comprometem a verdadeira inclusão (Piccolo, 2023, p. 13). O mundo é infinitamente vasto e também cheio de possibilidades para todas as pessoas com deficiência, e não há horizontes restritos. Restritas, entretanto, são as iniciativas e políticas sociais vigentes, as quais ainda são, lamentavelmente, incapazes de tornar as cidades acessíveis, preparadas para receber todos os seus residentes e visitantes (IME; MTUR, 2011).

As atividades turísticas acessíveis e inclusivas para pessoas com deficiência ganham visibilidade à medida que pensamentos e comportamentos depreciativos a respeito da capacidade desses indivíduos são rompidos e se compreende que todos têm direito ao lazer e a interessar-se por novas culturas, experiências e lugares (Andrade; Alves, 2011). No entanto, é necessária a sensibilização das pessoas em busca de bem receber a pessoa com deficiência (PcD), e somente com a sensibilização e a conscientização torna-se possível contribuir para esse entendimento e a mudança de postura.

A inclusão está ligada à mudança de comportamento, enquanto a acessibilidade representa a base tecnológica para promover a igualdade de oportunidades. No entanto, Freitas (2013) ressalta que é fundamental que as pessoas na sociedade desenvolvam uma consciência igualitária, de modo a transformar suas atitudes. O autor vai além, afirmando que essa é a razão pela qual existem muito mais iniciativas de acessibilidade do que de inclusão no país (Freitas, 2023).

É necessário, porém, que intenções sejam transformadas em atitudes que proporcionem o bem-estar nos empreendimentos turísticos, não como atos de caridade, mas de empatia, de forma que todos tenham as mesmas oportunidades (Sasaki, 2006). No setor do turismo e lazer, a inclusão começa antes mesmo da compra de determinado serviço ou da experiência do cliente no local; ela se inicia com a disponibilização de informações corretas e acessíveis, que possibilitarão que o turista faça a melhor escolha, de acordo com seus objetivos e desejos (Guimarães, 2007).

Carvalho-Freitas (2007) conceitua deficiência como o “resultado da articulação entre a condição biológica e as contingências históricas, sociais e espaciais, o qual poderá significar uma maior ou menor possibilidade de inserção ou discriminação das pessoas com deficiência” (Carvalho-Freitas, 2007, p. 4). Ao reconhecer que a acessibilidade não é apenas uma questão de rentabilidade, mas também de inclusão e de responsabilidade social, o trabalho do autor destaca a importância de se considerar as necessidades de todas as pessoas ao se planejar e operar empreendimentos turísticos no espaço rural.

Esse segmento do turismo mostra-se uma alternativa de lazer para todos que querem desfrutar da hospitalidade e do aconchego nas propriedades rurais. Nesse caso, os visitantes podem observar o modo de vida dos moradores da zona rural, seus costumes e produtos artesanais, interagindo com a população local, conhecendo seu patrimônio histórico e natural e até mesmo buscando memórias e reencontro de suas raízes (BRASIL, 2010). Assim, vislumbrando a atividade turística como uma oportunidade de complemento de renda ou até mesmo como renda principal, algumas propriedades rurais começaram a trabalhar com o turismo no espaço rural, nas suas diversas modalidades ou tipologias (Queiroz, 2005).

Há uma diversidade de conceitos e definições sobre o turismo no espaço rural, mas o adotado nesta pesquisa será o de Fontana (2010, p. 261) o qual diz que:

O turismo no espaço rural tem se caracterizado pela pluralidade de práticas em virtude da incorporação de novas funções derivadas dos múltiplos recursos, as quais proporcionaram o desenvolvimento de atividades inovadoras, nem sempre tipicamente rurais, ajustadas a uma demanda crescente, como spas rurais, chácaras de recreio, esportes de natureza, entre outras.

Segundo Metzner e Alhert (2018), o desenvolvimento rural deve ser o resultado de uma série de transformações cujos efeitos convergentes, ao longo do tempo, promovem a elevação do nível de vida. Nesse sentido, é importante considerar que o consumo turístico das áreas rurais está ligado a potencialidades que podem fortalecer a identidade um povo, valorizando suas particularidades culturais. Assim, os patrimônios natural e cultural, em suas diversas dimensões, devem ser reconhecidos e valorizados pela comunidade local (Silva; Silva, 2024).

Contudo, o que se tem observado é que muitos desses empreendimentos colocados à disposição dos turistas não têm se atentado para a questão da acessibilidade às pessoas com deficiência. Ao ignorar a importância da acessibilidade,

os empreendimentos limitam seu público-alvo, deixando de atender a uma parcela significativa da população, que poderia usufruir de suas atividades. Essa falta de consideração não apenas perpetua a exclusão social, mas também contribui para uma imagem negativa do turismo no espaço rural, como um setor que não se preocupa com a diversidade e a igualdade de acesso. Sendo assim, a seguir é apresentada a problematização desta pesquisa.

## 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A acessibilidade é um tema cada vez mais debatido no contexto do turismo no espaço rural, sobretudo diante da crescente conscientização sobre a inclusão de pessoas com deficiência em diversas esferas sociais. No Brasil, iniciativas para promover o turismo inclusivo têm avançado, mas ainda encontram barreiras, especialmente em áreas rurais. Assim, no que tange ao turismo rural, setor em que a infraestrutura é, muitas vezes, menos desenvolvida e a adequação a normas de acessibilidade nem sempre é uma prioridade, surge uma questão crucial: os espaços turísticos no meio rural são realmente acessíveis a todos?

Embora o turismo no espaço rural possa oferecer experiências enriquecedoras, a falta de acessibilidade pode se tornar uma barreira para um segmento significativo da população. No caso específico da Rota Agrobiratã, uma rota turística rural que visa a valorizar as tradições e o patrimônio natural e cultural da região de Ubiratã- PR, ela tem atraído cada vez mais visitantes; no entanto, pouco se sabe sobre as condições de acessibilidade dos empreendimentos dessa rota para pessoas com deficiência.

Diante desse contexto, surge o questionamento sobre como os empreendimentos da Rota Agrobiratã têm se adaptado para receber pessoas com deficiência, considerando-se as normas de acessibilidade previstas em legislações e a necessidade de promover um turismo inclusivo. Quais são as principais dificuldades enfrentadas por esses estabelecimentos? Existem práticas já implementadas que buscam garantir a inclusão de pessoas com deficiência, ou ainda há uma carência de adaptações?

Portanto, a presente pesquisa buscou responder à seguinte pergunta: Os empreendimentos de turismo no espaço rural da Rota Agrobiratã estão acessíveis às pessoas com deficiência? A investigação pretendeu explorar as barreiras existentes e

as possíveis soluções para tornar o turismo no espaço rural mais inclusivo, contribuindo para a ampliação do debate sobre acessibilidade em diferentes contextos turísticos.

## 1.2 OBJETIVO GERAL

Investigar a acessibilidade nos empreendimentos de turismo no espaço rural na Rota Agrobiratã, localizada no município de Ubiratã-PR.

## 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Descrever o turismo no espaço rural de Ubiratã-PR;
- b) Identificar a acessibilidade do turismo no espaço rural na Rota Agrobiratã;
- c) Propor sugestões de melhoria da acessibilidade no turismo no espaço rural da Rota Agrobiratã.

## 1.4 JUSTIFICATIVA

Este trabalho considera que as pessoas com deficiência têm o direito de desfrutar do turismo no espaço rural; todavia, para isso, elas necessitam que as instalações e serviços estejam acessíveis e atendam às suas necessidades. Essa abordagem amplia a compreensão do turismo no espaço rural como uma atividade que vai além do aspecto econômico, abraçando, também, valores sociais e éticos.

Dessa forma, ao garantir que as instalações e serviços estejam acessíveis e atendam às necessidades de todas as pessoas, os empreendimentos turísticos podem colher benefícios tanto em termos de reputação e aceitação social quanto em termos de retorno financeiro a longo prazo (Sasaki, 2006). A decisão de tornar o turismo acessível não é apenas uma questão de rentabilidade, mas também de inclusão, responsabilidade social e cumprimento das leis de acessibilidade (Sasaki, 2006). Essa visão aplica-se também ao turismo no espaço rural.

A pesquisa, com uma abordagem interdisciplinar, propõe uma articulação entre a análise dos dados e as exigências da legislação vigente. A análise do corpus sugere ações que mitiguem as barreiras de acessibilidade nos empreendimentos de

turismo no espaço rural. Dessa forma, a investigação contribui para a promoção da acessibilidade nos empreendimentos turísticos da Rota Agrobiratã, buscando torná-los mais inclusivos e acessíveis para todas as pessoas, independentemente de suas capacidades.

## 1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A organização de um relatório de pesquisa, ao abordar cada tópico de forma sequencial, garante que o desenvolvimento do estudo seja coeso e objetivo, facilitando a compreensão do leitor. Nesse sentido, após uma introdução que contextualiza a temática do estudo e apresenta o problema de pesquisa, objetivos e justificativa, este trabalho segue uma estrutura clara.

No capítulo 2, é realizada a fundamentação teórica que sustenta esta pesquisa científica. Esse capítulo engloba uma discussão sobre desenvolvimento sustentável, mudanças no espaço rural e percepções associadas, o papel crucial da agricultura familiar para impulsionar o desenvolvimento rural sustentável, bem como a relação entre espaço rural e turismo. Além disso, são apresentados os conceitos de turismo no espaço rural e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, juntamente com informações relevantes sobre planejamento turístico rural e a criação da rota estudada. Ainda trata da deficiência e pessoal com deficiência e da acessibilidade no turismo no espaço rural.

O capítulo 3 detalha o desenho da investigação, incluindo a seleção da área de estudo, o tipo de pesquisa e a abordagem metodológica adotada, as propriedades estudadas, os métodos de coleta de dados e a técnica de análise empregada. Já o capítulo 4 aborda o estudo empírico que foi conduzido, oferecendo uma caracterização sucinta da região e das propriedades selecionadas para a pesquisa. Além disso, são apresentadas a análise e a discussão dos resultados obtidos, culminando com a proposição de alternativas de melhorias para a acessibilidade na rota estudada.

Finalmente, o capítulo 5 apresenta as considerações finais desta dissertação, consolidando os principais achados, destacando contribuições para a área de estudo e oferecendo direções para pesquisas futuras.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O turismo mostrou-se, nos últimos anos, como uma atividade crescente, identificada, por muitos estudiosos, como uma solução importante para o desenvolvimento de muitos países. Isso também se aplica ao Brasil, um país que é reconhecido mundialmente por suas vastas riquezas naturais, clima variado e cultura diversificada, o que o torna um destino turístico atrativo para visitantes de todo o mundo. Por isso, o turismo tem se mostrado uma solução viável para o desenvolvimento econômico e social de diversas regiões do Brasil (Rodrigues, 2001).

No entanto, esse desenvolvimento é, frequentemente, confundido com a escala econômica da atividade turística. Em muitos casos, questões importantes como a qualidade de vida da população local e o ambiente são esquecidas. Isso acontece quando os equipamentos turísticos não são adequados aos locais visitados, ou quando a circulação de pessoas não respeita a capacidade de carga desses locais. Nesse sentido, manifesta-se a preocupação com a criação de relatórios sobre o desenvolvimento rural sustentável e a inclusão do turismo nesse contexto (Klein, 2021).

Na próxima seção, apresentam-se as transformações do meio rural com início da prática de atividades não agrícolas, definição dos termos “turismo no espaço rural”, “desenvolvimento sustentável” e “acessibilidade”.

### 2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento pode ser definido como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam (Sen, 2000). Ou seja, o desenvolvimento somente é válido se possibilitar a liberdade dos indivíduos e se visto como um processo que abarca todas as liberdades e que as expande ao longo do tempo (Sen, 2000). Isso significa que o verdadeiro desenvolvimento não pode ser medido apenas por indicadores econômicos ou materiais, mas deve ser avaliado pelo grau de liberdade e capacidade das pessoas de realizar suas escolhas e alcançar seus objetivos. Logo, a concepção de desenvolvimento vai além do conceito tradicional de indicadores qualitativos das sociedades ou da crítica na relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, afirmando que o desenvolvimento apenas é possível com liberdade (Sen, 2000).

Sachs (2002, p. 60) propõe o desenvolvimento “como apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se aí o direito coletivo ao meio ambiente”. Isso significa que o desenvolvimento verdadeiro não pode ser alcançado apenas por meio do crescimento econômico, mas requer a criação de condições que promovam igualdade, equidade e solidariedade entre os indivíduos e as comunidades. Essas condições incluem não apenas a distribuição justa de recursos materiais, mas também o acesso igualitário a oportunidades educacionais, serviços de saúde, participação política e proteção animal (Sachs, 2004). Surge, então, o conceito de desenvolvimento sustentável.

Um marco importante na conceituação de desenvolvimento sustentável ocorreu na Comissão *Brundtland* das Nações Unidas, em 1987. Foi nesse contexto que foi apresentada uma das primeiras definições formais desse termo, o qual enfatiza a necessidade de conciliar desenvolvimento econômico, social e ambiental para garantir a satisfação das necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. O relatório resultante desse trabalho, conhecido como Relatório *Brundtland* ou “Nosso Futuro Comum”, delineou uma série de recomendações e metas para os países adotarem a fim de promover o desenvolvimento sustentável (De Araújo; Carneiro e Palha, 2020).

Essas medidas abordaram questões como conservação dos recursos naturais, erradicação da pobreza, promoção da igualdade social, fortalecimento da governança e participação pública, entre outros temas relevantes (De Araújo; Carneiro e Palha, 2020). Para Boff, a

[...] sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução (Boff, 2012, p. 107).

Em 1990, surgiu o atual modelo designado de Desenvolvimento Rural Sustentável – DRS, que representou uma mudança significativa na abordagem do desenvolvimento rural, buscando integrar preocupações ambientais, sociais e econômicas para promover o fortalecimento das comunidades rurais. O conceito de “nova ruralidade” foi fundamental nesse processo, destacando a necessidade de repensar o ambiente rural não apenas como um espaço de produção agrícola, mas como um ambiente multifuncional que abriga uma variedade de atividades

econômicas, sociais e culturais. Essa abordagem reconhece a diversidade e complexidade das realidades rurais e busca promover o desenvolvimento local sustentável, valorizando os recursos naturais, culturais e humanos das comunidades rurais (Moreira; Carmo, 2004). As novas ruralidades buscam o elo entre os agentes econômicos: comunidade, poder pública e iniciativa privada, o que caracteriza um novo período de desenvolvimento do ambiente rural brasileiro (Blanco, 2009).

O propósito do DRS é promover o desenvolvimento voltado para a equidade social e a preservação ambiental como meios para melhorar o bem-estar da população rural. Isso significa que o DRS busca garantir que o desenvolvimento rural não se restrinja apenas ao crescimento econômico, mas também leve em consideração a justiça social e a proteção do meio ambiente. Isso pode incluir investimentos em infraestrutura básica, como estradas, energia e saneamento, bem como programas de apoio à produção agrícola, acesso a crédito e assistência técnica (Blanco, 2004).

Os programas de desenvolvimento rural têm enfrentado o dilema de como desenvolver o meio rural quando somente a atividade agrícola tradicional já não garante mais o indispensável a uma atividade econômica eficiente (Blos, 2005). Nesse cenário, a utilização de recursos locais que implementem novas atividades econômicas competitivas, como no caso do turismo, pode ser a resposta para este dilema vivenciado no meio rural (Fontana; Santos; Fontana, 2020). A atividade turística possui uma importância significativa para o desenvolvimento rural, pois pode ser entendida, também, como uma estratégia para promover o conhecimento público em relação a determinados locais, promovendo, assim, o desenvolvimento local, além de satisfazer as necessidades de uma determinada região (Bezerra; Ferko, 2018).

No contexto rural, o desenvolvimento sustentável implica práticas agrícolas e ambientais que preservem os recursos naturais, promovam a segurança alimentar, garantam a equidade social e melhorem a qualidade de vida das comunidades rurais, sem comprometer as oportunidades das gerações futuras. Isso pode incluir medidas como agricultura orgânica, manejo sustentável dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, desenvolvimento de infraestrutura rural e promoção de sistemas de produção inclusivos e participativos (De Araújo; Carneiro; Palha, 2020). Portanto, o relatório da Comissão *Brundtland* teve um papel fundamental ao colocar o desenvolvimento sustentável na agenda global e fornecer orientações práticas para

os países adotarem políticas e práticas que promovam a sustentabilidade em todas as duas dimensões, incluindo-se o desenvolvimento rural.

Uma das primeiras conferências sobre sustentabilidade a ter visibilidade foi a ECO 92 (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento), que recebeu grande cobertura por parte da imprensa. Originou-se, nesse encontro, a Agenda 21, um plano abrangente de ação para promover o desenvolvimento sustentável no século XXI. A Agenda 21 abordou uma ampla gama de questões, que incluiu conservação ambiental, desenvolvimento econômico, equidade social, participação pública e fortalecimento institucional. Na ocasião, foram ainda publicados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), um conjunto de oito objetivos que os países se comprometeram a alcançar até 2015 (Blanco, 2009).

Essa agenda foi concebida como um documento dinâmico e colaborativo, destinado a orientar a ação de governos, organizações internacionais, setor privado e sociedade civil na busca por um futuro mais sustentável e foi aplicada entre 2000 e 2015. Ela incentivou a cooperação internacional e a troca de experiência entre países, regiões e comunidades, visando a encontrar soluções compartilhadas para os desafios globais (Blanco, 2009).

Atualmente, a ONU propõe uma nova agenda de desenvolvimento sustentável: a Agenda 2030 foi adotada em 25 de setembro de 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu na sede da ONU, em Nova York e é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal (Klein, 2021). Além disso, a agenda destaca a importância da colaboração e da parceria global, reconhecendo que os problemas enfrentados pela humanidade são complexos e requerem ação conjunta de todos os países, setores e comunidades.

Essa agenda inclui os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apresentados na figura 1, e 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem, de acordo com suas próprias prioridades, e atuem no espírito de uma parceria global que oriente as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro (Klein, 2021). Objetivo 1 – Erradicação da pobreza; Objetivo 2 – Fome Zero; Objetivo 3 – Saúde e Bem-Estar; Objetivo 4 – Educação de Qualidade; Objetivo 5 – Igualdade de Gênero; Objetivo 6 – Água Potável e Saneamento; Objetivo 7 – Energia Limpa e Acessível; Objetivo 8 – Trabalho Decente

e Crescimento Econômico; Objetivo 9 – Indústria, inovação e infraestrutura; Objetivo 10 – Redução das Desigualdades; Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis; Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis; Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima; Objetivo 14 – Vida na água; Objetivo 15 – Vida Terrestre; Objetivo 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; Objetivo 17 – Parcerias e meios de implementação (OMT, 2023).

Figura 1 Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Plataforma Agenda (2030, 2020)

Os objetivos incluídos no segmento de turismo, para efeito desta pesquisa, serão: 1, 3, 10, 12 e 17, os quais falam sobre crescimento econômico inclusivo e sustentável, consumo e produção sustentáveis. Em 2001, já havia preocupações quanto às estratégias de desenvolvimento ajustadas aos contextos locais, com ênfase nas populações tradicionalmente rurais (Cavaco, 2001). Dessa forma, é necessário abordar o tema do espaço rural ao discutir o desenvolvimento sustentável.

## 2.2 ESPAÇO RURAL

No Brasil, adota-se o critério político-administrativo e define-se como urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) complementa essa definição ao considerar como área urbanizada

toda área de vila ou cidade legalmente definida como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana (IBGE, 1999). Além disso, as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas à expansão urbana também são consideradas urbanizadas, segundo o IBGE. Essa definição abrange não apenas as áreas densamente urbanizadas, como também aquelas que estão passando por processos de urbanização ou que estão destinadas a se tornarem urbanas no futuro. Isso reflete a abordagem dinâmica da urbanização e reconhece a complexidade do desenvolvimento urbano em um país diverso como o Brasil (IBGE, 1999).

As mudanças sociais ocorridas ao longo do último século têm desempenhado um papel significativo no fortalecimento da atividade turística. Entre essas mudanças, a diminuição da carga horária de trabalho das pessoas é um fator importante, pois resulta em mais tempo livre para atividades de lazer, incluindo-se viagens e turismo. Com mais tempo disponível, as pessoas têm a oportunidade de explorar novos destinos, experiências e culturas, contribuindo para o crescimento da atividade do turismo (Schneider, 2016). Além disso, as transformações no modo de pensar em relação aos produtos de consumo têm influenciado o crescimento do turismo.

Cada vez mais, as pessoas estão buscando experiências e bens não tangíveis, como viagens, aventuras e momentos de relaxamento, em vez de apenas bens materiais. Isso tem impulsionado a demanda por serviços turísticos e destinos que ofereçam experiências únicas e memoráveis. Essas mudanças de mentalidade têm acelerado e destacado o desenvolvimento do turismo, levando ao surgimento de novas tendências e segmentos dentro da atividade do turismo, como turismo de aventura, ecoturismo, turismo cultural e turismo de bem-estar (Schneider, 2016). Esses segmentos atendem às necessidades e preferências de um público cada vez mais diversificado e exigente, colaborando para a expansão e diversificação do mercado turístico.

Há uma limitação na definição do espaço rural, que, constantemente, é baseada na ausência de características urbanas, em vez de ser definida por suas próprias características distintas. Essa definição negativa, como aquilo que não é urbano, pode obscurecer as funções e dinâmicas específicas que distinguem o espaço rural do espaço urbano (Grabois, 1999). Além disso, a definição do espaço rural frequentemente é influenciada pelo critério político-administrativo dos poderes municipais, que podem estar mais preocupados com questões fiscais e

administrativas do que com uma compreensão abrangente das características e necessidades das áreas rurais.

Tal posição pode levar a uma classificação arbitrária e simplista do espaço rural, sem levar em consideração suas particularidades e complexidades. Portanto, é importante reconhecer a diversidade de funções e atividades que ocorrem no espaço rural, que podem incluir agricultura, pecuária, turismo rural, conservação ambiental, entre outras (Grabois, 1999). Uma abordagem sensível às características locais e às necessidades das comunidades rurais é essencial para uma classificação mais precisa e uma melhor compreensão do espaço rural e do seu papel no desenvolvimento sustentável.

Veiga (2002) destaca uma limitação significativa do critério político-administrativo adotado para definir áreas urbanas no Brasil. O autor explica que, ao considerar como urbana toda sede de município, mesmo aquelas com população muito pequena, esse critério pode levar a uma classificação inadequada de áreas que, na prática, são mais rurais do que urbanas. O fato de algumas sedes de municípios terem população inferior a 2.000 habitantes, e até mesmo algumas sedes distritais se enquadrarem nesse critério, pode resultar em uma distorção na classificação, denominando como cidades o que na realidade seriam aldeias, povoados ou vilas (Veiga, 2002).

Essa superestimação das áreas urbanas pode distorcer a compreensão da distribuição populacional e das características reais de urbanização no país. Essa distorção também pode ter implicações em termos de planejamento urbano, alocação de recursos e políticas públicas (Veiga, 2002). Se áreas que são essencialmente rurais são classificadas como urbanas, isso pode levar a uma alocação inadequada de recursos e ações voltadas para problemas urbanos que não são pertinentes a essas áreas.

Além desses fatores, que favorecem o turismo em nível global, também está a questão da qualidade de vida, que impulsiona o turismo nas áreas rurais. O crescimento acelerado e desordenado das grandes cidades tem gerado cada vez mais estresse nos cidadãos, fazendo com que busquem ambientes mais saudáveis. Nesse sentido, o ambiente rural proporciona segurança e qualidade de vida (Schneider, 2016). Além disso, as comunidades rurais tendem a ter laços sociais mais fortes e um ritmo de vida mais tranquilo, o que pode ser percebido como uma experiência enriquecedora por quem vive em ambientes urbanos.

Portanto, a busca por qualidade de vida e bem-estar é um dos motivos pelos quais o turismo nas áreas rurais tem se tornado cada vez mais popular. Essas áreas oferecem um refúgio da vida urbana agitada e estressante, proporcionando aos visitantes a oportunidade de relaxar, recarregar as energias e desfrutar de uma experiência mais próxima da natureza e da comunidade (Schneider, 2016).

A imagem do meio rural associado somente às atividades primárias, como agricultura e pecuária, passou por mudanças devido a dois eventos. Primeiramente, surgiu o movimento ambientalista, que trouxe à tona a importância do meio ambiente, da natureza e da produção de alimentos orgânicos. Esse processo impulsionou a valorização da imagem do meio rural e tudo o que está relacionado a ele (Verdum, 2005). Além disso, houve a crise na agricultura, especialmente no setor familiar, o que levou os agricultores a explorarem outras atividades para se sustentarem no meio rural. Apesar de ainda haver pouco conhecimento sobre esses fenômenos, o que já se sabe é suficiente para reconsiderar a visão de que todas as áreas rurais do Brasil estão se esvaziando (Schneider, 2003).

As relações entre cidade e campo têm passado por transformações significativas desde a segunda metade do século XX, e, atualmente, nos países desenvolvidos, observa-se uma valorização crescente das áreas rurais por suas características opostas ao ambiente urbano (Schneider, 2003). As áreas rurais estão sendo cada vez mais valorizadas por oferecerem uma série de benefícios que contrastam com o ambiente artificial e, muitas vezes, estressante das cidades. Entre esses benefícios, destacam-se as paisagens naturais, que podem ser cultivadas ou selvagens, e oferecem uma conexão direta com a natureza, proporcionando uma sensação de tranquilidade e bem-estar (Schneider, 2003). Além disso, a água livre de poluição, o silêncio e o ar puro são aspectos valorizados nas áreas rurais, o que contribui para uma melhor qualidade de vida e para a saúde dos moradores da região e dos visitantes.

Hoje, o meio rural desempenha novos papéis em relação ao desenvolvimento da sociedade. Antigamente, sua associação era apenas com atividades primárias, como agricultura e pecuária, mas, atualmente, tornou-se um local de múltiplas e dinâmicas atividades econômicas, proporcionando às pessoas que lá vivem acesso a condições de vida semelhantes às das áreas urbanas (Schneider, 2003). O meio rural passa a assumir, então, papéis que atendem aos interesses e demandas de toda a sociedade, visto que ali é possível perceber a diversidade de atividades realizadas,

especialmente na agricultura familiar. Essa forma de agricultura procura encontrar alternativas que proporcionem um desenvolvimento sustentável, que possa garantir a permanência dos produtores no campo (Schneider, 2003).

## 2.3 AGRICULTURA FAMILIAR

Para uma discussão aprimorada acerca da agricultura familiar, é essencial destacar a diversidade de conceitos sobre esse tema, um campo complexo e multifacetado. As definições variam significativamente, considerando aspectos como tamanho da propriedade, origem da renda familiar, quantidade e tipo de força de trabalho utilizada, e grau de envolvimento da família nas atividades produtivas (Corbari, 2020). Esses critérios refletem a realidade heterogênea das comunidades rurais e a multiplicidade de modos de vida que coexistem no meio rural.

No contexto das discussões sobre o Ano Internacional da Agricultura Familiar, Corbari (2020) fez menção à revisão abrangente de Garner e O Campos (2014), que identificaram 36 definições diferentes de agricultura familiar, destacando a falta de um consenso universal sobre o tema. Essa pluralidade de definições indica a necessidade de uma abordagem flexível e inclusiva ao formular políticas públicas e programas de apoio, que possam atender efetivamente às necessidades e particularidades das diversas formas de agricultura familiar existentes (Garner; Campos, 2014).

Além disso, entender essas múltiplas definições é crucial para reconhecer a importância da agricultura familiar na sustentabilidade econômica, social e ambiental das áreas rurais. As definições não são apenas acadêmicas; elas têm implicações práticas diretas, influenciando desde a elegibilidade para financiamentos e subsídios até a participação em mercados e a integração em cadeias produtivas mais amplas. Portanto, uma abordagem que leva em conta essa diversidade é fundamental para o desenvolvimento rural, sustentável e inclusivo (Strassburger, 2023).

Nesse sentido, Altmann (2002) considera que a agricultura familiar engloba aqueles que exploram uma parcela de terra como proprietários, assentados, posseiros ou arrendatários, e, ao mesmo tempo, atendem aos seguintes requisitos: utilizam trabalho direto, próprio e de sua família, podendo ter, de forma complementar, até dois funcionários permanentes e contar com a ajuda de terceiros, quando necessário, devido à natureza sazonal da atividade agropecuária. Além disso, a área detida, seja qual for o título de posse, não pode exceder mais de quatro módulos fiscais, conforme

a legislação em vigor. E, por fim, pelo menos 80% da renda familiar bruta anual deve ser proveniente da exploração agropecuária, da pesca ou do extrativismo (Altmann, 2002).

De acordo com as análises realizadas pela *Food and Agriculture Organization* (FAO)/Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária ([INCRA], 2000), a agricultura patronal é caracterizada pela contratação de um número limitado de trabalhadores, uma organização centralizada e uma separação completa entre gestão e trabalho (Elesbão, 2005). Por outro lado, a agricultura familiar apresenta um perfil distributivo e possibilita uma maior igualdade sociocultural. Esse modelo possui vantagens em relação à estabilidade e à capacidade de adaptação, devido à ênfase na diversificação e à maior flexibilidade do seu processo decisório (Elesbão, 2005).

A definição de agricultura familiar surgiu com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. A partir desse programa, a agricultura familiar passou a ser percebida como uma categoria do meio rural, estimulando o surgimento de outras políticas de desenvolvimento rural; logo depois, foi criado o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) mediante o Decreto nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000. A definição como categoria profissional aconteceu com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e com a publicação do caderno Agricultura Familiar: Primeiros Resultados do Censo de 2006 (Stratassburger, 2023).

Nesse novo contexto de pluralidade, ou de múltiplas funções para o meio rural, a criação de pequenas agroindústrias pode ser apontada como uma das alternativas econômicas para a manutenção da agricultura familiar e para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que considera o meio rural como um todo e não apenas ligado à produção agrícola (Prezzoto, 2002 *apud* Pavinato, 2018).

A criação de pequenas agroindústrias oferece diversas vantagens para a agricultura familiar. Em primeiro lugar, elas proporcionam agregação de valor aos produtos agrícolas, permitindo que os agricultores familiares obtenham maior renda e melhores suas condições de vida (Pavinato, 2018). Além disso, essas agroindústrias contribuem para a diversificação da economia rural, reduzindo a dependência de monoculturas e fortalecendo a resiliência econômica das comunidades rurais.

O desenvolvimento sustentável por meio do turismo contribui para apresentar, divulgar e comercializar os produtos e serviços da agropecuária desenvolvidos pela agricultura familiar, agregando valor a estes, possibilitando aumento no faturamento

dessas pequenas propriedades rurais (Arenhart; Fontana, 2019). Isso posto, observa-se, então, que “o meio rural não é mais composto apenas de atividades agrícolas, mas também de atividades não agrícolas [...]” (Elesbão, 2005, p. 17). Dentre elas, o turismo tem se destacado e ganhado espaço como uma atividade capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável do meio rural, principalmente de agricultores familiares.

Conforme Wanderley (1999), a compreensão da categoria social ligada à agricultura familiar está relacionada ao fato de propriedade e trabalho estarem vinculados à família, e essa combinação resulta de características específicas, tanto em termos econômicos quanto sociais. Na agricultura familiar, a terra e o trabalho estão profundamente entrelaçados, ela tende a ser mais diversificada, tanto na variedade de culturas cultivadas quanto nas práticas de produção utilizadas família trabalha diretamente na produção, ao contrário do que acontece nas grandes propriedades, onde o trabalho é frequentemente contratado. (Wanderley, 1999).

Considerando esse contexto, Zanco; Corbari e Alves (2018) enfatizam o papel impulsionador do desenvolvimento desempenhado pela agricultura familiar, que se pauta na diversidade e na qualidade produtiva, visando à produção de alimentos, à preservação do meio ambiente, à geração de renda, com a família sempre enraizada no ambiente rural. Assim, ao combinar produção agrícola, conservação ambiental e desenvolvimento econômico, a agricultura familiar desempenha um papel vital no desenvolvimento sustentável (Zanco; Corbari e Alves, 2018). Ademais, ao promover uma agricultura que valoriza a diversidade e a qualidade, os agricultores familiares contribuem para um meio rural mais equilibrado e resiliente, capaz de enfrentar os desafios econômicos, sociais e ambientais do futuro.

Nessa perspectiva, Fialho e Schneider (2000) destacam a importância das pluriatividades nas práticas do ambiente rural, que podem ser tanto permanentes quanto temporárias. As pluriatividades envolvem a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, permitindo que os habitantes do meio rural diversifiquem suas fontes de renda e aumentem sua resiliência econômica (Fialho; Schneider, 2000).

Ao combinar atividades agrícolas e não agrícolas, os habitantes rurais criam um sistema econômico mais robusto e sustentável, abordagem integrada que facilita o desenvolvimento de comunidades rurais mais resilientes e dinâmicas, capazes de enfrentar os desafios econômicos e sociais contemporâneos (Schneider; Fialho,

2000). Portanto, a valorização das pluriatividades é essencial para promover um desenvolvimento rural sustentável e inclusivo.

No município de Ubiratã-PR, a agricultura familiar está presente, com 1.250 famílias de produtores que obtêm, no campo, a sua subsistência, por meio da produção e da comercialização de alimentos. Essas famílias produzem grãos (soja, milho, trigo, feijão), leite, proteína animal (carne bovina, suína, caprina e de frango, peixe e leite) e outros produtos hortifrutigranjeiros que contribuem para a alimentação da população do município. (UBIRATÃ, 2023). A Prefeitura de Ubiratã criou o Programa Campo Fácil, que é um Convênio tripartite firmado entre o município, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura Paraná (CREA-PR) e a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Vale do Piquiri (AEAVP) para garantir atendimento e assessoria profissional e de qualidade para os agricultores familiares do município (UBIRATÃ, 2023). Na região, existem grandes cooperativas e diversas empresas de assistência técnica particulares, mas elas nem sempre priorizam os produtores familiares; logo, é necessária à implementação de programas que possam prestar essa assistência, de preferência, de forma gratuita (UBIRATÃ, 2023).

#### 2.4 TRANSFORMAÇÕES DO MEIO RURAL, COM INÍCIO DA PRÁTICA DE ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS

O meio rural sofreu diversas transformações ao longo do século XX, e os fatores mais evidentes dessas transformações foram as dificuldades no campo, as crises agrárias e a modernização, a qual inseriu no meio rural a tecnificação dos maquinários agrícolas e a utilização de insumos na produção. Essa novidade tecnológica impossibilitou a permanência dos pequenos agricultores no campo, uma vez que não conseguiam, devido às suas condições financeiras, acompanhar esse novo ciclo; nesse contexto, iniciou-se o processo do êxodo rural (Wandscheer; Teixeira, 2010).

Entre 1820 e 1930, aconteceu, no Brasil, uma difusão cultural, durante a qual as cidades ganharam prestígio e o campo passou a ser visto como um lugar atrasado, decadente e isolado. A partir da década de 40, iniciou-se o processo de industrialização, que aumentou essa contraposição entre o campo e a cidade, o agrícola e o industrial, o rural e o urbano, resultando no entendimento de que a cidade

era lugar de desenvolvimento enquanto o campo era o de subdesenvolvimento (Kloster; Cunha, 2014).

Dessa forma, a história do Brasil, desde o século XIX até meados do século XX, mostrou uma clara divisão entre o campo e a cidade, exacerbada pela industrialização, criando uma disparidade entre o urbano e o rural. Contudo, o entendimento atual busca um equilíbrio, reconhecendo a importância de integrar e valorizar ambos os espaços para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e inclusivo (Souza; Klein, 2019).

A modernização e a inserção de técnicas e inovações tecnológicas passaram a fazer parte do meio rural entre os anos de 1960/1970, quando processos como o melhoramento de sementes, uso de agrotóxicos e fertilizantes, mecanização do plantio, irrigação e colheita passaram a fazer parte do dia a dia dos agricultores. A agricultura passou a ter como objetivo principal a busca incessante por maior produtividade e melhor qualidade dos produtos (Santos, 2006; Kloster; Cunha, 2014).

A modernização alterou, então, toda a estrutura agrária, exigindo investimentos significativos que podem ser obtidos com capital próprio ou por meios de empréstimos bancários. No entanto, pequenos agricultores, cujos recursos não eram suficientes para atender às garantias exigidas pelos agentes financeiros, encontraram dificuldades em acessar financiamentos e políticas públicas (Kloster; Cunha, 2014). Isso os colocou em desvantagem, já que as políticas públicas frequentemente favoreciam as grandes empresas agrícolas, devido ao seu maior impacto econômico e capacidade de influência.

Consequentemente, sem acesso adequado ao crédito e ao apoio governamental, esses agricultores correm o risco de serem excluídos e perderem espaço para grandes corporações. Portanto, para alcançar um desenvolvimento agrário equilibrado e sustentável, é essencial implementar medidas que promovam a inclusão financeira, a assistência técnica e oferecer políticas públicas específicas que apoiem os pequenos produtores, garantindo que todos possam se beneficiar dos avanços tecnológicos e econômicos no setor agrícola (Kloster; Cunha, 2014).

Surgiu, nesse panorama, uma nova realidade no meio rural: ou os agricultores com produções de menor porte buscavam maneiras para se reinserirem no mercado ou deixavam suas propriedades em direção às grandes cidades (Queiroz, 2005). O êxodo rural resultou na exclusão do pequeno agricultor do meio agrícola e também fez surgir novas ruralidades, ou seja, novos sentidos e valores sobre o meio rural.

Dessa forma, se “desencadeou o processo de valorização do campo, da cultura e do ambiente rural, que, posteriormente, deixou de ser visto como espaço em atraso para ser vislumbrado como local onde se centraram os anseios de descanso, lazer e contato com a natureza” (Wandscheer; Teixeira, 2010, p. 47).

Entretanto, na década de 1990, surgiram diversas políticas públicas, programas e projetos voltados para o desenvolvimento rural dos agricultores familiares. Exemplos dessas iniciativas incluem o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PAA (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e os Territórios Rurais e de Cidadania. Essas ações representam uma conquista significativa para a agricultura familiar e o meio rural brasileiro (Kloster; Cunha, 2014).

Emerge, assim, o conceito de pluriatividade no meio rural, de maneira que a agricultura e o campo podem se associar a novos mercados, com criação de novos produtos e serviços. Todavia, é necessário observar que não basta criar novos serviços e produtos, mas combinar o antigo com o novo, ou seja, adaptar ideias e práticas inovadoras a uma realidade já existente. Trata-se de utilizar a inovação e o empreendedorismo no setor agrícola, aliados a outras práticas para a geração de divisas, sem, contudo, descaracterizar a agricultura (Ploeg *et al.*, 2000).

Com esse objetivo, os pequenos agricultores passaram a buscar melhores índices de produtividade em suas atividades agrícolas, bem como a possibilidade de novas atividades produtivas, que utilizem seus próprios recursos, isto é, que valorizem os elementos pertencentes à sua história, à sua luta e à sua propriedade. Essa forma de planejamento possibilitou propriedades mais econômicas e menos vulneráveis às intempéries da agricultura e do meio rural (Ploeg *et al.*, 2000). Sendo assim, o meio rural não pode mais ser definido somente por suas bases agrícolas, “[...] pois a diversidade, a pluriatividade e multifuncionalidade são aspectos marcantes das transformações da agricultura e das áreas rurais a partir da segunda metade do século XX, passando a conformar o cenário rural da atualidade” (Souza; Klein, 2019, p. 17).

Schneider (2003, p. 100) define pluriatividade como “[...] situações em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e, cada vez mais, menos executadas dentro da unidade de produção”. A pluriatividade é uma estratégia positiva, digna e sustentável para a manutenção das famílias rurais no campo, que

contribuiu para a diminuição do fluxo migratório, uma vez que possibilita o aproveitamento da força de trabalho disponível em atividades com mais remuneração (Blanco, 2004).

Esse movimento de diversificação das atividades desempenhadas no meio rural também pode ser classificado como desenvolvimento multifuncional, já que “envolve a introdução de novas funções não agrícolas juntamente às atividades já desempenhadas no espaço rural” (Klein, 2019, p. 19). O desenvolvimento multifuncional tem como elementos básicos: atividade de produção agrícola; atividade de produção não agrícola diretamente relacionada à agricultura: provisão de materiais e meios de produção; serviços de produção (por exemplo, mecanização, proteção de plantas etc.), compra, estocagem, transporte, comércio de produtos agrícolas; atividade não agrícola, indiretamente relacionada ou completamente não relacionada à agricultura, incluindo: turismo rural e agroturismo (organização de férias e recreação, serviços de bebidas e alimentação, serviços de acomodação); economia florestal; cuidado de paisagem e proteção ambiental; todas as outras atividades de produção e serviços não relacionados à agricultura (atividades e serviços públicos, pequenas e médias empresas representando vários negócios) (Souza; Klein, 2019).

Dessa forma, as fontes de renda agrícolas para grupos domiciliares rurais podem ser divididas em dois grupos: a) fontes agrícolas: provenientes das atividades relacionadas à agricultura; fontes externas às atividades agrícolas: trabalho lucrativo externo de um membro do grupo domiciliar (salários, remunerações, rendas de outras atividades) e b) fontes não lucrativas de renda, como, por exemplo, a aposentadoria e os benefícios sociais, interesses e dividendos (Souza; Klein, 2019).

## 2.5 TURISMO: UMA OPÇÃO PARA O NOVO RURAL

As novas ruralidades apresentam ao homem do campo uma nova forma de pensar e viver seu local, e é no contexto dessas transformações que o turismo rural surge como uma atividade econômica possível. Entende-se que diversos fatores favoreceram o desenvolvimento do turismo no espaço rural; porém, em geral, as experiências iniciaram-se em locais com dificuldades econômicas ou que enfrentaram crises agrárias. Além disso, o poder público, por um período, incentivou o desenvolvimento do turismo em localidades distintas das praias, buscando desafogar

o litoral, uma vez que o segmento turístico de sol e praia vem sofrendo, há décadas, com o fenômeno do turismo de massa (Tulik, 2010).

Conforme o Ministério do Turismo (2010), o início do turismo rural, no Brasil, como atividade econômica, teria surgido em 1986, no município de Lages, na região serrana de Santa Catarina, quando algumas propriedades rurais abriram suas portas a visitas e para algumas atividades. Então, o turismo rural iniciou-se a partir de uma ação conjunta entre a iniciativa privada e a pública, por meio da qual, a partir do auxílio do governo, a Fazenda Pedras Brancas juntou-se a outras fazendas da mesma região serrana, para apoiar atrações específicas de cada uma e da região do estado catarinense, de modo a preservar as heranças culturais deixadas pelos colonizadores europeus (Tulik, 2003).

Posteriormente, outras iniciativas se multiplicaram rapidamente e tradicionais fazendas, como Barreiro e Boqueirão, começaram a ofertar hospedagem, além do dia de campo. Lages, município serrano, graças ao empreendedorismo e à organização, transformou-se em região-símbolo da atividade de turismo rural nacional, sendo que foi lá que nasceu a Associação Brasileira de Turismo Rural, em 1996, a partir de um encontro de empresários do turismo rural nacional. Por isso, inclusive, o município foi batizado de “Capital Nacional do Turismo Rural” (Rodrigues, 2001).

Mais tarde, a partir do final da década de 1990, o turismo rural passou a ser vislumbrado como uma oportunidade para proprietários e famílias que enfrentavam dificuldades no setor agropecuário. Essa atividade começou a se difundir pelo país, levando um expressivo número de empreendedores de todas as regiões a investir nesse segmento (MTUR, 2010).

De acordo com Almeida e Riedl (2000), é preciso reconhecer o turismo rural como uma forma de turismo que ocorre em áreas rurais e envolve tanto a atividade agrícola quanto a atividade turística. Acrescente-se que, nos últimos anos, esse setor tem mostrado um crescimento significativo, o que resulta em oportunidades para propriedades rurais, uma vez que a demanda turística em áreas rurais possibilita o desenvolvimento de atividades relacionadas à hospedagem, a alimentação e lazer, as quais surgem como opções não agrícolas para complementar a renda do agricultor (Almeida; Riedl, 2000).

Com base em uma organização de diversas definições do turismo rural adotadas por vários autores e em diferentes países, Tulik (2003) propõe uma classificação bastante abrangente do turismo rural, comparado a outras formas de

turismo, apresentada a seguir: Turismo no Espaço Rural (TER)/Turismo na Área Rural (TAR). Esses termos são usados como sinônimos de turismo rural e englobam todas as formas de turismo realizadas em áreas rurais, as quais incluem desde os aspectos rurais e culturais até os aspectos naturais (Tulik, 2003).

Turismo em Área Rurais e Naturais: esse conceito, entendido por alguns autores como oposto ao turismo urbano, possui um caráter amplo e generalizado, não fazendo distinção entre turismo rural e turismo em áreas rurais. Abrange tanto o turismo ecológico, o agroturismo, o ecoturismo, o turismo de aventura quanto o turismo rural (Tulik, 2003).

A grande diversidade cultural, econômica, ambiental e social de cada região brasileira faz com que a atividade turística desenvolvida no meio rural assuma diferentes terminologias e conceitos. Essa variedade regional resulta em uma ampla gama de práticas e experiências turísticas, refletindo as especificidades locais e a riqueza do patrimônio rural brasileiro. Em razão disso, há uma significativa dificuldade em alcançar consenso sobre a definição e os elementos que caracterizam o turismo rural; porém, a falta de uniformidade nas definições pode dificultar a formulação de políticas públicas e o desenvolvimento de estratégias de promoção turística que sejam eficazes em todo o território nacional (Souza; Klein; Rodrigues, 2019).

Como se verifica, o desenvolvimento do turismo rural no Brasil teve início há mais de 30 anos e ainda hoje há confusão em relação aos seus diferentes conceitos. Focado principalmente na realidade do campo, com suas tradições e cultura, muitas vezes o termo “turismo rural” é utilizado de forma imprecisa, como sinônimo de “turismo no espaço rural”. De acordo com Cals, Capellà e Vaqué (1995), o turismo rural está incluído no campo do turismo no espaço rural; porém, não pode ser considerado como representativo desse universo como um todo.

Com o objetivo de tornar esse processo de compreensão mais simples, em 2007, o Ministério do Turismo introduziu as Diretrizes do Turismo Rural, nas quais é reconhecido o turismo rural como uma série de atividades turísticas realizadas no meio rural. Essas atividades estão comprometidas com a produção agropecuária, visando a valorizar produtos e serviços, ao mesmo tempo que preservam e promovem o patrimônio natural e cultural da comunidade (BRASIL, 2010).

O quadro 1, a seguir, apresenta um levantamento dos principais conceitos e definições acerca do turismo em espaços rurais e do turismo rural.

Quadro 1 – Conceitos e definições da literatura brasileira a respeito do turismo rural/turismo em espaços rurais

<b>Autor(es)</b>	<b>Definição de Turismo rural/Turismo em espaços rurais</b>
Campanhola e Silva (2000)	O turismo no espaço rural consiste em atividades de lazer realizadas no meio rural e contempla as diversas modalidades definidas com base em seus elementos de oferta: turismo rural; ecoturismo; turismo de aventura;; turismo cultural; turismo de negócios; turismo jovem; turismo social; turismo de saúde e turismo esportivo.
Talavera (2009)	Turismo rural é o uso e aproveitamento turístico do ambiente rural. A atividade deve se ater a princípios como o desenvolvimento sustentável, da geração de efeitos eminentemente positivos (preservação do patrimônio, proteção do meio ambiente etc.), de se realizar em áreas “não invadidas”, de incluir a população local como agentes culturais, de ser minoritário e de promover, por meio de encontros espontâneos e de participação, o contato cultural.
Tulik (2010)	Denomina-se Turismo no espaço rural ou Turismo nas áreas rurais todas as atividades de lazer realizadas no espaço rural, no qual estão as chácaras de lazer, os pesqueiros, os hotéis-fazenda e outros, mas sem compromisso com a produção agropecuária.
Fontana (2010)	O turismo no espaço rural tem se caracterizado pela pluralidade de práticas em virtude da incorporação de novas funções derivadas dos múltiplos recursos, as quais proporcionaram o desenvolvimento de atividades inovadoras, nem sempre tipicamente rurais, ajustadas a uma demanda crescente, como spas rurais, chácaras de recreio, esportes de natureza, entre outras.
Candiotto (2010)	O turismo no meio rural ou no espaço rural pode ser entendido por “todas as modalidades turísticas praticadas nesse espaço, independentemente da motivação e das atividades envolvidas”.
Maia (2015)	Turismo no espaço rural são todas as atividades praticadas no meio não urbano; que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: turismo rural, Turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo cultural, turismo esportivo, atividades estas que se complementam ou não.
Duarte e Pereira (2018)	Esse segmento refere-se a toda e qualquer atividade turística vivenciada no espaço rural, tendo como principais ofertas a agricultura e a pecuária.
MTur (2021, p. 49)	O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O Ministério do Turismo (MTUR), em seu documento “Turismo Rural: Orientações Básicas”, define turismo rural como um “[...] conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2010, p. 18). Sendo assim, entende-se que o turismo rural ou turismo no espaço rural possibilita o contato com a natureza, o conhecimento de atividades ligadas à agricultura e à pecuária, aos costumes e cultura local, como também complementa a renda da população local, mediante a oferta e o consumo dos serviços oferecidos.

Assim, para efeito desta investigação, toda atividade turística desenvolvida no meio rural será tratada como turismo no espaço rural. Essa definição abrange uma diversidade de práticas e serviços voltados ao lazer e à interação com o ambiente rural. Ao adotar essa concepção, a pesquisa foca na análise de empreendimentos que integram o turismo ao contexto rural, observando suas características e desafios, especialmente no que diz respeito à acessibilidade.

## 2.6 POLÍTICA PÚBLICA E TURISMO NO ESPAÇO RURAL

A primeira política pública de turismo no Brasil foi instituída pelo Decreto-Lei nº 55/66, de 18 de novembro de 1966; já no cenário da redemocratização, a gestão do turismo no país passou por diversas alterações institucionais e legais (Grechi; Turnes; Guzzatti, 2023), embora até 1990 a atividade turística não fosse considerada prioridade para o governo brasileiro. Os governos tinham a preocupação em investir na indústria e nos grandes centros urbanos, fazendo com que os mais diversos atrativos naturais, históricos e culturais ficassem invisíveis (Santos; Silveira, 2001). Entretanto, em 2003, foi criado o primeiro Plano Nacional de Turismo no Brasil e também o Ministério do Turismo (MTUR) (Sancho; Irving, 2010).

Atualmente, com gestão descentralizada, no nível estratégico, tem-se o Ministério do Turismo, assessorado pelo Conselho Nacional de Turismo e pelo Fórum de Secretários Estaduais de Turismo. No nível intermediário – estados – têm-se os fóruns e conselhos estaduais de turismo (Parcerias com os órgãos estaduais e com os representantes de todos os setores do turismo), e no nível local – municípios – têm-se os Conselhos Municipais de Turismo e os Fundos Municipais de Turismo (Grechi; Turnes; Guzzatti, 2023).

A Lei 11.771/2008, atualmente em vigência, que versa acerca da Política Nacional de Turismo e estabelece as atribuições do Governo Federal no planejamento turístico nacional, determina que a elaboração do Plano Nacional de Turismo, cujas metas e programas são formulados e revisados de acordo com o Plano Plurianual do Governo, e tem como finalidade coordenar as ações do setor público e utilizar os recursos públicos para promover o desenvolvimento da atividade turística no país. A responsabilidade pela elaboração do referido plano é do Ministério do Turismo (BRASIL, 2008).

Ao assumir esse papel, o Ministério do Turismo, por meio dos planos nacionais de turismo, torna-se o agente propulsor do desenvolvimento do turismo nacional e principal fornecedor de políticas públicas e iniciativas voltadas para a geração de emprego e renda, capacitação da mão de obra, apoio à comercialização e fomento do turismo interno e internacional. Além disso, também se encarrega de sistematizar e divulgar informações sobre o setor, fortalecer e integrar os diferentes modos de transporte do país, e segmentar o turismo brasileiro (Valduga *et al.* 2021).

A partir da criação do ministério, o Plano Nacional de Turismo tornou-se o principal documento para ditar os rumos da atividade turística no país, e planos como esse devem ser um elo entre os três níveis (federal, estadual e municipal) de governo, as organizações não governamentais, o setor privado e a sociedade como um todo (BRASIL, 2003).

O primeiro desses documentos foi o Plano Nacional de Turismo – Diretrizes, Metas e Programas (2003), cujo objetivo era propor um modelo de gestão descentralizada do turismo, restabelecendo instituições, como o Conselho Nacional de Turismo e os fóruns estaduais, para que pudessem ser fonte de comunicação entre regiões, municípios e o Governo Federal (BRASIL, 2003). Em seguida, vieram: Plano Nacional de Turismo 2007-2010 -Uma viagem de inclusão; Plano Nacional de Turismo 2013-2016 -O turismo fazendo muito mais pelo Brasil; Plano Nacional de Turismo 2018-2022 -Mais emprego e renda para o Brasil; e em fase de construção na Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, o Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo: Turismo como um setor transversal 2023 a 2023 (BRASIL, 2023).

No Paraná, o turismo no espaço rural vem apresentando uma expansão gradativa nos últimos anos. O Estado é diverso em recursos naturais e culturais; além disso, devido a sua forte tradição agrícola, dispõe de infraestrutura e equipamentos que estão sendo explorados para desenvolver o turismo no espaço rural em suas diversas regiões (Calvente,1999). Normalmente, as atividades desenvolvidas nas pequenas propriedades paranaenses estão vinculadas à agricultura familiar e agropastoril; contudo, para complementar a renda, os proprietários buscam diversificar as atividades locais, sobretudo com atividades não agrícolas, como o turismo. Entretanto, é importante destacar que nem todas as pequenas propriedades trabalham com o turismo rural.

De acordo com o Plano Paraná Turístico 2026, o Estado está dividido em 14 Regiões Turísticas (RT). Essas regiões apresentam características específicas e uma oferta diversificada em segmentos variados: RT-01 – Litoral do Paraná; RT-02 – Rotas do Pinhão; RT-03 – Campos Gerais; RT-04 – Norte Pioneiro; RT-05 – Norte do Paraná; RT-06 – Vale do Ivaí; RT-07 – Ecoaventuras, Histórias e Sabores; RT-08 – Corredores de Águas; RT-09 – Entre Morros e Rios; RT-10 – Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu; RT-11 – Riquezas do Oeste; RT-12 – Lagos & Colinas; RT-13 – Terra dos Pinheiras; RT-14 – Vales do Iguaçu (SEDEST, 2023).

O município de Ubatã está situado na RT-07 – Ecoaventuras. A região oferece uma variedade de atrativos turísticos, destacando-se pelas edificações religiosas, as peregrinações da Rota da Fé, a gastronomia, com pratos típicos, além de festividades, como a Festa do Carneiro no Buraco e a Comcam Fest. Com diversas pousadas rurais e um dos mais renomados complexos hoteleiros do Estado, que conta com fontes termais, a área é uma excelente opção para descanso e lazer no meio rural. A região abriga duas unidades de conservação: A Estação Ecológica do Cerrado, que preserva remanescentes desse ecossistema e promove atividades de educação ambiental, e o Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, que, além de ser um refúgio para a flora e a fauna, possui um rico patrimônio arqueológico, com ruínas de uma das 16 comunidades jesuíticas espanholas fundadas nos séculos XVI e XVII (SEDEST, 2023).

Já no início do século XXI, o turismo no espaço rural configurava-se como um segmento com grande potencial. As regiões do país que possuíam o maior número de empreendimentos de turismo no espaço rural, em 2011, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae (2013), eram as regiões Sul e Sudeste, com 88,1% de empreendimentos pesquisados. De acordo com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - ILCA Brasil (2013), essa forma de turismo é uma atividade em constante crescimento e dinâmica, capaz de envolver diversos ramos de cadeia produtiva, gerando renda, que é um dos fatores dessa ascensão da atividade, além de promover o convívio com a natureza, com as tradições e com os costumes rurais (ILCA, 2013).

## 2.7 PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO ESPAÇO RURAL

Mesmo com a expectativa de inúmeros benefícios, faz-se necessário reconhecer que o turismo no espaço rural, no Brasil, é muito recente e pouco planejado. Prova disso são os novos empreendimentos e iniciativas turísticas que buscam seguir o modelo de turismo europeu, mais antigo e consolidado (Tulik, 2010; Kloster; Cunha, 2014). Embora essa segmentação esteja vinculada à necessidade de se criarem novos produtos turísticos, a tendência atual aponta para modalidades que podem destacar ainda mais a valorização dos recursos naturais e dos ambientes rurais – tanto em seus aspectos físicos quanto culturais. Contudo, é essencial que o desenvolvimento do turismo rural não se sobreponha à atividade agrícola (Silva; Silva, 2024).

A falta de dados e de pesquisas sobre o segmento é um dos fatores limitantes para o turismo no espaço rural; no entanto, os custos socioambientais e culturais provenientes do turismo sem responsabilidade são evidentes, visto que o reconhecimento e a promoção de inúmeras culturas ocorrem normalmente, sem um estudo minucioso dos recursos existentes (Santos; Alcântara; Eliel, 2006). Mesmo que sejam registros simples do número de visitantes, são poucas propriedades rurais que os tem; mais escassos ainda são os dados acerca dos períodos de maior e menor visitação, tempo despendido com a atividade e perfil dos turistas recebidos que são insuficientes para traçar um perfil da atividade no Brasil (BRASIL, 2010).

O turismo no espaço rural está em franco crescimento, porém desordenado, em diversas localidades que são alvos de visitas turísticas, comportamento que é comum a todas as atividades “novas” que surgem na sociedade. Atualmente, esse segmento busca espaço e reconhecimento pelo seu valor, movimento este liderado por todos os envolvidos, principalmente pelos profissionais atuantes e empresas ligadas ao setor. Certamente, esse fenômeno ocorre devido à magnitude da atividade, que é evidenciada pelo crescente número de profissionais que buscam formação na área, pelo aumento dos investimentos destinados ao turismo e pelos estudos sociais e econômicos que são realizados (Medeiros; Moraes, 2013).

O turismo exerce impactos significativos na vida das pessoas que viajam e dos habitantes locais dos destinos visitados; por isso, muitas preocupações com o meio ambiente foram surgindo nas últimas décadas, pois nem todos os recursos naturais são finitos e renováveis. Qualquer mudança ou modificação no meio ambiente ou em algum dos seus elementos devido a uma ação ou atividade é considerada um impacto. Além disso, dependendo do tipo de intervenção, das

modificações feitas e dos eventos subsequentes, é possível avaliar o impacto qualitativa e quantitativamente, classificando-o como positivo ou negativo, ecológico, social e/ou econômico (Pelegriani, 2004) e cultural.

A sustentabilidade no turismo consiste em utilizar os recursos disponíveis sem prejudicá-los, estabelecendo uma capacidade de carga em ambientes naturais, por exemplo. Para que isso ocorra de forma organizada, o planejamento desempenha um papel fundamental em ambientes turísticos (Ruschmann, 1997). O planejamento engloba um conjunto de ideias e propostas baseadas no passado, no presente e no futuro, e é entendido como a organização das ações humanas no território, bem como a construção e direcionamento adequados de instalações e equipamentos, visando a eliminar ou mitigar os efeitos negativos (Ruschmann, 1997). Todo o processo de planejamento é composto por uma coleta de dados da região, uma análise da sua situação atual (diagnóstico) a fim de que, a partir disso, seja elaborada uma projeção que possa redizer o comportamento esperado e as perspectivas futuras, favoráveis ou não (Ruschmann, 1994 *apud* Rose, 2006).

A busca pelo turismo sustentável sempre prioriza a melhoria da qualidade de vida; no entanto, alcançar esse objetivo é bastante difícil, especialmente em países em desenvolvimento, que têm recursos limitados. Ao implantar uma atividade de turismo no espaço rural, é preciso ter em mente os aspectos positivos e negativos, bem como apresentar uma proposta de associá-lo a um desenvolvimento sustentável com base na sustentabilidade turística (Medeiros; Moraes, 2013). Isso visa a otimizar os benefícios provenientes de um turismo responsável e a servir como medida preventiva contra possíveis impactos negativos causados por um turismo no espaço rural desorganizado. Além disso, ajuda a mitigar os efeitos degradantes do turismo tradicional ou de massa nas áreas turísticas populares devido à grande demanda (Medeiros; Moraes, 2013).

Isso posto, Fontana (2010, p. 260) enfatiza que “tem-se clara a evidente necessidade do ordenamento e planejamento da atividade turística, em meio à composição de novos destinos”, com destaque aqui para o realizado no espaço rural, e ainda, com atenção especial para a acessibilidade de todos os turistas e da comunidade local.

## 2.8 CRIAÇÃO DA ROTA AGROBIRATÃ

O modelo de gestão descentralizada do turismo implementado no Brasil permite que cada unidade federativa, região e município busquem suas próprias opções de desenvolvimento, de acordo com suas realidades e características individuais (BRASIL, 2007), considerando-se o Programa de Regionalização do Turismo (PRT). O Paraná criou 14 regiões turísticas, determinadas pelas particularidades existentes em cada uma, divisão que contribui para o processo de regionalização do turismo e, conseqüentemente, para a criação de rotas ou itinerários turísticos rurais (BRASIL, 2007).

Por meio de uma parceria com a Unioeste, financiado pela ConectaDEL e Parque Tecnológico de Itaipu, foi realizado o projeto “Desenvolvimento do Turismo Rural Regional no Oeste do Paraná”. Participaram desse projeto os municípios de Cascavel, Ubatã e Guaraniaçu. Em Ubatã, para formar a Rota Agrobiratã, foram selecionadas 12 propriedades, que atenderam aos seguintes critérios: ser de agricultura familiar e desenvolver algum tipo de atividade ligada ao turismo na propriedade. A partir de sugestão do caminho a percorrer, o visitante, de posse desta rota e possuindo algum tipo de transporte automotor, pode visitar essas propriedades (Klein, 2021).

Em Ubatã, há pequenas e médias propriedades rurais que apresentam atrativos que convidam o turista a conhecer as belezas naturais e viver o cotidiano familiar da produção agrícola (Zen, 2005). Além disso, é possível desfrutar do ar puro do campo. Em relação aos produtos transformados, de origem animal (como queijo, leite e embutidos), e de origem vegetal (como doces e conservas), oferecidos aos visitantes, a atração também está no processo de produção. Vale ressaltar, ainda, a produção e a comercialização de artesanato feito com produtos e elementos naturais locais (Klein, 2021). Nesse contexto, é fundamental que esses produtos sejam identificados com a cultura local, com os elementos da terra e as características histórico-geográficas do território (Zen, 2005).

No que se refere à produção, o turismo rural, na agricultura familiar, destaca-se pelo uso das atividades produtivas da propriedade como a principal atração turística, por meio de demonstrações, explicações e vivências das técnicas utilizadas, nas quais os turistas também podem se envolver como parte do processo. Alguns exemplos incluem visitas pomares, apiários e laticínios, a vinícolas e alambiques, além da observação da criação de animais, em geral (Klein, 2021), visto que algumas técnicas agropecuárias de baixo impacto exercem grande influência sobre os turistas.

## 2.9 DEFICIÊNCIA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146 de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), deficiência corresponde a “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa” (BRASIL, 2015, Art. 3, IV), e a impeça de exercer “seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros” (BRASIL, 2015, Art. 3, IV). O termo deficiência, no entanto, é um conceito em evolução, e conforme a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009a, p.1) “resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras” devido às atitudes ou ao ambiente que impeça a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade.

O termo “pessoa com deficiência”, refere-se àquela pessoa que apresenta algum impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, devido a isso, é impossibilitada de participar plena e efetivamente na sociedade devido a algumas barreiras (BRASIL, 2015). De acordo com o Art. 5º do Decreto nº 5.626, de 2 de dezembro de 2004, o termo “pessoa portadora de deficiência” era utilizado para definir uma pessoa que possuísse alguma “limitação ou incapacidade para” o desempenho de atividade.” (BRASIL, 2004). A partir de 2010, com a publicação da Portaria da Presidência da República nº 2.344, da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH, 2010), esse termo foi substituído por “pessoa com deficiência”, pois a deficiência não se porta, como um objeto, a pessoa tem uma deficiência que faz parte dela (Heck *et al.*, 2023).

Conforme a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), entende-se que são pessoas com deficiência (PcD) indivíduos que apresentam adversidades na função ou nas estruturas corporais, como um desvio ou perdas significativas, associadas aos estados de saúde, referenciando-se a funcionalidades fisiológicas, anatômicas e/ou intelectuais durante um intervalo ou em definitivo, como limitação de atividades e restrição à participação. Tal definição leva em conta os componentes corporais, atividades de participação, fatores ambientais e fatores pessoais (OMS, 2014).

Ainda hoje o conceito de deficiência não é homogêneo; contudo, há dois modelos que comumente têm dominado os estudos: os modelos médicos e os sociais, citados no trabalho de Buhalis e Darcy (2011). O primeiro modelo, médico, considera a deficiência uma adversidade pessoal, que causa diretamente seu déficit por meio de doenças, traumas ou condições de saúde a partir do impedimento biológico; e o segundo modelo, social, em contraste, é utilizado para referir-se a quem tem deficiência como parte da condição humana, sem cura ou tratamento. Esse modelo considera, principalmente, como o ambiente socialmente construído promove a exclusão da participação desse indivíduo.

Segundo a OMS, com dados de 2011, 1 bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência – isso significa uma em cada sete pessoas no mundo. Por isso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas e 232 indicadores a serem atingidos até 2030, trazem sete referências específicas às pessoas com deficiência, visando a assegurar a elas: educação inclusiva e oportunidade de aprendizagem; emprego pleno, produtivo e de igual remuneração; empoderamento e inclusão social; acesso aos transportes públicos e seguros; acesso universal a espaços públicos e inclusivos; disponibilidade de dados confiáveis (ONU, 2015).

Ao longo da evolução das relações sociais, pessoas com necessidades já foram denominadas de inválidas, deficientes, excepcionais, portadores de necessidades especiais, e, recentemente, apenas pessoas com deficiência. Entretanto, independentemente das terminologias, o preconceito está nas atitudes que ainda não foram retiradas da sociedade; além disso, não são garantidos todos os direitos dessas pessoas, porque a sociedade ainda é capitalista, preconceituosa e com segregação social (Nunes *et al.*, 2008).

A legislação brasileira determina que a pessoa com deficiência deve ser tratada com prioridade, garantindo-lhe a acessibilidade. Nos termos do Art. 2º da Lei nº 10.098/2000, acessibilidade é a possibilidade e a condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Nunes, *et al.*, 2008).

Dados do Instituto Brasileiro de turismo (EMBRATUR, 2011) apontam que 10% da população brasileira são compostos de pessoas com deficiência, as quais são

excluídas da atividade turística por falta de infraestrutura adequada. Também de acordo com o IBGE (2010) o Estado do Paraná tem 2.428.673 de pessoas com algum tipo de deficiência, ou seja, um a cada cinco pessoas.

O Ministério do Turismo (2010) define que existem várias deficiências, as quais são descritas no quadro 2.

Quadro 2 – Definição das deficiências

<b>Deficiência</b>	<b>Definição</b>
Física	Refere-se a uma alteração total ou parcial em um ou mais segmentos do corpo humano, que resulta na limitação da função física. Ela pode se apresentar como paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, ostomia, amputação ou ausência de um membro, paralisia cerebral, nanismo, deformidades congênitas ou adquiridas nos membros, mas não inclui deformidades estéticas ou aquelas sem dificuldades no desempenho de funções.
Auditiva	É a perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, constatada por meio de audiograma em diferentes frequências.
Visual	Pode ser entendida como cegueira, em que a acuidade visual é igual ou inferior a 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, ou como baixa visão, o que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com correção óptica, em casos em que a soma da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60, ou a ocorrência simultânea de quaisquer dessas condições.
Intelectual/Mental	Caracteriza-se por um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, com manifestações antes dos 18 anos de idade e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, como comunicação, cuidado pessoal, habilidade social, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.
Psicossocial	Nem toda pessoa com transtorno mental pode ser considerada como tendo uma deficiência psicossocial, mas qualquer pessoa que, em decorrência de um transtorno mental, apresente impactos significativos e prolongados, com redução, déficit ou limitações em sua funcionalidade, pode ser classificada como tendo uma deficiência psicossocial.

Fonte: Lima *et al.*, 2024.

O município de Ubitatã, por sua vez, tem 4.539 pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas (visual, auditiva, física e/ou motora, mental e/ou intelectual), o equivalente a 21,8% da população do Município, que é de 20.809 habitantes. O Ministério do Turismo, com o intuito de estabelecer parâmetros de acesso das pessoas com deficiência às atividades turísticas, criou um manual em que sugere adaptações nas principais áreas do turismo (IBGE, 2010).

## 2.10 ACESSIBILIDADE NO TURISMO NO ESPAÇO RURAL

Piccolo (2023) argumenta que, embora a noção de inclusão tenha desempenhando um papel crucial ao ampliar a compreensão sobre a diferença na

sociedade e inseri-la em uma perspectiva de possibilidade, é fundamental considerar um conceito mais prático e operacional, que se ajuste às novas demandas. “O conceito que oferece maior potencial nesse sentido é, sem dúvida, o de acessibilidade, pois além de contemplar a diversidade dos corpos, propõe a necessária e radical transformação do ambiente para atender a todos” (Piccolo, 2023, p. 13). A acessibilidade é componente não só da mobilidade turística, mas da mobilidade em si. A carência desse componente, portanto, implica a perda de futuros consumidores desses espaços, no aspecto físico (nos transportes, nas edificações e nos demais equipamentos), e também no aspecto virtual, que é questão mais complexa, mas que também merece atenção, para que, a partir disso, a acessibilidade consiga atender seus objetivos (Tinhane; Fouzia, 2017).

No que diz respeito à acessibilidade no meio rural, para além da necessária eliminação de barreiras em qualquer ambiente, é fundamental que o turismo proporcione uma experiência dos espaços latentes de exploração turística, estabelecendo padrões de identificação das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida com o ambiente. Portanto, é necessário que o processo cognitivo se desenvolva a partir da percepção e da compreensão do espaço, de forma que o elas possam conhecê-lo e interagir com ele. Isso requer, por consequência, que os profissionais de turismo estejam conscientes de que, para essas pessoas, a experiência espacial é indispensável, de maneira que elas se identifiquem com os ambientes que desejam desfrutar (Freteiro, 2010).

Além disso, destaca-se que o conceito de turismo acessível diz respeito ao processo colaborativo estabelecido entre os mais diversos atores do sistema turístico, com o objetivo de promover a adaptação da oferta turística a todos os turistas, de acordo com as suas necessidades de acesso, permanentes ou temporárias, visíveis ou invisíveis, mais ou menos severas, de forma que possam dela usufruir com autonomia, igualdade e dignidade, sem barreiras físicas ou relacionadas aos serviços, produtos e ambientes (*WORLD TOURISM ORGANIZATION [UNWTO]*, 2013). No turismo no espaço rural, assim como em qualquer atividade que envolva pessoas e locais, é necessário considerar a relatividade da deficiência. Ao se entender que todas as pessoas devem ter acesso aos espaços rurais sem serem excluídas, pode-se perceber que o conceito de deficiência é limitado e relativo (Duarte; Cohen, 2004).

Isso se explica quando há um desajuste entre as características físicas das pessoas e as condições do ambiente em que elas se encontram. Dessa forma, a

deficiência pode ser vista como uma situação contextual e não como um problema insolúvel (por exemplo, uma pessoa que mora no alto de uma escadaria está em desvantagem em relação àquela que mora mais perto da rua). Esse conceito leva à compreensão de que o problema está no próprio espaço: muitas das limitações enfrentadas pelas pessoas com deficiência não se devem à falta de habilidade delas, mas à inadequação do ambiente construído para acolher diversidades (Duarte; Cohen, 2004). Por esse motivo, a adoção de práticas que possam integrar as PcD se faz necessária para o desenvolvimento sustentável do turismo, principalmente em áreas rurais.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta seção, é apresentada a abordagem metodológica adotada para a realização da pesquisa aplicada, que teve como foco investigar a acessibilidade do turismo no espaço rural na Rota Agrobiratã. São descritos o tipo de pesquisa, a abordagem da pesquisa, o método, tipo de coleta e de análise de dados, a ferramenta de análise e o *locus* da pesquisa.

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

Esta dissertação foi realizada por meio de dois tipos principais de pesquisa: a descritiva e a exploratória. No âmbito descritivo, buscou-se identificar e caracterizar os principais desafios de acessibilidade enfrentados pelo turismo no espaço rural. Isso envolveu uma análise detalhada das barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais que limitam a participação de pessoas com deficiência em atividades turísticas em áreas rurais. A pesquisa também avaliou como essas barreiras se manifestam nos empreendimentos da Rota Agrobiratã, a fim de contribuir para um panorama mais completo sobre as condições de acessibilidade nesses espaços.

Já com a pesquisa exploratória, o foco foi compreender como a superação desses desafios pode influenciar o desenvolvimento do turismo no espaço rural. A investigação buscou *insights* sobre possíveis transformações que a acessibilidade pode gerar, tanto em termos de aumento do fluxo turístico quanto na diversificação de atividades e serviços. O estudo considerou ainda os impactos positivos que a implementação de medidas inclusivas pode ter na reputação dos empreendimentos

turísticos e na percepção de valor por parte dos turistas, ampliando o alcance dessas iniciativas.

Dessa forma, a combinação dos tipos descritivo e exploratório de pesquisa permitiu não apenas mapear os obstáculos à acessibilidade, mas também apontar caminhos para superá-los. Isso contribui para um turismo mais inclusivo e sustentável, além de promover benefícios econômicos e sociais nas áreas rurais. A pesquisa reforça a importância da acessibilidade como um fator estratégico no desenvolvimento do turismo no espaço rural, destacando seu potencial para melhorar a experiência turística e gerar impactos positivos na comunidade local (Gil, 1996).

### 3.2 ABORDAGEM DE PESQUISA

A abordagem qualitativa foi escolhida por sua capacidade de proporcionar uma compreensão aprofundada dos fenômenos estudados (Creswel, 2013). Essa abordagem permite uma exploração detalhada e rica das experiências e percepções dos indivíduos, parte fundamental para captar as complexidades dos desafios de acessibilidade no turismo no espaço rural. Por meio da observação direta, com visitas *in loco* às propriedades e conversas informais com os proprietários, foi possível obter relatos detalhados e pessoais, fornecendo uma visão abrangente sobre suas experiências e dificuldades. Além disso, a utilização de *checklists* permitiu uma avaliação sistemática dos aspectos observáveis da acessibilidade nas áreas estudadas.

### 3.3 MÉTODO

O método qualitativo é amplamente utilizado em investigações exploratórias ou descritivas, sendo particularmente adequado quando se busca compreender fenômenos complexos em profundidade (Serapioni, 2000). Esse método permite captar as nuances e especificidades dos contextos estudados, fornecendo uma visão detalhada das percepções, experiências e realidades dos participantes da pesquisa. No caso estudado, que trata da acessibilidade no turismo no espaço rural, a abordagem qualitativa é essencial para identificar os desafios enfrentados por pessoas com deficiência e também os esforços realizados pelos gestores dos

empreendimentos da Rota Agrobiratã para superar essas barreiras. Dessa forma, o método possibilita uma compreensão mais completa e contextualizada da realidade investigada.

Além disso, o método qualitativo contribui significativamente para uma boa validade interna, pois permite que o pesquisador explore as relações entre os dados, de forma flexível e profunda (Serapioni, 2000). Isso é especialmente importante em estudos que envolvam a acessibilidade, um tema multifacetado, que envolve aspectos físicos, sociais e culturais. A coleta de dados por meio de entrevistas, observações e análises documentais, permite que a pesquisa vá além das estatísticas e números, captando as experiências subjetivas dos envolvidos. Essa abordagem é vital para entender as barreiras invisíveis ou menos evidentes, como as atitudinais, que impactam diretamente a experiência de pessoas com deficiência no turismo no espaço rural.

No contexto deste estudo específico, o método qualitativo se mostra o mais adequado para atender aos objetivos propostos, uma vez que a análise detalhada e interpretativa dos dados permitirá não apenas descrever as condições atuais de acessibilidade, mas também explorar como essas condições afetam o desenvolvimento do turismo. Ao envolver os diferentes atores do turismo rural, como gestores de empreendimentos e turistas, a pesquisa qualitativa oferece uma visão mais rica e detalhada sobre as possíveis soluções para os desafios de acessibilidade. Isso também abre espaço para sugestões práticas, baseadas nas experiências reais dos entrevistados, promovendo uma análise mais robusta e aplicável aos contextos investigados.

### 3.4 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados foi feita por observação direta, com visitas *in loco* aos empreendimentos, conversas informais com os proprietários (Apêndice C) e por meio da utilização de um *checklist* (Apêndice B), ambos construídos com base nas leituras realizadas, para verificação de dados sobre a acessibilidade nas propriedades.

O levantamento e a coleta de dados foram conduzidos em 12 empreendimentos rurais, nos dias 2 e 3 de março de 2024. Para a localização dos empreendimentos, foram utilizados os códigos QR gerados pelo Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural Regional no Oeste do Paraná. Os dados

levantados foram analisados com a ferramenta SWOT, para diagnosticar a acessibilidade dos empreendimentos da Rota Agrobiratã.

### 3.5 FERRAMENTAS DE ANÁLISE

A análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) foi empregada como uma ferramenta estratégica para avaliar o ambiente em que o turismo no espaço rural e acessibilidade estão inseridos. Como ressalta Wehrich (1982), a análise SWOT permite uma compreensão abrangente dos fatores internos e externos que podem influenciar o desenvolvimento do turismo rural.

A análise SWOT fortalece o estudo dos aspectos que influenciam o mercado; por meio dela, torna-se possível a investigação dos cenários econômicos que, associados às informações acerca dos fatores críticos e de sucesso, promovem a manutenção dos empreendimentos por meio de estratégias direcionadas às exigências dos consumidores (Kaczam *et al.*, 2015).

Santana (2005) aponta as quatro dimensões que a Matriz SWOT revela para possibilitar a tomada de decisão. Os eixos da matriz apontam os pontos fortes e fracos, as ameaças e as oportunidades:

**Pontos fortes:** Trata-se de uma autoavaliação de potenciais e limites, com abordagem interna, atentando para critérios percebidos pelos consumidores, como qualidade do serviço, preço atrativo e capacidade de inovar. No entanto, os pontos fortes estão relacionados com vantagens competitivas sobre os concorrentes.

**Pontos fracos:** Relacionam-se à desvantagem competitiva, ou seja, estar em desvantagem em relação aos concorrentes. Para identificar pontos fracos é necessário investigar preço, serviços, instalações e outros fatores que fortaleçam seus concorrentes.

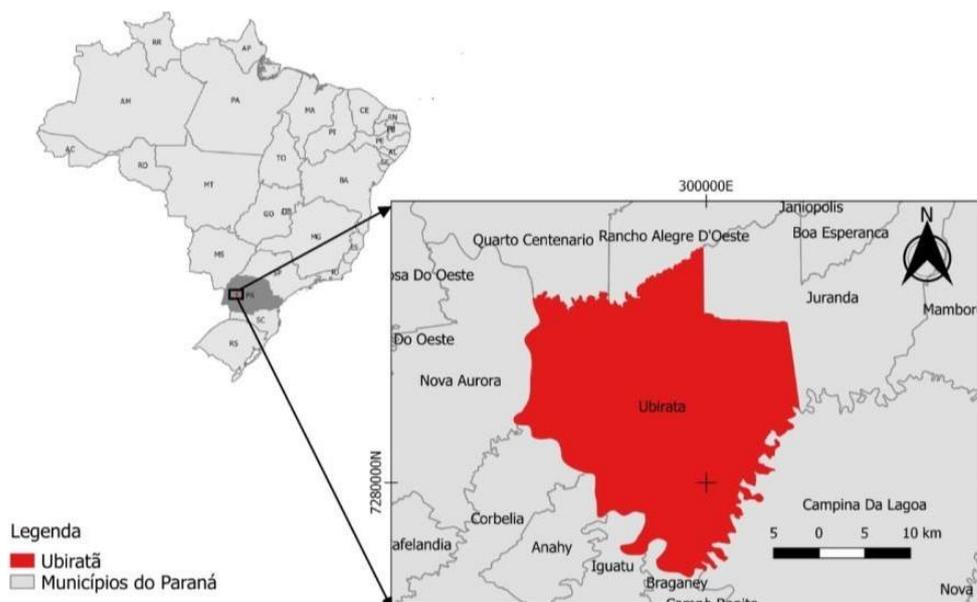
**Oportunidades:** Referem-se a alternativas de expansão em um ambiente que apresenta tendências nas quais uma empresa pode obter lucros. Incluem, ainda, adequação e propensão para que a empresa tenha os recursos necessários para aproveitar a oportunidade.

**Ameaças:** Essas restrições podem prejudicar a presença e a manutenção da empresa na cadeia de abastecimento.

### 3.6 O LÓCUS DA PESQUISA

O município de Ubitatã/PR foi criado pela Lei Estadual nº 4.245, de 25/07/1960, desmembrado do município de Campo Mourão, e instalado em 04/11/1961. Conta com uma área territorial de 653.208 Km<sup>2</sup> (IBGE/IPARDES, 2024). Sua população é de 24.749 habitantes, de acordo com último censo (IBGE, 2022). Em termos de localização geográfica, está situado nas seguintes coordenadas geográficas: latitude: 24°32'28" S; longitude 52°59'40" W. A altitude da sede do município é de 517 metros (IBGE/IPARDES, 2024). Os municípios limítrofes a Ubitatã são Campina da Lagoa, Juranda e Anahy. A localização pode ser verificada no mapa (Figura 2) do Estado do Paraná, abaixo, no qual Ubitatã aparece em destaque.

Figura 2 – Localização Município Ubitatã



Fonte: Klein (2021, p. 46).

O tipo de solo predominante é o latossolo, que apresenta elevada fertilidade e é adequado para a prática da agricultura. A agricultura moderna se constitui na principal fonte de riqueza do município, cujas principais culturas são soja e milho. O clima é subtropical úmido, caracterizado por verões quentes, geadas pouco frequentes no inverno e concentração de chuvas no verão, sem estação seca (Zen, 2005).

Quanto à hidrografia, o território é banhado por vários córregos e rios. O Rio Piquiri é o principal (a palavra Piquiri, na linguagem indígena, significa peixe pequeno ou rio de muitos lambaris), com seus afluentes, constitui-se em atrativo turístico, pois neles se encontram inúmeras ilhas e saltos, tais como: Apertado, Morumbi e Amaro (Zen, 2005).

## 4 RESULTADOS

Este capítulo tem por objetivo descrever o *locus* da pesquisa, apresentar os resultados da pesquisa empírica e sua respectiva análise, bem como trazer sugestões de ações para o atendimento dos ODS elencados no início do texto.

### 4.1 EMPREENDIMENTOS DA ROTA AGROBIRATÃ

O município de Ubitatã possui a Rota Agrobiratã, composta por 12 empreendimentos na zona rural. A seguir, apresenta-se uma descrição detalhada de cada um, de acordo com a pesquisa *in loco* realizada, com a seguinte divisão:

Empreendimentos rurais que fornecem produtos do meio rural e não recebem visitantes:

- a) Horticultura J M;
- b) Embutidos Saran;
- c) Agroindústria Napoleão;
- d) Agroindústria Jaboticabal.

Empreendimentos rurais que fornecem produtos do meio rural e recebem visitantes:

- a) Pesque-Pague do Arcanjo;
- b) Piscicultura Magni;
- c) Agroindústria Dalla Corte.

Empreendimentos rurais que se transformaram em lugares para receber os visitantes:

- a) Chácara Nossa Senhora Aparecida;
- b) Recanto Olaria;
- c) Rancho Madeira Velha;
- d) Recanto Rio Azul.

Tendo em vista que o objetivo era verificar a acessibilidade nos empreendimentos, foi feita a descrição, porém não se realizou a análise SWOT nem a sugestão de melhorias aos empreendimentos Horticultura JM, Embutidos Saran, Agroindústria Napoleão e Agroindústria Jaboticabal, pois estes não recebem visitantes.

#### **4.1.1 Empreendimentos que fornecem produtos do meio rural e não recebem visitantes**

Os empreendimentos a seguir fornecem produtos do meio rural e não recebem visitantes; entretanto, desempenham um papel crucial na cadeia de abastecimento alimentar, garantindo que produtos frescos e de qualidade cheguem aos consumidores urbanos. Sem a necessidade de infraestrutura para turismo, esses negócios podem focar inteiramente na eficiência da produção e na sustentabilidade. Ao concentrar-se na distribuição, eles contribuem significativamente para a economia rural e para a acessibilidade de alimentos saudáveis a áreas urbanas e, ainda, como fornecedores aos empreendimentos que recebem turistas.

##### **a) Horticultura JM**

A Horticultura JM, um exemplo de dedicação à produção de hortaliças frescas e de qualidade, está situada em meio às terras férteis da região do Vale do Piquiri. Embora não abra suas portas para visitantes, a Horticultura JM desempenha um papel crucial no fornecimento de produtos frescos para o comércio local e para os frequentadores da feira da cidade. A figura 3 apresenta a placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná.

Figura 3 – Placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná – Horticultura JM



Fonte: Autor (2024)

Conduzida por dois irmãos, a Horticultura JM é um testemunho do trabalho árduo e da paixão pela agricultura. Todos os dias, os irmãos trabalham incansavelmente nos campos, cultivando uma variedade de hortaliças com cuidado e dedicação, garantindo produtos frescos e saudáveis para seus clientes.

As hortaliças produzidas na Horticultura JM são cultivadas utilizando-se práticas agrícolas sustentáveis. Os irmãos estão comprometidos em preservar a saúde do solo e a biodiversidade local, garantindo que cada produto que sai de sua propriedade seja cultivado de forma responsável e sustentável. Além de fornecer hortaliças frescas para o comércio local, a Horticultura JM também marca presença na feira da cidade, onde os clientes podem encontrar uma variedade de produtos recém-colhidos, desde alfaces crocantes até tomates suculentos e cenouras doces.

Em síntese, embora não abra suas portas para visitantes, a Horticultura JM é um pilar da comunidade local, fornecendo alimentos frescos para os residentes da região. Seu compromisso com a qualidade e a sustentabilidade faz dela uma escolha confiável para aqueles que valorizam alimentos frescos e cultivados localmente.

## b) Embutidos Saran

Assim como os demais empreendimentos da Rota, Embutidos Saran, cujos produtos estão exemplificados na figura 4, também recebeu a placa indicativa do Projeto. No entanto, alguém deliberadamente a retirou, sem o conhecimento dos proprietários.

Figura 4 - Produtos Embutidos Saran



Fonte: Autor (2024).

Embutidos Saran está situado nos arredores da cidade e está entre os empreendimentos que não recebem visitantes. O local conta apenas com as instalações necessárias para a produção dos itens que são comercializados em feiras do município e em municípios vizinhos. Os proprietários produzem uma variedade de linguiças artesanais, bacon defumado, presuntos curados e outros produtos dessa linha, todos produzidos com ingredientes frescos e de alta qualidade, diretamente do empreendimento.

Além disso, Embutidos Saran é conhecido por suas leitoas assadas, que podem ser encomendadas para qualquer ocasião festiva. O empreendimento oferece serviços de *catering* para eventos na cidade, preparando e servindo leitoas assadas e outros pratos deliciosos, conforme a figura 5, feitos com ingredientes locais.

A equipe de cozinha de Embutidos Saran é conhecida por sua habilidade e paixão pela culinária rural, garantindo que cada prato seja preparado com cuidado e atenção aos detalhes, o que resulta em uma experiência gastronômica inesquecível para os clientes.

Figura 5 - Variedade de Produtos Embutidos Saran



Fonte: Autor (2024).

O empreendimento conta com o forno para defumação (figura 6). Defumar é o processo de conservar e aromatizar alimentos utilizando fumaça da queima de madeira ou serragem; uma técnica tradicional de conservação de alimentos amplamente empregada pelos indígenas das primeiras nações, na América do Norte. Esse método, além de prolongar a vida útil dos alimentos, também confere um sabor característico e profundo aos produtos (Carvalho; Leite, 2011).

Figura 6 - Defumador Embutidos Saran



Fonte: Autor (2024).

### c) Agroindústria Napoleão

Esse empreendimento, embora fazendo parte da rota desde o seu início, não recebeu a placa indicativa do Projeto “Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná”. Abaixo, na figura 7, vê-se o rótulo de um dos produtos desse empreendimento.

Figura 7 - Rótulo dos Produtos Agroindústria Napoleão

**Agroindústria Napoleão**

# QUEIJO DE MINEIRO



**MANTER REFRIGERADO**

**GLÚTEN**  
Sucupira  
Pé de Galinha  
EP: 85.440-000  
2473

**UBIRATÁ-PR**  
INSPECIONADO  
0018-L  
SIM/POA

Data de Fabricação: \_\_\_\_\_

Validade: **30 DIAS**

Peso Líquido: \_\_\_\_\_

Informação Nutricional - 30g (1 fatia)		
Valor Energético	77Kcal=321kJ	4%
Carboidratos	1,0g	0%
Proteínas	7,0g	9%
Gorduras Totais	5,0g	9%
Gorduras Saturadas	4,1g	19%
Gorduras Trans	0g	-
Fibra Alimentar	0 g	0%
Sódio	71mg	7%

\*% Valores Diários de Referência com base em uma dieta de 2.000 kcal ou 8.400 kJ.  
Seus valores diários podem ser maiores ou menores, dependendo de suas necessidades energéticas.

**Ingredientes: Leite, Coalho e Sal**

Veterinário Responsável  
Dr. Valdir Nogueira da Rosa  
CRMV - PR 1700 / CPF 769.736.340-87

**https://maps.app.goo.gl/5PXfk3mYwB81s4KY7**

Fonte: Autor (2024).

Localizado às margens da Rodovia BR 369, esse empreendimento produz queijos autênticos e genuínos, feitos com a receita tradicional mineira e o famoso “jeitinho” acolhedor dos mineiros. O empreendimento não recebe visitantes, mas, como bons mineiros, o casal Napoleão, 80 anos, e Valmira, 73 anos, recebe muito bem quem aparecer nessa propriedade. Com anos de experiência na arte da fabricação de queijos, eles dedicam-se a produzir os produtos de alta qualidade, utilizando métodos tradicionais e ingredientes locais selecionados com cuidado, como demonstra a figura 8.

Figura 8 - Produtos Agroindústria Napoleão



Fonte: Autor (2024).

Os queijos produzidos na Agroindústria Napoleão são verdadeiras obras-primas de sabor e textura, refletindo a rica tradição queijeira da região. Desde o famoso queijo minas frescal até o saboroso queijo curado, cada produto é cuidadosamente elaborado para garantir o máximo de sabor e de qualidade, proporcionando uma experiência gastronômica inigualável.

Além dos queijos, a Agroindústria Napoleão também oferece uma variedade de outros produtos artesanais, como requeijão cremoso, doce de leite e geleias caseiras, todos feitos com o mesmo cuidado e dedicação que tornaram os queijos da região tão famosos.

#### **d) Agroindústria Jaboticabal**

A Agroindústria Jaboticabal é dedicada à produção de alimentos orgânicos de alta qualidade, cultivados com cuidado e respeito pela natureza. O empreendimento faz parte da rota desde a sua criação, conforme figura 9, em que aparece a placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná.

Na Agroindústria Jaboticabal, os métodos de cultivo tradicionais são combinados com as mais recentes práticas agrícolas sustentáveis, resultando em produtos que são livres de pesticidas e herbicidas. O empreendimento não recebe visitantes, pois está focado exclusivamente na produção de alimentos orgânicos e na produção de doces com as frutas da época para os programas de alimentação escolar do Governo. Dessa forma, todos os dias, os proprietários da Agroindústria Jaboticabal trabalham para garantir que as escolas da região recebam alimentos frescos, saudáveis e nutritivos para as refeições dos alunos.

Os produtos da Agroindústria incluem uma variedade de frutas, vegetais, grãos e leguminosas, todos cultivados com o mais alto padrão de qualidade orgânica. Desde abóbora, mamão e banana, cada item é colhido no auge de sua frescura e sabor, proporcionando uma experiência saudável para os estudantes.

Figura 9 - Placa Original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná – Agroindústria Jaboticabal



Fonte: Autor (2024)

Além de fornecer alimentos nutritivos para as escolas, a Agroindústria Jaboticabal também desempenha um papel crucial na promoção da educação alimentar e na conscientização sobre a importância de uma dieta saudável e equilibrada. Ao priorizar a qualidade e a sustentabilidade em todas as etapas do

processo de produção, o empreendimento serve como um modelo inspirador para outras comunidades interessadas em promover um estilo de vida mais saudável e sustentável.

Com sua dedicação à produção de alimentos de alta qualidade e seu compromisso com a alimentação escolar saudável, o Agroindústria Jaboticabal desempenha um papel vital na construção de um futuro mais sustentável e nutritivo para as gerações futuras.

#### **4.1.2 Empreendimentos rurais que fornecem produtos do meio rural e recebem visitantes**

Os empreendimentos da Rota Agrobiratã que fornecem produtos do meio rural e recebem visitantes têm ganhado popularidade devido ao crescente interesse por experiências autênticas e sustentáveis. Esses negócios não apenas oferecem produtos frescos e de qualidade, mas também proporcionam aos visitantes a oportunidade de conhecer de perto os processos de produção e a vida no campo. Como resultado, fortalecem a conexão entre consumidores e produtores, promovendo um consumo mais consciente e responsável.

##### **4.1.2.1 *Pesque-Pague do Arcanjo***

Nesta seção, apresenta-se o empreendimento turístico com foco na acessibilidade e inclusão. Para isso, primeiro, faz-se uma descrição do empreendimento; em seguida, realiza-se a análise SWOT, e se finaliza o capítulo com sugestões de melhoria para potencializar a experiência dos visitantes e garantir um desenvolvimento sustentável para o empreendimento.

##### **a) Descrição do Empreendimento Pesque-Pague do Arcanjo**

Anteriormente conhecido como um empreendimento de lazer denominado “Pesque-Pague do Arcanjo”, esse local passou por uma metamorfose substancial em resposta aos desafios econômicos e ambientais da região. Confrontando os elevados custos associados à produção de peixes, a administração optou por transferir a gestão das suas instalações aquíferas para uma cooperativa local. Essa decisão estratégica

redirecionou o foco operacional da empresa para a atividade de lanchonete, a qual passou a concentrar-se em oferecer aos visitantes uma experiência culinária singular. Embora as águas dos reservatórios ainda sirvam de cenário ideal para uma jornada de pesca, agora elas são administradas pela cooperativa local, empenhada na produção da prática sustentável da aquacultura para fins comerciais.

A figura 10 traz uma foto com a placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná, bem como um QR Code atualizado.

Figura 10 – Placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná – Pesque-Pague Arcanjo



Fonte: Autor (2024).

O empreendimento passou por uma reforma significativa, em que os quiosques cobertos com sapê, apresentados na figura 11, foram substituídos por um amplo salão em alvenaria. Essa mudança visou a proporcionar mais conforto e uma melhor estrutura para os visitantes, transformando o local em um espaço moderno e funcional.

O acesso ao empreendimento é feito por estradas pavimentadas com pedras irregulares, bem conservadas. Além disso, um amplo estacionamento é disponibilizado aos visitantes, conforme demonstra a figura 12.

Figura 11 – Parte externa, antes e depois da reforma



Fonte: Autor, 2024.

Na área de alimentação, o aroma de peixe fresco grelhado e de frituras deliciosas acolhem os visitantes, instigando-os a desfrutar de uma refeição à beira dos tanques de peixe. O menu, conforme a figura 13, oferece uma ampla gama de opções, que vão desde filés grelhados a peixes fritos, bem como pratos da culinária japonesa tradicional, como sashimi. A influência da cultura japonesa é notável, especialmente devido à *expertise* da esposa do proprietário, cuja origem nipônica enriquece a oferta gastronômica do estabelecimento. Todos os pratos são preparados com peixes frescos provenientes da produção local da cooperativa, garantindo a qualidade e a sustentabilidade dos ingredientes.

Figura 12 – Estacionamento e entrada do Pesque-Pague do Arcanjo



Fonte: O autor, 2024.

Além de figurar como uma atração gastronômica, a lanchonete do Pesque-Pague do Arcanjo também se tornou um ponto de encontro popular para a comunidade local e os turistas, oferecendo um ambiente acolhedor e descontraído, onde as pessoas podem se reunir, compartilhar histórias de pesca e desfrutar de boa comida e boa companhia.

Figura 13 – Produtos Pesque-Pague do Arcanjo



Fonte: Autor, 2024.

Com sua abordagem inovadora e compromisso com a sustentabilidade, o Pesque-Pague do Arcanjo continua a ser um destino para os amantes da pesca e da boa comida, apresentadas na figura 14, oferecendo uma experiência única, que combina diversão ao ar livre, gastronomia local e apoio à comunidade.

Figura 14 – Área externa Pesque-Pague Arcanjo



Fonte: Autor, 2024.

## b) Análise SWOT – Empreendimento Pesque-Pague do Arcanjo

O quadro 3 apresenta a análise SWOT realizada para o empreendimento Pesque-Pague do Arcanjo.

Quadro 3 – Análise SWOT – Empreendimento Pesque-Pague do Arcanjo

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
Experiência culinária singular; Sustentabilidade e qualidade; Infraestrutura adequada; Atração popular.	Dependência da cooperativa; Custos de manutenção; Limitação de atividades; Acessibilidade limitada.
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
Expansão do menu; Parcerias locais; Marketing turístico.	Variações econômicas; Impactos ambientais; Concorrência.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2024).

No quadro 4, observam-se como forças:

– Experiência culinária: A mudança de foco oferece aos visitantes uma experiência gastronômica única, com pratos preparados com peixes frescos provenientes da produção local da cooperativa;

- Sustentabilidade e qualidade: O uso de peixes frescos da cooperativa local garante a qualidade e a sustentabilidade dos ingredientes, de forma que o empreendimento alinha-se com práticas ambientais responsáveis;

- Infraestrutura adequada: Estradas pavimentadas e um amplo estacionamento proporcionam fácil acesso e conveniência aos visitantes;

- Atração popular: O estabelecimento tornou-se um ponto de encontro popular para a comunidade local e turistas, oferecendo um ambiente acolhedor e descontraído.

Como fraquezas:

– Dependência da cooperativa: A gestão das instalações aquíferas pela cooperativa local pode criar uma dependência que, se houver problemas na cooperativa, pode impactar negativamente o empreendimento;

- Custos de manutenção: Manter a qualidade das estradas pavimentadas e a infraestrutura geral pode envolver altos custos contínuos;

- Limitação de atividades: Embora a pesca ainda seja possível, a principal atração agora é a culinária, o que pode limitar o interesse de visitantes que buscam atividades de pesca mais intensas;

- Acessibilidade limitada: O empreendimento precisa de adequações para se tornar acessível às PcD.

Oportunidades:

- Expansão do menu: Incorporar novos pratos ou influências culinárias pode atrair um público mais diversificado e aumentar a base de clientes;
- Parcerias locais: Fortalecer parcerias com outras cooperativas ou produtores locais pode enriquecer a oferta de produtos e garantir a sustentabilidade do negócio;
- Marketing turístico: Investir em marketing voltado para o turismo rural pode aumentar a visibilidade e atrair mais visitantes de fora da região.

Ameaças:

- Variações econômicas: Mudanças na economia local ou nacional podem afetar o número de visitantes e a capacidade de gastar em lazer e gastronomia;
- Impactos ambientais: Questões ambientais que afetam a produção de peixes ou a qualidade das águas podem impactar negativamente a operação;
- Concorrência: O surgimento de novos empreendimentos similares na região pode aumentar a concorrência e diminuir a clientela.

O Pesque-Pague do Arcanjo destaca-se por sua adaptação estratégica às condições econômicas e ambientais, oferecendo, dessa forma, uma experiência culinária singular e sustentando práticas sustentáveis. No entanto, é fundamental que continue inovando e fortalecendo parcerias para mitigar possíveis fraquezas e ameaças, a fim de garantir sua posição como um destino atrativo e sustentável na Rota Agrobiratã.

### **c) Sugestões de melhorias - Pesque-Pague do Arcanjo**

Melhorias para acessibilidade:

- Rampa de acesso: Instalar rampas com inclinação adequada para permitir acesso mais fácil às áreas principais do restaurante e das instalações de pesca;
- Pavimentação regular: Manter e melhorar as estradas pavimentadas com pedras irregulares para garantir que sejam acessíveis para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida;
- Banheiros adaptados: Construir banheiros próximos ao restaurante e às áreas de pesca, equipados com barras de apoio e espaço adequado para manobra de cadeiras de rodas;
- Estacionamento reservado: Designar vagas de estacionamento próximas à entrada principal, com sinalização adequada e espaço suficiente para permitir a

movimentação de cadeiras de rodas. Essas ações visam a cumprir o objetivo 1 – Erradicação da pobreza – das ODM.

#### Sinalização e orientação:

- Sinalização inclusiva: Colocar placas de sinalização com informações em braille e pictogramas, para facilitar a orientação de pessoas com deficiência visual ou intelectual;

- Caminhos elineados: Criar trilhas e caminhos com superfície estável e bem demarcada para facilitar o deslocamento seguro de todos os visitantes;. Os ODM, objetivo 1 – Erradicação da pobreza – sugerem ações como o desenvolvimento de infraestruturas acessíveis: Construir e adaptar infraestruturas turísticas, como alojamentos e trilhas, para serem acessíveis às PcD.

#### Inclusão digital:

- QR Codes informativos: Utilizar QR Codes com informações detalhadas sobre as instalações e serviços, acessíveis por meio de audiodescrição para visitantes com deficiência visual;

- Menu digital: Disponibilizar menus digitais acessíveis, que possam ser lidos por softwares de leitura de tela. O ODS 10 – Redução das Desigualdades – indica a implementação de políticas de inclusão no setor turístico que garantam a participação de PcD em todas as atividades turísticas.

#### Atendimento e capacitação:

- Capacitação da equipe: Treinar a equipe para prestar atendimento inclusivo, inclusive em comunicação em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e técnicas de auxílio a pessoas com deficiência;

- Suporte especializado: Ter funcionários ou voluntários disponíveis para auxiliar pessoas com necessidades especiais, desde a chegada até a partida desses turistas. Essas ações são propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1 – Erradicação da Pobreza.

- Experiência sensorial - Criar áreas sensoriais com elementos táteis, auditivos e visuais que proporcionem uma experiência rica e inclusiva para todos os visitantes;

- Menu inclusivo: Adaptar o menu para incluir descrições detalhadas dos pratos e ingredientes, a fim de facilitar a escolha de pessoas com restrições alimentares ou preferências específicas. Essas ações colocam em prática o ODS 10 – Redução das Desigualdades.

Implementar essas melhorias garantirá que o Pesque-Pague do Arcanjo se torne um destino inclusivo e acolhedor para todos os visitantes, promovendo uma experiência positiva e inesquecível na Rota Agrobiratã.

É importante reiterar que, no Pesque-Pague Arcanjo, a lanchonete foi construída em um terreno todo plano, o que facilita desde a chegada da pessoa com deficiência com seu veículo, a caminhada até a porta de entrada, o adentramento ao local, sem qualquer obstáculo, e a chegada às mesas com total tranquilidade, como já se observou na figura 12.

#### **4.1.2.2 *Piscicultura Magni***

Neste tópico, inicialmente, são descritas as características principais do empreendimento; em seguida, faz-se a análise SWOT, e, para finalizar, são apresentadas sugestões de melhoria ao empreendimento.

##### **a) Descrição do Empreendimento Piscicultura Magni**

A figura 15 apresenta a placa original da Piscicultura Magni, do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná. O empreendimento está situado na Estrada Santa Luzia, a apenas oito quilômetros do centro da cidade de Ubiratã-PR.

Figura 15 – Placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná - Piscicultura Magni



Fonte: Autor, 2024

Com mais de 30 anos de experiência em piscicultura, a família, composta por três irmãos e seus pais, transformou os açudes do empreendimento em uma fonte de vida e de prosperidade. O pesque-pague, além de ser uma alternativa para complementar a renda da família, é também uma maneira inteligente de aproveitar os recursos naturais já existentes no empreendimento. Com quatro tanques destinados à atividade de pesca, os visitantes têm a oportunidade não apenas de desfrutar de momentos de lazer, mas também de se conectar com a natureza em seu estado mais puro.

Cada visita ao empreendimento proporciona uma experiência única, na qual os visitantes podem relaxar à beira dos açudes, respirar o ar fresco do campo e desfrutar da serenidade que só a vida no campo pode oferecer. A pesca torna-se, então, não apenas uma atividade recreativa, mas também uma oportunidade de escapar do estresse da vida urbana e de o visitante reconectar-se com o ambiente natural.

Para a família que administra o empreendimento, o pesque-pague não é apenas um negócio, mas, sim, uma forma de compartilhar o amor pela piscicultura e pela natureza com os visitantes. Nesse sentido, cada detalhe é cuidadosamente planejado para garantir uma experiência memorável para todos que cruzam as portas da Piscicultura Magni.

## b) Análise SWOT – Empreendimento Piscicultura Magni

O quadro 4 descreve a análise SWOT para a Piscicultura Magni.

Quadro 4 - Análise SWOT - Empreendimento Piscicultura Magni

FORÇAS	FRAQUEZAS
Experiência e tradição; Localização estratégica; Estrutura bem desenvolvida; Ambiente natural e sereno; Alternativa de renda diversificada.	Dependência de condições climáticas; Capacidade limitada de crescimento; Necessidade de manutenção contínua; Promoção e marketing; Acessibilidade limitada.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Turismo rural em crescimento; Parcerias e colaborações; Eventos e atividades temáticas; Aproveitamento de mídias sociais.	Concorrência regional; Mudanças regulamentares; Impactos ambientais; Variações econômicas.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2024).

A análise SWOT do empreendimento Piscicultura Magni, demonstrada no quadro 5, apresenta como forças:

- Experiência e tradição: A família tem mais de 30 anos de experiência em piscicultura, o que garante *expertise* e conhecimento no manejo dos tanques e dos peixes;
- Localização estratégica: Situada a apenas oito quilômetros do centro de Ubitatã-PR, é facilmente acessível para os visitantes, fator que aumenta o potencial de atratividade;
- Estrutura bem desenvolvida: Possui quatro tanques dedicados à atividade de pesca, proporcionando uma variedade de opções para os visitantes;
- Ambiente natural e sereno: O empreendimento oferece um ambiente tranquilo e natural, ideal para atividades de lazer e de relaxamento;
- Alternativa de renda diversificada: O pesque-pague complementa a renda da família, diversificando as fontes de lucro e possibilitando o aproveitamento dos recursos naturais existentes.

Como fraquezas, citam-se:

- Dependência de condições climáticas: As atividades de piscicultura e de pesque-pague podem ser significativamente impactadas por condições climáticas adversas;
- Capacidade limitada de crescimento: A expansão da infraestrutura (mais tanques, por exemplo) pode ser limitada pelo espaço físico disponível na propriedade;

- Necessidade de manutenção contínua: A manutenção dos tanques e das áreas de visita o requer investimentos constantes de tempo e de recursos;
- Promo o e marketing: Pode haver uma limita o na divulga o e no alcance de potenciais visitantes, especialmente os de fora da região;
- Acessibilidade limitada: Limita es na infraestrutura, que dificultam o acesso para pessoas com deficiência, restringindo a inclusão de todos os visitantes.

Como oportunidades, destacam-se:

- Turismo rural em crescimento: A demanda por turismo rural está crescendo, com mais pessoas buscando experiências autênticas e contato com a natureza;
- Parcerias e colabora es: Parcerias com agências de turismo, escolas, e outras organiza es podem aumentar a visibilidade e o número de visitantes (ODS 17 – Parcerias e Meios de implementa o);
- Eventos e atividades temáticas: Realiza o de eventos especiais, como competi es de pesca, workshops de piscicultura, e dias temáticos podem atrair mais visitantes (ODS 12 – Consumo e produ o responsáveis);
- Aproveitamento de m dias sociais: O uso efetivo de redes sociais e de outras plataformas digitais pode ampliar o alcance do negócio e atrair um público mais diversificado;

Como ameaças, observaram-se:

- Concorrência regional: Outros empreendimentos e pesque-pague na região podem oferecer serviços similares, aumentando a concorrência;
- Mudanças regulamentares: Altera es nas regula es ambientais ou de pesca podem impactar negativamente a opera o da piscicultura;
- Impactos ambientais: Problemas como polui o da água, doenças nos peixes e desequil rios ecológicos podem afetar a sustentabilidade da atividade (ODS 3 – Saúde e Bem-Estar);
- Varia es econômicas: Crises econômicas podem reduzir o poder de compra dos consumidores, e, conseqüentemente, a demanda por atividades de lazer pagas (ODS 1 – Erradica o da Pobreza).

A Piscicultura Magni possui uma série de forças que a posicionam bem no mercado de turismo rural e de pesque-pague, como a sua experiência de décadas e sua localiza o estratégica; no entanto, enfrenta desafios, como a dependência das condi es climáticas e a necessidade constante de manuten o. Há inúmeras oportunidades a serem exploradas, especialmente no âmbito do turismo rural e das

parcerias estratégicas, embora a concorrência e as mudanças regulatórias representem ameaças que precisam ser monitoradas constantemente.

### **c) Sugestões de melhoria - Piscicultura Magni**

Melhorias para acessibilidade:

- Rampas de acesso: Instalar rampas com corrimãos ao redor dos tanques e áreas de lazer para facilitar o acesso de cadeirantes;
- Caminhos pavimentados: Criar caminhos pavimentados e nivelados ao redor da propriedade para facilitar o deslocamento dos visitantes;
- Banheiros acessíveis: Adaptar os banheiros existentes ou construir novos banheiros acessíveis com barras de apoio e espaço adequado para manobras de cadeiras de rodas;
- Estacionamento: Reservar vagas de estacionamento próximas aos principais pontos de interesse e com sinalização adequada para pessoas com deficiência. Essas ações colocarão a propriedade de acordo com o ODS) 3 – Saúde e Bem-Estar.

Outras melhorias:

- Áreas de sombra e descanso: Criar áreas de descanso com sombra ao redor dos tanques para aumentar o conforto dos visitantes;
- Atividades educativas: Desenvolver programas educativos sobre piscicultura e meio ambiente, atraindo escolas e grupos (ODS 4 – Educação de Qualidade);
- Marketing e promoção: Investir em marketing digital para divulgar a piscicultura e suas atividades, atingindo um público maior;

Atividades adaptadas:

- Pesca adaptada: Oferecer equipamentos de pesca adaptados, como varas de pesca com suportes especiais para pessoas com mobilidade reduzida;
- Área de lazer inclusiva: Desenvolver áreas de lazer e descanso acessíveis, onde todos possam desfrutar das belezas naturais do local, com conforto e segurança (ODS 10 – Redução das Desigualdades).

#### **4.1.2.3 Agroindústria Dalla Corte**

Apresenta-se, a seguir, uma descrição do empreendimento Agroindústria Dalla Corte, com foco na acessibilidade e inclusão; na sequência, realiza-se a análise SWOT, e, finalmente, são elencadas sugestões e melhorias ao empreendimento.

#### **a) Descrição do Empreendimento Rural Agroindústria Dalla Corte**

O Agroindústria Dalla Corte é um exemplo de empreendimento familiar dedicado à produção de produtos artesanais e açúcar mascavo, administrado com maestria pelos irmãos Dalla Corte. Com dois empreendimentos distintos, cada um sob os cuidados de um dos irmãos, a agroindústria se destaca pela sua qualidade e tradição. A figura 16 apresenta a placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná.

Figura 16 – Placa Agroindústrias Dalla Corte



Fonte: Autor (2024)

No primeiro empreendimento, sob a gestão de um dos irmãos Dalla Corte, a produção de artesanatos com capim é o foco principal, como indica a figura 17. Usando-se técnicas tradicionais transmitidas de geração em geração, são criados cestos, bolsas e uma variedade de produtos trançados com maestria a partir do capim, abundante na região. Cada peça é cuidadosamente trabalhada à mão, refletindo a habilidade e a criatividade dos artesãos locais.

Figura 17 – Produtos Artesanais Agroindústrias Dalla Corte



Fonte: Autor, 2024.

Enquanto isso, no segundo empreendimento, o outro irmão Dalla Corte está à frente da produção de açúcar mascavo, conforme se observa na figura 18. Utilizando-se métodos tradicionais de produção, o açúcar é cuidadosamente extraído da cana-de-açúcar cultivada nas terras da propriedade. O processo de fabricação respeita os princípios da agricultura sustentável e da preservação ambiental, garantindo um produto final de alta qualidade e sabor incomparável.

O açúcar mascavo é vendido em pontos fixos, onde os clientes podem adquiri-lo para adoçar suas receitas e desfrutar de seu sabor único. Da mesma forma, os artesanatos com capim encontram seu caminho para os lares e coleções de pessoas que valorizam a arte e a tradição regional.

Figura 18 – Local de Produção Açúcar - Agroindústrias Dalla Corte



Fonte: Autor, 2024.

Além dessas já tradicionais atividades, os empreendedores da Agroindústria Dalla Corte estão iniciando um projeto de receber alunos da cidade para conhecer os processos de produção, uma vez que seus produtos são amplamente apreciados na cidade. Guiados pelos proprietários, os visitantes aprendem sobre as práticas sustentáveis adotadas pela agroindústria, sobre a preocupação com o meio ambiente e com o desenvolvimento de técnicas que visam a reduzir o impacto ambiental da produção. Além disso, os alunos têm a oportunidade de interagir com a família, conhecendo suas histórias e desafios enfrentados no dia a dia da produção agrícola. Essa troca de experiência contribui para uma compreensão mais ampla sobre as questões socioeconômicas da região e o papel fundamental da agricultura familiar.

Ao final da visita, os estudantes têm a oportunidade de degustar produtos derivados da cana-de-açúcar, como o próprio açúcar mascavo e seus derivados, enriquecendo ainda mais a experiência sensorial e educativa proporcionada pela Agroindústria Dalla Corte.

Com seu compromisso com a qualidade, a autenticidade e a tradição, a Agroindústria Dalla Corte é um exemplo inspirador de como a paixão pelo trabalho e o respeito pela terra podem resultar em produtos únicos e apreciados por todos.

Caso o projeto de receber outros visitantes seja colocado em prática, as duas propriedades precisarão passar por uma ampla reforma, o que inclui a construção de estradas, carreadores, a fim de melhorar o acesso. Após isso, as instalações também precisarão ser adequadas para melhor receber as pessoas com deficiência, já que, atualmente, não há nenhuma acessibilidade.

## **b) Análise SWOT – Empreendimento Agroindústrias Dalla Corte**

O quadro 5 apresenta como forças:

- Qualidade e tradição: Produção de artesanatos com capim e açúcar mascavo, utilizando-se técnicas tradicionais que garantem autenticidade e um produto de alta qualidade;

- Gestão familiar: A administração pelos dois empreendimentos distintos, cada um sob o cuidado de um dos irmãos Dalla Corte, proporciona uma gestão dedicada e personalizada;

- Práticas sustentáveis: O uso de métodos de produção que respeitam a sustentabilidade e a preservação ambiental é um diferencial importante (ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis);

- Apreciação local: Produtos amplamente apreciados na cidade, como o açúcar mascavo vendido em pontos fixos e os artesanatos, encontrando seu caminho para consumidores que valorizam a arte regional;

- Educação e turismo: O projeto de receber alunos para conhecer os processos de produção pode aumentar a visibilidade e valorizar ainda mais a agroindústria (ODS 4 – Educação de Qualidade);

Como fraquezas, ressaltam-se:

- Infraestrutura inadequada: Atualmente, os empreendimentos não possuem acessibilidade e precisam de reformas para melhorar o acesso e a recepção de visitantes;

- Capacidade de recepção: A necessidade de construção de estradas e carreadores para melhorar o acesso indica uma limitação na infraestrutura atual;

- Dependência de mercados locais: A distribuição e a venda dos produtos parecem estar restritas à cidade, o que pode limitar o alcance de mercado;
- Recursos limitados: Reformas e adaptações para receber visitantes, especialmente aqueles com deficiência, exigem investimentos significativos (ODS 10 – Redução das Desigualdades);
- Acessibilidade limitada: Infraestrutura insuficiente para atender às necessidades de pessoas com deficiência, limitando a inclusão de todos os visitantes.

Quadro 5 - Análise SWOT - Empreendimento Agroindústrias Dalla Corte

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
Qualidade e radiação; Gestão familiar; Práticas sustentáveis; Apreciação local; Educação e turismo.	Infraestrutura inadequada; Capacidade de recepção; Dependência de mercados locais; Recursos limitados; Acessibilidade limitada.
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
Expansão do turismo rural; Parcerias educacionais; Mercados mais amplos; Eventos e workshops.	Concorrência; Mudanças regulatórias; Impactos ambientais; Variações econômicas.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2024).

Como oportunidades, os destaques são

- Expansão do turismo rural: O projeto de receber visitantes, especialmente alunos, pode ser uma grande oportunidade para expandir o turismo rural e educacional (ODS 4 – Educação de Qualidade);
- Parcerias educacionais: Parcerias com escolas e instituições educacionais podem aumentar a frequência de visitas e a conscientização sobre práticas sustentáveis (ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação);
- Mercados mais amplos: Explorar mercados fora da cidade, inclusive vendas on-line, pode aumentar significativamente o alcance e a demanda pelos produtos (ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico);
- Eventos e workshops: Realização de workshops sobre artesanato com capim e produção de açúcar mascavo podem atrair entusiastas e turistas (ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis).

Como ameaças, apontam-se:

- Concorrência: Outras agroindústrias e produtores artesanais da região podem oferecer produtos similares, aumentando a concorrência;

- Mudanças regulatórias: Alterações nas regulamentações ambientais e de produção podem afetar negativamente a agroindústria (ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis);

- Impactos ambientais: Problemas com mudanças climáticas e pragas podem afetar a produção de cana-de-açúcar e a disponibilidade de capim (ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima);

- Variações econômicas: Crises econômicas podem reduzir a capacidade de investimento em infraestrutura e a demanda por produtos artesanais e açúcar mascavo (ODS 1 – Erradicação da Pobreza).

A Agroindústria Dalla Corte tem fortes bases em tradição e qualidade, com produtos que refletem a habilidade artesanal e a sustentabilidade; entretanto, enfrenta desafios significativos em infraestrutura e acesso ao mercado mais amplo. Além disso, a concorrência e os riscos regulatórios e ambientais são ameaças que precisam ser monitoradas e gerenciadas. Por outro lado, o potencial de crescimento do negócio é substancial, especialmente por meio do turismo educacional e rural, de parcerias e de expansão de mercados. Logo, com investimentos adequados em infraestrutura e estratégias de marketing, a Agroindústria Dalla Corte pode se posicionar ainda mais fortemente no mercado.

### **c) Sugestões de Melhoria - Agroindústria Dalla Corte**

Melhorias para acessibilidade:

- Rampas de acesso: Construir rampas de acesso em todas as entradas principais da propriedade;

- Banheiros acessíveis: Garantir que todas as instalações tenham banheiros acessíveis com barras de apoio e espaço adequado;

- Sinalização e informações: Instalar placas informativas com braille e sinalização clara para orientar os visitantes com deficiência visual;

- Caminhos pavimentados: Criar caminhos pavimentados e nivelados que conectem todas as áreas principais da propriedade;

Outras melhorias:

- Visitas guiadas: Oferecer visitas guiadas para explicar os processos de produção de artesanatos e açúcar mascavo (ODS 4 – Educação de Qualidade);

- Loja de produtos: Criar, no empreendimento, uma loja para venda de produtos artesanais e açúcar mascavo, de maneira a atrair mais visitantes (ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico);

- Marketing: Utilizar mídias sociais e parcerias locais para promover as visitas educativas e a venda dos produtos (ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação).

#### **4.1.3 Empreendimentos rurais que se transformaram em lugares para receber os visitantes**

Os empreendimentos Chácara Nossa Senhora Aparecida, Recanto Olaria, Rancho Madeira Velha e Recanto Rio Azul, que serão descritos e analisados a seguir transformaram-se em locais para receber visitantes; Portanto, ao abrirem suas portas ao público, esses negócios oferecem experiências imersivas, atraindo turistas em busca de autenticidade. Essa integração entre produção e turismo no espaço rural não só diversifica as fontes de renda dos produtores, mas também fortalece a economia local e promove a valorização da cultura e do modo de vida rural.

Quando a Rota Agrobiratã foi criada, esses empreendimentos eram classificados como agroindústrias; contudo, com o passar dos anos e em razão da necessidade de se adequar ao mercado, transformaram-se em lugar para receber visitantes, tendo encontrado novas maneiras de se adaptar às demandas do mercado, transformando-se em espaços para eventos e festas. Alves e Valente Júnior (2003) sugerem que as políticas públicas para pequenos proprietários rurais devem ser direcionadas a todos os habitantes do espaço rural, em vez de se concentrarem exclusivamente nas atividades agrícolas, como ocorre atualmente. Isso significa apoiar atividades potenciais ou existentes, como o turismo, de modo a contribuir para o aumento da renda da população rural (Alves; Valente Júnior, 2003).

Essa transição de uma agroindústria para um espaço de eventos demonstra uma habilidade de adaptação e uma resposta inteligente às mudanças nas necessidades do mercado. Tal diversificação de atividades pode ajudar a manter a viabilidade econômica da propriedade e a explorar novas oportunidades de negócios, além de mostrar o aproveitamento da infraestrutura existente. Muitas vezes, as antigas agroindústrias já possuem infraestrutura significativa, como grandes galpões, áreas ao ar livre e instalações de apoio; então, transformar esses espaços em locais

para eventos pode ser uma maneira eficiente de aproveitar ao máximo os recursos já disponíveis.

O turismo no espaço rural é visto hoje como ferramenta para alavancar economias nacionais, regionais e locais (Silveira, 2001; Moletta; Goidanich, 1999). Com o aumento das festas particulares, eventos corporativos e celebrações sociais, há uma demanda crescente por espaços adequados para essas ocasiões. As antigas agroindústrias, convertidas em locais para aluguel, atendem a essa demanda, oferecendo ambientes espaçosos e versáteis para uma variedade de eventos. Esse processo trouxe a valorização do ambiente rural, já que muitas pessoas procuram por locais que ofereçam um ambiente rural e pitoresco para seus eventos. As antigas agroindústrias, situadas em áreas rurais, muitas vezes oferecem paisagens deslumbrantes e uma atmosfera tranquila, tornando-se escolhas populares para festas e confraternizações (Alves; Valente Júnior, 2003).

Ao transformar-se em espaços para aluguel de eventos, essas propriedades podem oferecer uma ampla gama de serviços e opções personalizadas para os clientes. Isso inclui desde aluguel básico do espaço até pacotes completos com serviços de *catering*, decoração e entretenimento. Essa transformação das antigas agroindústrias em locais para eventos demonstra uma adaptação criativa às mudanças no mercado e uma valorização das características únicas do ambiente rural (Silveira, 2001; Moletta; Goidanich, 1999).

#### **4.1.3.1 Chácara Nossa Senhora Aparecida**

Segue, nesta subseção, uma descrição da Chácara Nossa Senhora Aparecida; e, em seguida, apresenta-se a análise SWOT e, por fim as sugestões de melhoria ao empreendimento.

##### **a) Descrição do Empreendimento Rural Chácara Nossa Senhora Aparecida**

A Chácara Nossa Senhora Aparecida está localizada na parte alta do município de Ubatã. A figura 19 apresenta a placa original do Projeto.

Figura 19 – Placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná – Chácara Nossa Senhora Aparecida



Esse empreendimento oferece um ambiente tranquilo, ideal para aqueles que buscam um refúgio do cotidiano urbano, sem a necessidade de deslocamento significativo. Situada a poucos quilômetros da cidade, a chácara é de fácil acesso para os visitantes, o que garante uma chegada descomplicada a esse local de descanso rural.

A propriedade destaca-se por contar com dois salões. Um salão principal equipado com grandes portas de vidro, conforme mostra a figura 20, no centro do qual se encontra uma imponente árvore frutífera, a qual proporciona sombra para toda a área circundante. As amplas janelas permitem a entrada abundante de luz natural, criando um ambiente acolhedor. O outro salão é utilizado, normalmente, como depósito para mesas e cadeiras e, quando ocorrem eventos maiores, que necessitam de mais espaço; ainda, pode ser utilizado como dormitório, caso os visitantes precisem pernoitar no local. Observa-se, então, que a Chácara Nossa Senhora Aparecida é um espaço versátil, que pode ser adaptado para atender às necessidades de uma variedade de eventos, desde casamentos até festas de aniversário.

Figura 20 – Vista frontal e do salão de festas da Chácara Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Autor (2024).

## b) Análise SWOT – Empreendimento Chácara Nossa Senhora Aparecida

Conforme o quadro 6, podem ser apontadas como forças desse empreendimento:

- Localização estratégica: Situada na parte alta do município de Uiratã, a poucos quilômetros da cidade, a chácara é de fácil acesso, facilitando a chegada dos visitantes;

- Ambiente tranquilo: Oferece um ambiente rural tranquilo, ideal para quem busca refúgio do cotidiano urbano;

- Infraestrutura versátil: Possui um salão principal com grandes portas de vidro e uma árvore frutífera central, criando um espaço único e acolhedor para eventos;

- Espaço para eventos: Os salões podem ser adaptados para diversos tipos de eventos, como casamentos e festas de aniversário, aumentando sua versatilidade e atratividade;

- Luz natural: As amplas janelas permitem a entrada de luz natural, melhorando a atmosfera dos salões e tornando-os mais agradáveis;

Como fraquezas, ressaltam-se:

- Dependência de eventos: A sustentabilidade financeira pode estar fortemente dependente da realização de eventos, que podem variar em frequência e demanda;

- Manutenção da propriedade: A manutenção de um espaço grande e de áreas naturais exige recursos contínuos e pode ser onerosa;

- Promoção limitada: Pode haver limitação na divulgação e no alcance de potenciais clientes, especialmente fora da região local;

- Infraestrutura adicional: Caso haja um aumento na demanda, pode ser necessário expandir ou melhorar a infraestrutura, o que requer investimentos adicionais;

- Acessibilidade limitada: Limitações na infraestrutura, que dificultam o acesso para pessoas com deficiência, restringindo a inclusão de todos os visitantes.

Quadro 6 - Análise SWOT - Empreendimento Chácara Nossa Senhora Aparecida

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
Localização estratégica; Ambiente tranquilo; Infraestrutura versátil; Espaço para eventos; Luz natural.	Dependência de eventos; Manutenção da propriedade; Promoção limitada; Infraestrutura adicional; Acessibilidade limitada.
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
Crescimento do turismo rural; Eventos diversificados; Parcerias locais; Marketing digital.	Concorrência; Condições climáticas; Variações econômicas; Regulamentações.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2024).

Como oportunidades, apontam-se:

– Crescimento do turismo rural: A crescente demanda por turismo rural pode ser explorada, atraindo visitantes que buscam um ambiente tranquilo e natural (ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico);

- Eventos diversificados: Realizar uma maior variedade de eventos, como retiros corporativos, workshops e encontros temáticos, pode aumentar a utilização do espaço (ODS 4 – Educação de Qualidade);

- Marketing digital: Investir em marketing digital e nas redes sociais pode ampliar o alcance e atrair um público mais diversificado (ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação);

- Parcerias locais: Colaborações com empresas locais e instituições educacionais podem aumentar a visibilidade e o número de visitantes (ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação).

Como ameaças, ficam evidenciadas:

– Concorrência: Outras chácaras e espaços para eventos na região podem oferecer propostas semelhantes, aumentando a concorrência;

- Condições climáticas: Eventos ao ar livre podem ser afetados por condições climáticas adversas, impactando a satisfação dos clientes;

- Variações econômicas: Crises econômicas podem reduzir a demanda por eventos e atividades recreativas, afetando a receita (ODS 1 – Erradicação da Pobreza);

- Regulamentações: Mudanças nas regulamentações para realização de eventos ou no uso da terra podem impactar negativamente a operação da chácara (ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis).

Como se verifica, a Chácara Nossa Senhora Aparecida apresenta várias forças, como sua localização estratégica e ambiente tranquilo, além de uma infraestrutura versátil e acolhedora para eventos; no entanto, enfrenta desafios em termos de dependência de eventos e necessidade de manutenção contínua. É certo que há oportunidades significativas no crescimento do turismo rural e na diversificação de eventos, bem como no uso de marketing digital para aumentar o alcance, embora a concorrência, as condições climáticas e as variações econômicas representem ameaças que precisam ser monitoradas e gerenciadas para garantir o sucesso contínuo dos empreendimentos relacionados à Chácara Nossa Senhora Aparecida.

### **c) Sugestões de Melhorias - Chácara Nossa Senhora Aparecida**

Melhorias para acessibilidade:

- Rampas de acesso: Instalar rampas com corrimãos nas entradas dos salões e nas áreas de lazer;

- Banheiros acessíveis: Construir ou adaptar banheiros com barras de apoio e espaço adequado para cadeirantes (ODS 10 – Redução das Desigualdades);

- Estacionamento: Reservar vagas de estacionamento próximas aos salões de festa com sinalização adequada;

- Sinalização e informações: Adicionar placas informativas com braille e sinalização clara para visitantes com deficiência visual;

Outras melhorias:

- Paisagismo: Melhorar o paisagismo ao redor dos salões para tornar o ambiente mais acolhedor;

- Eventos diversificados: Promover diferentes tipos de eventos, como workshops, feiras e retiros, para atrair um público variado (ODS 4 – Educação de Qualidade);

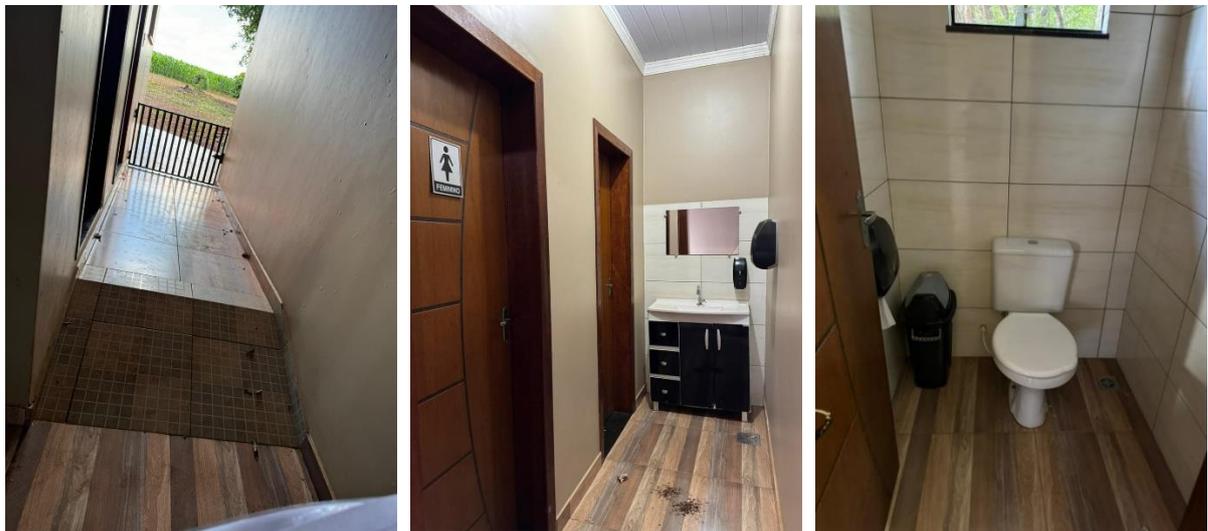
- Marketing digital: Investir em marketing digital, utilizando redes sociais e parcerias com influenciadores locais, para promover a chácara e os eventos, (ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação);

A propriedade possui um corredor lateral, como mostra a figura 21, por onde a pessoa com deficiência desce do veículo e por cujas rampas adentra ao interior do salão de festas. Para melhorar esse acesso, seria necessário aumentar o espaço, para facilitar a locomoção de cadeirantes, e a fixação de barras nas paredes, o que daria maior autonomia às PcD. Desse local, facilmente haverá acesso à área de banheiros (que também precisam de colocação de barras nas paredes) e também ao local para pernoite, se necessário.

Uma outra sugestão de melhoria seria que fossem retiradas as escadas que ligam os salões à área da cozinha, pois, dessa forma, as PcD poderiam ter acesso também a esses ambientes, melhorando sua experiência durante a hospedagem (ODS 1 – Erradicação da Pobreza; ODS 10 – Redução das Desigualdades).

Com essas melhorias, a Chácara Nossa Senhora Aparecida pode se tornar mais acessível e atrativa para um público diversificado, enquanto contribui para que sejam atingidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Figura 21 – Corredor lateral, acesso e interior dos banheiros – Chácara Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Autor (2024).

A Chácara Nossa Senhora Aparecida tem, então, alguns desafios a serem enfrentados para melhorar a acessibilidade do local. Todavia, é encorajador notar que os proprietários estão comprometidos em melhorar essa questão e já implementaram algumas medidas para tornar acessíveis partes do empreendimento.

#### 4.1.3.2 Recanto Olaria

Inicialmente, será feita uma descrição com foco na acessibilidade e na inclusão; em seguida, a será realizada a análise SWOT, e, finalmente, sugestões e melhorias ao empreendimento serão apresentadas.

##### a) Descrição do Empreendimento Rural Recanto Olaria

O Recanto Olaria está situado nas proximidades da cidade, onde a beleza natural se une à aventura ao ar livre para criar uma experiência memorável para todos os visitantes. A figura 22 apresenta a placa original do projeto, destacando os principais aspectos e objetivos dessa iniciativa turística.

Figura 22 – Placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná – Empreendimento Recanto Olaria



Fonte: Autor (2024).

Localizado em uma área privilegiada, o Recanto Olaria oferece uma variedade de atividades e comodidades para os amantes da natureza e da vida ao ar livre. Seja para uma cavalgada pelas trilhas sinuosas da região, um acampamento ou uma tarde

de pesca à beira da água, esse empreendimento tem tudo o que o visitante precisa para um passeio rural.

Para os entusiastas da equitação, o recanto oferece a oportunidade de explorar a paisagem da região a cavalo, com trilhas guiadas; tais passeios estão disponíveis para todos os níveis de habilidade, desde iniciantes até cavaleiros mais experientes, garantindo uma experiência segura e divertida para todos. O local oferece, ainda, áreas de acampamento, onde os visitantes podem montar suas barracas e desfrutar de noites tranquilas junto à fogueira, compartilhando histórias e experiências com amigos e familiares.

Além disso, os amantes da pesca podem desfrutar das águas calmas e cristalinas de lagos e riachos próximos, onde existe variedade de peixes. Os pescadores podem, assim, passar horas relaxando à beira da água, absorvendo a serenidade da natureza e desfrutando de momentos de paz e tranquilidade.

Com sua localização convenientemente próxima à cidade, o Recanto Olaria é o refúgio perfeito para aqueles que desejam escapar da agitação da vida urbana e reconectar-se com a natureza, seja para uma aventura emocionante a cavalo, uma noite sob as estrelas ou uma tarde relaxante de pesca. No entanto, é importante notar que, atualmente, esse empreendimento não oferece acessibilidade para pessoas com deficiência.

## **b) Análise SWOT – Propriedade Recanto Olaria**

O quadro 7 apresenta como forças do Recanto Olaria:

- Localização privilegiada: Proximidade com a cidade de Ubiratã-PR, facilitando o acesso dos visitantes que buscam um refúgio da vida urbana;
- Variedade de atividades: Oferece uma gama diversificada de atividades ao ar livre, incluindo cavalgadas, acampamento e pesca, atraindo diferentes perfis de visitantes;
- Experiência natural: A beleza natural e a serenidade do local proporcionam uma experiência memorável e relaxante para os visitantes;
- Aventura e lazer: Trilhas guiadas para cavalgadas que atendem a todos os níveis de habilidade, garantindo segurança e diversão;
- Ambiente de convivência: Áreas de acampamento que promovem socialização e compartilhamento de experiências.

Quadro 7 - Análise SWOT - Empreendimento Recanto Olaria

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
Localização privilegiada; Variedade de atividades; Experiência natural; Aventura e lazer; Ambiente de convivência.	Acessibilidade limitada; Dependência de condições climáticas; Necessidade de manutenção; Promoção limitada.
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
Expansão do turismo rural; Parcerias e eventos; Desenvolvimento de infraestrutura; Marketing digital.	Concorrência regional; Impactos ambientais; Variações econômicas; Regulamentações.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2024).

Listam-se como fraquezas:

- Acessibilidade limitada: Atualmente, o local não oferece infraestrutura adequada para pessoas com deficiência, limitando seu acesso às dependências;
- Dependência de condições climáticas: Muitas atividades são realizadas ao ar livre e podem ser impactadas negativamente por condições climáticas adversas;
- Necessidade de manutenção: Manter trilhas, áreas de acampamento e instalações de pesca em bom estado requer investimento contínuos em manutenção;
- Promoção limitada: Pode haver uma limitação na divulgação e no alcance de potenciais visitantes fora da região local.

Como oportunidades, destacam-se:

- Expansão do turismo rural: O aumento do interesse pelo turismo rural e ecológico pode atrair mais visitantes à propriedade;
- Parcerias e eventos: Parceria com escolas, clubes de cavalgada e associações de pesca podem aumentar a visibilidade e o uso das instalações;
- Desenvolvimento de infraestrutura: Melhorar a acessibilidade e expandir as comodidades podem atrair um público mais amplo e diversificado;
- Marketing digital: Investir em estratégias de marketing digital para promover as atividades e atrair visitantes de fora da região.

Como ameaças, podem-se apontar:

- Concorrência regional: Outras propriedades e atrações rurais na região podem oferecer atividades semelhantes, aumentando a concorrência;
- Impactos ambientais: Degradação ambiental, poluição e outras ameaças naturais podem afetar negativamente a qualidade do ambiente e das atividades;
- Variações econômicas: Crises econômicas podem reduzir a capacidade de investimento e a demanda por atividades recreativas pagas;

- Regulamentações: Mudanças nas regulamentações ambientais ou de turismo rural podem impactar as operações e exigir adaptações.

O Recanto Olaria possui, como se verifica, várias forças, como sua localização estratégica, a variedade de atividades ao ar livre e a experiência natural que proporciona aos visitantes; porém, enfrenta desafios em termos de acessibilidade e de manutenção contínua. Há oportunidades significativas no crescimento do turismo rural, parcerias e melhorias na infraestrutura, bem como no uso de marketing digital para aumentar o alcance, mas a concorrência, as ameaças ambientais e as variações econômicas são fatores que precisam ser monitorados e gerenciados para garantir o sucesso contínuo do Recanto Olaria.

### **c) Sugestões de Melhoria - Recanto Olaria**

Melhorias para acessibilidade:

- Rampas de acesso: Construir rampas com corrimãos nas áreas de camping, trilhas e espaços de pesca;
- Caminhos pavimentados: Criar trilhas e caminhos pavimentados que sejam acessíveis a cadeirantes;
- Banheiros acessíveis: Adaptar ou construir banheiros acessíveis nas áreas de camping e de recreação;
- Estacionamento: Reservar vagas de estacionamento próximas às principais áreas de atividade com sinalização adequada;

Outras melhorias:

- Aprimoramento das atividades: Introduzir novas atividades recreativas e de aventura, como tirolesa ou observação de aves;
- Infraestrutura de camping: Melhorar a infraestrutura de camping, oferecendo áreas cobertas, churrasqueiras e pontos de energia;
- Programas educativos: Desenvolver programas educativos sobre a flora e fauna locais, além de práticas sustentáveis.

Com essas melhorias, o Recanto Olaria pode se tornar mais acessível e atrativo para um público diversificado, enquanto contribui para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 4 (Educação de Qualidade) e ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

#### 4.1.3.3 Rancho Madeira Velha

Neste tópico, realiza-se uma descrição acerca do empreendimento Rancho Madeira Velha. A seguir, faz-se a análise SWOT e apresentam-se sugestões de melhoria para potencializar a experiência dos visitantes.

##### a) Descrição do Empreendimento Rancho Madeira Velha

O Rancho Madeira Velha está situado às margens serenas do Rio Piquiri, oferecendo uma experiência única para aqueles que procuram se desconectar da vida cotidiana e se reconectar com a natureza enquanto desfrutam de momentos especiais.

Figura 23 – Placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná – Rancho Madeira Velha



Fonte: Autor (2024).

A figura 23 apresenta a placa original do Projeto. O Rancho Madeira Velha é uma verdadeira obra-prima de reaproveitamentos, visto que o proprietário, com sua habilidade na construção civil, deu nova vida às madeiras que sobraram de diversas obras. Cada viga, cada tábuas, conta uma história, trazendo consigo o caráter e a autenticidade das construções passadas.

Figura 24 – Arquitetura toda em madeira do Rancho Madeira Velha



Fonte: Autor (2024)

Ao entrar no Rancho Madeira Velha, os visitantes são imediatamente envolvidos pela atmosfera acolhedora e rústica, onde o aroma da madeira envelhecida mistura-se com a brisa que vem do Rio Piquiri. Cada estrutura do rancho, como apresenta a figura 24, desde os espaços para eventos até os alojamentos para pernoite, reflete o cuidado e a atenção aos detalhes que foram dedicados à sua construção. Construído estrategicamente ao longo das margens do Rio Piquiri, o Rancho Madeira Velha oferece uma vista ampla da paisagem circundante.

Figura 25 – Vista externa do Rancho Madeira Velha



Fonte: Autor (2024).

Esse rancho está disponível para locação e pode acomodar até 40 pessoas, o que o torna ideal para uma variedade de eventos, como casamentos, festas e reuniões familiares, como se observa na figura 25. As instalações incluem espaços amplos e versáteis para eventos, bem como áreas de pernoites confortáveis, onde os hóspedes podem descansar após um dia de celebração.

Além disso, os hóspedes têm a oportunidade de explorar as belezas naturais ao redor do rancho, seja em passeios tranquilos ao longo das margens do rio, em atividades recreativas, como pesca, ou simplesmente admirando o pôr do sol espetacular sobre as águas serenas do Rio Piquiri.

Com sua localização privilegiada, instalações modernas e beleza natural deslumbrante, o Rancho Madeira Velha é o local perfeito para aqueles que desejam criar memórias inesquecíveis em um ambiente verdadeiramente encantador e acolhedor. A propriedade tem como limite, a cerca, como indica a figura 26. A partir dessa cerca, inicia-se a área de conservação que se estende até a margem do Rio Piquiri.

Figura 26 – Limite entre o empreendimento e a área de conservação



Fonte: Autor (2024).

Além disso, a equipe do Rancho Madeira Velha está sempre à disposição para atender às necessidades específicas dos hóspedes com deficiência, oferecendo assistência e suporte sempre que necessário, garantindo que todos se sintam bem-vindos e confortáveis durante sua estada no local.

## b) Análise SWOT – Empreendimento Rural Rancho Madeira Velha

A análise SWOT, conforme quadro 8, nos mostra como forças:

– Localização pitoresca: Situado nas margens do Rio Piquiri, oferece uma vista deslumbrante e um ambiente natural sereno;

- Arquitetura única: Construção toda em madeira reutilizada, a qual proporciona uma atmosfera rústica e acolhedora que é única e autêntica;

- Versatilidade de uso: Capacidade de acomodar até 40 pessoas, ideal para uma variedade de eventos como casamentos, festas e reuniões familiares;

- Beleza natural: O ambiente natural ao redor, incluindo a possibilidade de pesca, caminhadas e observação do pôr do sol, adiciona um grande valor à experiência dos visitantes;

- Acessibilidade e suporte: A equipe está disponível para atender às necessidades dos hóspedes com deficiência, garantindo conforto e bem-estar para todos;

Como fraquezas, salientam-se:

– Dependência de eventos: A sustentabilidade financeira pode estar fortemente dependente da realização de eventos, que podem variar em frequência e demanda;

- Manutenção contínua de estruturas: A manutenção contínua de estruturas de madeira e áreas naturais pode ser onerosa e exigir recursos significativos;

- Acessibilidade limitada: Embora ofereça assistência, a infraestrutura pode precisar de melhorias para atender plenamente às necessidades de acessibilidade;

- Promoção limitada: Pode haver uma limitação na divulgação e no alcance de potenciais clientes fora da região local;

Como oportunidades estão:

– Expansão do turismo rural: O aumento do interesse pelo turismo rural e ecológico pode atrair mais visitantes ao rancho;

- Eventos diversificados: Oferecer uma gama maior de eventos, incluindo retiros corporativos, workshops e eventos temáticos, pode aumentar a utilização do espaço;

- Parcerias e colaborações: Parcerias com empresas de eventos, organizações turísticas e instituições educacionais podem aumentar a visibilidade e a utilização do rancho;

- Marketing digital: Investir em marketing digital e nas redes sociais pode ampliar o alcance e atrair um público mais diversificado.

Quadro 8 - Análise SWOT - Empreendimento Rancho Madeira Velha

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
Localização ídrea; Arquitetura única; Versatilidade de uso; Beleza natural; Acessibilidade e suporte.	Dependência de eventos; Manutenção contínua de estruturas; Acessibilidade limitada; Promoção limitada.
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
Expansão do turismo rural; Eventos diversificados; Parcerias e colaborações; Marketing digital.	Concorrência; Impactos ambientais. Variações econômicas; Regulamentações.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2024).

Como ameaças, estão:

- Concorrência: Outras propriedades e espaços para eventos na região podem oferecer serviços semelhantes, aumentando a concorrência;
- Impactos ambientais: Mudanças climáticas e degradação ambiental podem afetar negativamente a qualidade do ambiente natural e as atividades ao ar livre;
- Variações econômicas: Crises econômicas podem reduzir a demanda por eventos e atividades recreativas, afetando a receita;
- Regulamentações: Mudanças nas regulamentações ambientais ou de turismo rural podem impactar as operações e exigir adaptações.

Portanto, o Rancho Madeira Velha apresenta várias forças, incluindo-se sua localização privilegiada, arquitetura única e versatilidade para eventos; por isso, há oportunidades significativas para esse empreendimento no crescimento do turismo rural, por meio da diversificação de eventos e do marketing digital para aumentar o alcance. Todavia, esse rancho enfrenta desafios em termos de manutenção contínua e de dependência de eventos para sustentabilidade financeira, e, além disso, a concorrência, as ameaças ambientais e as variações econômicas são fatores que precisam ser monitorados e gerenciados para garantir o sucesso contínuo do rancho. Entretanto, com uma estratégia bem definida para melhorar a acessibilidade e promover o negócio de forma eficaz, o Rancho Madeira Velha pode se tornar um destino ainda mais atrativo e popular.

### **c) Sugestões de Melhoria - Rancho Madeira Velha**

Melhorias para acessibilidade:

- Rampas de acesso: Construir rampas com corrimãos para todas as entradas das áreas de eventos e alojamentos;
- Banheiros acessíveis: Adaptar ou construir banheiros acessíveis com barras de apoio e espaço adequado;
- Caminhos pavimentados: Criar caminhos pavimentados e nivelados ao redor do rancho para facilitar o deslocamento dos visitantes;
- Sinalização e informações: Instalar placas informativas em braille e sinalização clara para orientar os visitantes com deficiência visual;

Outras melhorias:

- Paisagismo: Melhorar o paisagismo ao redor do rancho para criar áreas de descanso e contemplação;
- Eventos temáticos: Promover eventos temáticos, como festas juninas, festas de inverno, etc., para atrair diferentes públicos;
- Marketing e promoção: Investir em marketing digital e parcerias locais para promover o rancho e suas atividades.

É possível observar, na figura 27, que, no Rancho Madeira Velha, a preocupação com a acessibilidade é uma prioridade fundamental. Embora a entrada principal possa ser caracterizada pela presença de pedras irregulares, todas as instalações e áreas comuns foram cuidadosamente projetadas e adaptadas para garantir que todas as pessoas, incluindo-se aquelas com deficiência, possam desfrutar plenamente da experiência oferecida pelo rancho.

Para garantir a acessibilidade, as acomodações na parte térrea da construção foram especialmente designadas para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Essas acomodações oferecem todo o conforto necessário, permitindo que os hóspedes desfrutem de uma estadia confortável e conveniente.

Além disso, as áreas de lazer, como a piscina e a churrasqueira, também foram projetadas pensando-se na acessibilidade. Nesse sentido, rampas suaves e corrimãos foram instalados para facilitar o acesso a essas áreas, garantindo que todos os hóspedes possam desfrutar das atividades oferecidas pelo rancho sem qualquer dificuldade.

Figura 27 – Banheiro, salão de jogos e cozinha interna – Rancho Madeira Velha



Fonte: Autor (2024).

Na área da piscina, como se vê na figura 28, por exemplo, foram instaladas rampas de acesso, permitindo que cadeiras de rodas e outros dispositivos assistivos de mobilidade possam facilmente chegar à beira da piscina, permitindo que todos possam desfrutar de um mergulho refrescante nos dias ensolarados.

Figura 28 – Rampas de acesso a área de piscina e externa. Cozinha externa – Rancho Madeira Velha



Fonte: Autor (2024).

Da mesma forma, na área da churrasqueira, mesas e assentos foram dispostos de forma a proporcionar espaço suficiente para a circulação de cadeiras de rodas e outros dispositivos assistivos de mobilidade, garantindo que todos os hóspedes possam desfrutar de uma refeição ao ar livre sem obstáculos.

Com essas melhorias, o Rancho Madeira Velha pode se tornar mais acessível e atrativo para um público diversificado, enquanto contribui para que se atinjam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como ODS 10 (Redução das

Desigualdades), ODS 4 (Educação de Qualidade) e ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

#### **4.1.3.4 Recanto Rio Azul**

Apresenta-se, a seguir, uma descrição do empreendimento turístico Recanto Rio Azul. Logo após, realiza-se uma análise SWOT do negócio, e, por fim, são apresentadas sugestões de melhoria.

##### **a) Descrição do Empreendimento Rural Recanto Rio Azul**

O Recanto Rio Azul está situado em meio a paisagens deslumbrantes e rodeado pela tranquilidade da natureza; assim, é um verdadeiro refúgio para aqueles que buscam momentos memoráveis e relaxantes. Anteriormente conhecido por sua produção de embutidos e de frangos caipiras denominados de “Sabores do Sítio”, o Recanto Rio Azul passou por uma transformação inspiradora, tornando-se, atualmente, um destino ideal para festas e eventos. A figura 29 apresenta a placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná.

Figura 29 – Placa original do Projeto Desenvolvimento do Turismo Rural no Oeste do Paraná – Recanto Rio Azul



Fonte: Autor (2024)

Além do salão de festas, apresentado na figura 30, o Recanto Rio Azul oferece uma gama de atividades e comodidades para entreter e encantar os visitantes. A piscina oferece frescor nos dias quentes de verão, enquanto o espaço para pernoite, que inclui chalés rústicos, proporciona uma estadia relaxante e confortável para aqueles que desejam prolongar sua visita.

Para os mais aventureiros, a propriedade oferece espaços para camping em meio à natureza exuberante, conforme se observa na figura 31, permitindo que os visitantes acampem e se reconectem com o ambiente natural. Além disso, é possível a prática de uma variedade de esportes e atividades ao ar livre, incluindo-se futebol, vôlei, trilhas para caminhada e até mesmo gincanas.

Figura 30 – Vista frontal e interna do Salão de Festas – Recanto Rio Azul



Fonte: Autor (2024).

Um dos pontos altos do empreendimento são suas inúmeras fontes de água, com minas e riachos que proporcionam água fresca e cristalina em abundância. Os visitantes podem desfrutar de passeios relaxantes ao longo das margens dos riachos, explorar as trilhas cênicas ou simplesmente relaxar ao som suave da água corrente.

Figura 31 – Trilhas e abundância de fontes de água – Recanto Rio Azul



Fonte: Autor (2024).

## b) Análise SWOT – Empreendimento Recanto Rio Azul

O quadro 9, a seguir, apresenta, como forças do Recanto Rio Azul:

- Ambiente natural deslumbrante: Situado em meio a paisagens naturais belas e tranquilas, proporciona um refúgio ideal para relaxamento e realização de eventos;
- Versatilidade para eventos: Oferece um salão de festas, piscina, chales rústicos para pernoite e espaços para camping, acomodando uma ampla variedade de eventos e atividades;

- Atividades diversificadas: Disponibilidade de esportes e atividades ao ar livre, como futebol, vôlei, trilhas para caminhada e gincanas, atraindo diferentes perfis de visitantes;

- Recursos naturais: Abundância de fontes de água, minas e riachos, que enriquecem a experiência dos visitantes e oferecem passeios relaxantes;

- Histórico de produção local: Anteriormente conhecido por sua produção de produtos embutidos e frangos caipiras, adiciona um toque de autenticidade e tradição ao local.

Citam-se como fraquezas:

– Manutenção e gestão: A manutenção de uma propriedade grande, com muitas atividades e infraestrutura diversa pode ser desafiadora e custosa;

- Acessibilidade limitada: Pode haver limitações na acessibilidade para pessoas com deficiência, o que pode restringir a inclusão de todos os visitantes;

- Promoção limitada: Pode haver uma limitação na divulgação e no alcance de potenciais visitantes fora da região local;

- Dependência de eventos: A sustentabilidade financeira pode estar fortemente dependente da realização de eventos, que podem variar em frequência e demanda.

Quadro 9 - Análise SWOT - Empreendimento Recanto Rio Azul

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
Ambiente natural deslumbrante; Versatilidade para eventos; Atividades diversificadas; Recursos naturais; Histórico de produção local.	Manutenção e gestão; Acessibilidade limitada; Promoção limitada; Dependência de eventos.
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
Expansão do turismo rural; Desenvolvimento de parcerias; Marketing digital; Eventos temáticos e workshops.	Concorrência regional; Condições climáticas; Variações econômicas; Regulamentações.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2024).

Como oportunidades, os destaques são:

– Expansão do turismo rural: O aumento do interesse pelo turismo rural e ecológico pode atrair mais visitantes à propriedade;

- Desenvolvimento de parcerias: Parcerias com empresas de eventos, operadores turísticos e organizações comunitárias podem aumentar a visibilidade e a utilização do recanto;

- Marketing digital: Investir em estratégias de marketing digital e presença em redes sociais pode ampliar o alcance e atrair um público mais diversificado;

- Eventos temáticos e workshops: Oferecer eventos temáticos, retiros e workshops pode diversificar a oferta e atrair diferentes públicos;

Como ameaças, é possível apontar:

- Concorrência regional: Outras propriedades e espaços para eventos na região podem oferecer serviços semelhantes, aumentando a concorrência;

- Condições climáticas: Atividade ao ar livre e eventos podem ser impactados negativamente por condições climáticas adversas;

- Variações econômicas: Crises econômicas podem reduzir a demanda por eventos e atividades recreativas, afetando a receita;

- Regulamentações: Mudanças nas regulamentações ambientais ou de turismo rural podem impactar as operações e exigir adaptações;

Em resumo, o Recanto Rio Azul possui várias forças, como seu ambiente natural deslumbrante, versatilidade para eventos e atividades diversificadas, e há oportunidades significativas para esse negócio no crescimento do turismo rural, desenvolvimento de parcerias e marketing digital para aumentar o alcance. No entanto, enfrenta desafios em termos de manutenção, acessibilidade e promoção; desse modo; a concorrência, as condições climáticas e as variações econômicas são fatores que precisam ser monitoradas e gerenciados para garantir o sucesso contínuo do recanto. Logo, com uma estratégia bem definida para melhorar a acessibilidade e promovê-lo de forma eficaz, o Recanto Rio Azul pode se tornar um destino ainda mais atrativo e popular.

### **c) Sugestões de Melhoria - Recanto Rio Azul**

Melhorias para acessibilidade:

- Rampas de acesso: Instalar rampas com corrimãos nas áreas de festa, piscina e chalés. Essas ações estão em acordo ao ODS 10: Garantir a inclusão de pessoas com deficiência, promovendo a equidade no uso das instalações;

- Banheiros acessíveis: Adaptar ou construir banheiros acessíveis próximos às áreas de festa e chalés. Essas ações estão em acordo ao ODS 10: Proporcionar conforto e dignidade a todos os visitantes, independentemente de suas capacidades físicas;

- Caminhos pavimentados: Criar trilhas e caminhos pavimentados que sejam acessíveis a cadeirantes. Ações em acordo com o ODS 10: Assegurar que todos os visitantes possam se deslocar facilmente e com segurança pelo recanto;

- Sinalização e informações: Adicionar placas informativas em braille e sinalização clara para visitantes com deficiência visual. Ação ODS 10: Promover a inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência visual;

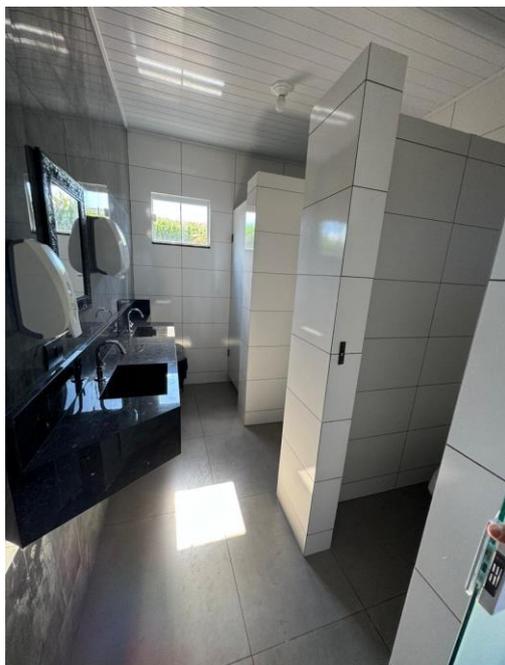
Outras melhorias:

- Melhorias na piscina: Adicionar dispositivos de entrada e saída acessíveis na piscina, como cadeiras elevatórias, ação que atende ao ODS 3: Garantir que todos possam usufruir das instalações de lazer, promovendo a saúde e o bem-estar;

- Diversificação de atividades: Introduzir novas atividades recreativas, como aulas de natação, yoga ao ar livre, e observação de aves. ODS 3: Promover atividades que incentivem um estilo de vida saudável e o contato com a natureza;

- Marketing e promoção: Utilizar mídias sociais e parcerias locais para promover o recanto e suas atividades, atraindo um público mais diversificado. Ações de acordo com o ODS 15: Expandir o alcance e a visibilidade do recanto através de estratégias de marketing colaborativo e digital.

Figura 32 – Banheiros e dormitórios – Recanto Rio Azul



Fonte: Autor (2024).

No Recanto Rio Azul, a acessibilidade do espaço, de maneira geral, deixa a desejar, como demonstra a figura 32. Isso ocorre porque os acessos às áreas de acampamento e às margens das represas apresentam obstáculos e buracos, dificultando a passagem de qualquer pessoa e, mais ainda, das que apresentam alguma dificuldade de locomoção.

Em conversa com os proprietários, eles concordam e demonstram preocupação em fazer essas correções; contudo, aguardam mais investimentos e maior orientação por parte do poder público, visando a melhorar a acessibilidade da rota. São abertos a mudanças e se colocam à disposição para corrigir o que for necessário, visando a oferecer uma melhor experiência às pessoas com deficiência que quiserem visitar a propriedade.

No Recanto Rio Azul, observa-se a ausência de rampas de acesso tanto à área da piscina quanto ao salão de festas, conforme confirma a figura 33. Essa falta de infraestrutura impede a plena acessibilidade para pessoas com deficiência; portanto, é imperativo implementar melhorias que garantam a inclusão e a equidade no uso das instalações.

Figura 33 – Área externa do Salão de Festas e piscina – Recanto Rio Azul



Fonte: Autor (2024).

Essas sugestões de melhorias focam tanto na acessibilidade quanto na atração e satisfação dos visitantes, com o intuito de ajudar a tornar cada propriedade mais inclusiva e atraente para um público mais amplo.

#### 4.1.4 Análise geral dos empreendimentos da Rota Agrobiratã

A seguir, apresenta-se a análise de todos os empreendimentos que compõem a Rota Agrobiratã e apontam-se sugestões que visam a aprimorar esses empreendimentos, destacando-se o compromisso com a qualidade, a inclusão e a sustentabilidade. Com essas melhorias, espera-se criar um ambiente acolhedor e acessível para todos, promovendo o desenvolvimento do turismo rural no Oeste do Paraná.

### **a) Análise SWOT de todos os empreendimentos**

No quadro 10, apresenta-se a análise SWOT, de forma geral, abrangendo todos os empreendimentos da Rota Agrobiratã.

Como forças desses empreendimentos, destacam-se:

- Paisagem natural: A Rota Agrobiratã possui cenários naturais, o que pode atrair turistas e amantes da natureza;

- Presença de placas de sinalização: A sinalização viária é presente, como mostra a figura 34, indica com clareza as propriedades ao longo da Rota Agrobiratã. Também está à disposição do visitante o QR Code de cada propriedade, nas placas de sinalização. Porém, não há um site, um local de consulta pública, no qual o visitante possa ter acesso a esse QR Code e também obter mais informações sobre as propriedades a serem visitadas. Observa-se também, que, de uma forma geral, não há sinalização interna nos empreendimentos turísticos, como placas indicativas de recepção, de banheiros, de áreas de lazer e de emergência.

Os QR Code utilizados para facilitar o acesso às propriedades não estavam completamente funcionais quando foi realizada a pesquisa de campo. A indicação da propriedade Sítio São Francisco – Embutidos Saran, por exemplo, está invertida com o da Pamonhas e Doces Jaboticabal, dificultando a chegada dos visitantes.

- Estradas conservadas: Com relação às condições das estradas que ligam os empreendimentos turísticos, verifica-se que são de pedras irregulares, conforme se vê na figura 33, em ótimas condições de trafegabilidade e com sinalização adequada, embora não haja disponibilidade de transporte público para os empreendimentos turísticos, como ônibus ou vans. Nos empreendimentos, que recebem visitantes, verifica-se que na Chácara Nossa Senhora Aparecida, na Piscicultura Magni e no Pesque-Pague Arcanjo existem estacionamentos.

Porém, na Agroindústrias Dalla Corte, não há estacionamento, e o acesso interno à propriedade necessita de maiores cuidados. Os proprietários disseram que estão em conversação com a prefeitura local, para que tal acesso seja melhorado. Logo, o Estado, sendo responsável pelas obras públicas e serviços essenciais à sociedade, precisa também suprir as demandas existentes no sistema de transporte público, de forma a reduzir as diferenças de localização dessas oportunidades (Santos, 2000).

- Facilidade de locomoção em veículos próprios: Atualmente, as discussões sobre a sustentabilidade dos espaços rurais têm evidenciado que a acessibilidade é uma questão essencial para o desenvolvimento territorial. O planejamento e os investimentos em acessibilidade são fundamentais, pois influenciam a capacidade das pessoas de acessar locais de interesse e obter bens e serviços, convertendo essas possibilidades em oportunidades. Dessa forma, promove-se um desenvolvimento territorial mais equitativo e sustentável (Campos; Ramos, 2005).

Portanto, estabelecer parcerias entre governos, ONGs e empresas privadas para financiar o turismo acessível no espaço rural é de extrema importância. Essas parcerias podem ajudar a alavancar recursos, compartilhar melhores práticas e aumentar a visibilidade do turismo acessível, em atendimento ao Objetivo 1 – Erradicar a Pobreza – dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Quadro 10 - Análise SWOT – De Todos os Empreendimentos da Rota Agrobiratã

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
Paisagem natural; Presença de placas de sinalização; Estradas conservadas; Facilidade de locomoção em veículo próprio.	Divulgação insuficiente; Política municipal de turismo; Investimentos públicos e privados; Acessibilidade limitada.
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
Criação de uma página nas redes sociais; Criação de uma linha de turismo aos sábados e domingos, com acompanhamento de guia especializado; Qualificação da mão-de-obra local; Distribuição de flyers com informações da rota.	Condições climáticas adversas; Flutuações econômicas; Competição com outros destinos turísticos; Regulamentações governamentais.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2024).

Como oportunidades, ressaltam-se os seguintes pontos:

- É essencial destacar a criação e a manutenção de uma página nas redes sociais, que deve ser atualizada regularmente com informações atrativas. Essa

estratégia tem o potencial de gerar expectativa e engajamento entre os potenciais frequentadores;

- Adicionalmente, a implementação de uma linha de turismo operando aos sábados, domingos e feriados, acompanhada por guias especializados, proporcionará uma experiência mais enriquecedora para os visitantes, promovendo uma maior apreciação das atrações locais;

- Outra oportunidade significativa reside na qualificação da mão-de-obra local. Investir na capacitação dos trabalhadores assegura que os serviços oferecidos sejam de alta qualidade e atendam às expectativas dos turistas, melhorando a reputação e a atratividade da rota. Além disso, o projeto estará contribuindo com o Objetivo 1 – Erradicação da pobreza, dos Objetivos do Milênio;

Figura 34 - Estradas de ligação Rota Agrobiratã



Fonte: Autor (2024) .

- Por fim, a distribuição de *flyers* com informações detalhadas sobre a Rota Agrobiratã é uma estratégia eficaz para facilitar o acesso dos visitantes a dados essenciais e incentivar a visita. Esse material informativo pode servir como um

guia prático, que melhorará a experiência do turista, promovendo a rota de forma mais ampla.

Como fraquezas, entre as identificadas, destacam-se os seguintes pontos críticos:

- Divulgação insuficiente: A rota apresenta nenhuma ou pouca divulgação, o que limita significativamente seu alcance e reconhecimento entre potenciais visitantes. A ausência de estratégias de marketing eficazes, portanto impede a promoção adequada das atrações e serviços oferecidos;

- Política municipal de turismo: A falta de uma política municipal de turismo robusta compromete o desenvolvimento sustentável da rota, uma vez que ausência de diretrizes claras e de apoio institucional resulta em uma coordenação deficiente entre os diferentes atores envolvidos no setor turístico;

- Investimentos públicos e privados: A insuficiência de investimentos, tanto públicos quanto privados, limita a infraestrutura e os serviços disponíveis na rota. Essa carência de recursos financeiros impede a realização de melhorias necessárias e a expansão das ofertas turísticas, afetando negativamente a experiência dos visitantes;

- Acessibilidade limitada: Limitações na infraestrutura, que dificultam o acesso para pessoas com deficiência, restringindo a inclusão de todos os visitantes.

Com relação às ameaças, foram detectadas em relação à Rota Agrobiratã:

- Condições climáticas adversas: Eventos climáticos extremos, como secas, enchentes ou tempestades, podem prejudicar a produção agrícola e a infraestrutura turística, afetando negativamente a experiência dos visitantes e a viabilidade dos empreendimentos rurais;

- Flutuações econômicas: Crises econômicas podem reduzir o número de turistas e a demanda por produtos rurais, afetando a receita dos empreendimentos que dependem tanto do turismo quanto da venda de produtos agrícolas;

- Competição com outros destinos turísticos: O surgimento de novos destinos turísticos rurais ou a melhoria de destinos concorrentes podem desviar visitantes da Rota Agrobiratã, reduzindo seu fluxo de turistas e, conseqüentemente, sua receita;

- Regulamentações governamentais: Mudanças nas políticas agrícolas, ambientais ou turísticas podem impor restrições ou custos adicionais aos empreendimentos da Rota Agrobiratã, dificultando suas operações e competitividade.

## **b) Sugestões de melhorias e potencialidades**

Após analisar a situação atual da acessibilidade nos empreendimentos turísticos da Rota Agrobiratã, elencam-se, a seguir, áreas de melhoria e potencialidades para tornar esses locais mais acessíveis:

**Instalação de rampas de acesso:** Necessidade de instalar rampas de acesso em áreas onde há barreiras arquitetônicas, como na entrada principal, em banheiros e em áreas de lazer. Nesse sentido, é importante certificar que as rampas tenham inclinação adequada e corrimãos para garantir a segurança e facilitar o acesso de pessoas com mobilidades reduzida;

**Melhoria da sinalização:** Atualizar a sinalização existente para torná-la mais clara, compreensível e inclusiva, utilizando símbolos universais, cores contrastantes e fonte legíveis. Além disso, instalar sinalização tátil em áreas estratégicas para orientar pessoas com deficiência visual, como elevadores, escadas e portas;

**Capacitação de funcionários:** Realizar treinamentos regulares para capacitar os funcionários a lidar com pessoas com deficiência, sensibilizando-os sobre as necessidades e direitos das pessoas com deficiência. É importante incentivar a empatia e a inclusão no atendimento ao público, garantindo que todos os funcionários estejam preparados para oferecer assistência e apoio quando necessário;

**Adoção de tecnologias assistivas:** Considerar a utilização de tecnologias assistivas, como aplicativos de comunicação por texto, dispositivos de realidade aumentada e sistemas de navegação acessível, para auxiliar pessoas com diferentes tipos de deficiência;

**Colaboração entre setor público, proprietários e comunidade local:** Estabelecer parcerias e colaborações entre o setor público, os proprietários de empreendimentos turísticos e a comunidade local para identificar e implementar melhorias na acessibilidade de forma eficaz;

Promover a conscientização da comunidade local e seu engajamento sobre a importância da acessibilidade, incentivando a participação ativa na identificação de necessidades e na busca por soluções.

Ao implementar essas medidas práticas de melhoria da acessibilidade e promover a colaboração entre os diferentes atores envolvidos, é possível criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor nos empreendimentos turísticos da Rota Agrobiratã, proporcionando uma experiência positiva para todos os visitantes, independentemente de suas habilidades ou necessidades. Para promover o

desenvolvimento no meio rural é fundamental a busca por alternativas e políticas públicas direcionadas para recuperar esse meio e para proporcionar melhores condições de vida para sua população (Chonchol, 2005).

Entretanto, embora os proprietários da Rota Agrobiratã estejam investindo em melhorias, como é o caso do Recanto Rio Azul, esses esforços têm sido realizados sem a consultoria de um profissional especializado, resultando em soluções inadequadas. Por consequência, a falta de uma assessoria técnica qualificada tem levado ao abandono de projetos iniciais, refletindo na incapacidade de suprir as necessidades de acessibilidade do local.

Para resolver essas deficiências, sugere-se a elaboração de um plano detalhado de acessibilidade, com a inclusão de rampas estrategicamente posicionadas, banheiros adaptados, e um estacionamento acessível. A implementação dessas melhorias deve ser acompanhada por um profissional especializado, garantindo a conformidade com as normas de acessibilidade e promovendo a inclusão. Como parte do projeto, apresentam-se simulações de plantas e figuras ilustrativas para melhor visualização das modificações propostas.

Portanto, é crucial que os proprietários busquem assessoria técnica para garantir a execução das melhorias sugeridas, a fim de assegurar um ambiente acessível e inclusivo. Os proprietários rurais precisam ser direcionados e embasados em uma metodologia confiável para a formação do produto a ser oferecido, objetivando a sustentabilidade desses empreendimentos pois, “[...] caso não seja utilizada uma metodologia consistente, o empreendimento pode tornar-se uma experiência malsucedida, resultando em frustrações, tanto para o empreendedor quanto para os visitantes” (Fontana; Dencker, 2006, p.6).

A disponibilidade de rampas, banheiros adaptados e um estacionamento acessível são medidas essenciais para promover a equidade no uso das instalações das propriedades da Rota Agrobiratã. Assim, implementar essas mudanças não apenas atende às necessidades dos visitantes PcD, mas também contribui para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do espaço.

Para tornar a Rota Agrobiratã ainda mais atrativa e inclusiva, é fundamental implementar melhorias que não apenas realcem a experiência dos visitantes, mas também garantam a acessibilidade para pessoas com deficiências. Cada propriedade possui características únicas que contribuem para a riqueza do turismo rural na região; então, as sugestões a seguir visam a aprimorar essas propriedades, destacando o

compromisso com a qualidade, a inclusão e a sustentabilidade. Com essas melhorias, espera-se criar um ambiente acolhedor e acessível para todos, promovendo o desenvolvimento do turismo rural no Oeste do Paraná.

### **c) Integração com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)**

De acordo com a realização da presente pesquisa empírica, apresentam-se, na sequência, sugestões para atendimento aos ODS identificados no início desta investigação.

ODS 1: Erradicação da Pobreza – Criar empregos e oportunidades de renda para a comunidade local por meio de parcerias e desenvolvimento de novos serviços;

ODS 3: Saúde e Bem-Estar – Promover atividades saudáveis e acessíveis a todos os visitantes, garantindo infraestrutura adequada;

ODS 10: Redução das Desigualdades – Implementar melhorias de acessibilidade em todas as áreas do recanto, assegurando inclusão para todos os visitantes;

ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis – Adotar práticas de gestão sustentável de recursos e promover a educação ambiental entre os visitantes;

ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação – Desenvolver parcerias estratégicas com organizações locais e internacionais para fortalecer a sustentabilidade e o alcance dos empreendimentos.

Implementando essas ações, os empreendimentos da Rota Agrobiratã não só melhorarão suas operações e atratividade, mas também contribuirão para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, promovendo um futuro mais inclusivo e sustentável.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi realizada uma análise sobre a acessibilidade nos empreendimentos de turismo no espaço rural na Rota Agrobiratã, situada no município de Ubiratã, Paraná. O objetivo principal foi investigar a situação atual da acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nesses locais, visando a proporcionar uma análise dos empreendimentos e da rota e identificar áreas de melhoria nesses espaços.

Inicialmente, buscou-se compreender o turismo no espaço rural de Ubiratã-PR, como um contexto para situar os empreendimentos turísticos. A partir dessa contextualização, analisou-se a acessibilidade da Rota Agrobiratã, considerando-se tanto aspectos físicos, infraestrutura de transporte e condições das estradas, quanto aspectos comunicacionais e cognitivos e a disponibilidade de informações claras e compreensíveis para todos os visitantes.

Os resultados desta análise revelaram que, embora existam iniciativas positivas em termos de acessibilidade em alguns empreendimentos, ainda há desafios significativos a serem enfrentados para garantir que todos os visitantes possam desfrutar plenamente das experiências oferecidas pela Rota Agrobiratã. Entre os principais problemas identificados estão a falta de rampas de acesso adequadas, sinalização inadequada e a necessidade de capacitação dos proprietários e funcionários para atender pessoas com deficiência.

Entretanto, também foram identificadas potencialidades para a melhoria da acessibilidade na Rota Agrobiratã. Foram sugeridas medidas práticas, como a instalação de rampas de acesso, melhoria da sinalização e capacitação dos proprietários e funcionários. Além disso, ressaltou-se a importância da colaboração entre o setor público, os proprietários de empreendimentos turísticos e a comunidade local para implementar essas melhorias de forma eficaz.

Diante desses resultados, torna-se evidente a necessidade de um esforço conjunto para promover a acessibilidade nos empreendimentos de turismo no espaço rural na Rota Agrobiratã. Essa iniciativa não apenas atenderá às demandas das pessoas com deficiência, mas também promoverá a inclusão, a diversidade e a sustentabilidade no turismo local.

Em suma, este estudo contribui para o avanço do conhecimento sobre a acessibilidade no turismo no espaço rural ao fornecer uma análise detalhada das

condições de acessibilidade nos empreendimentos da Rota Agrobiratã. No campo teórico, amplia a compreensão sobre as interações entre turismo, acessibilidade e legislação. Na prática, oferece *insights* para a implementação de medidas eficazes que possam reduzir barreiras físicas e estruturais. Socialmente, reforça a importância da inclusão, promovendo um ambiente turístico mais acessível e igualitário para pessoas com deficiência.

Na elaboração desta dissertação, diversas dificuldades exigiram um esforço significativo para serem superadas. A grande barreira foi a coleta de dados, especialmente em relação à obtenção de informações precisas e atualizadas sobre os empreendimentos da Rota Agrobiratã e o contexto regional. Além disso, buscou-se fazer a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao estudo e isso apresentou um desafio metodológico, pois foi necessário alinhar as práticas e estratégias do empreendimento com as diretrizes globais de sustentabilidade. Também a conciliação de uma visão estratégica para os empreendimentos com as expectativas e necessidades da comunidade local e dos visitantes exigiu uma reflexão profunda e cuidados para propor soluções viáveis e inclusivas. Esses desafios, porém, enriqueceram o processo de pesquisa e contribuíram para uma compreensão mais abrangente e detalhada do objeto de estudo.

Este estudo contribuiu significativamente para o avanço da ciência ao fornecer uma análise detalhada e prática dos empreendimentos da Rota Agrobiratã, integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao contexto do turismo no espaço rural. A pesquisa não apenas destaca a importância da sustentabilidade e da inclusão social, mas também oferece um modelo de análise SWOT adaptado para avaliar empreendimentos similares, proporcionando *insights* para gestores e pesquisadores. Além disso, o estudo sugere diversas melhorias práticas que podem ser implementadas para promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Para futuras pesquisas, recomenda-se averiguar a implementação das estratégias sugeridas neste estudo em diferentes contextos regionais, bem como investigar o impacto a longo prazo dessas práticas sustentáveis sobre a economia local, o meio ambiente e a qualidade de vida das comunidades envolvidas. Outra área promissora para futuras investigações é a análise comparativa entre diferentes modelos de turismo sustentável, visando a identificar as melhores práticas e adaptá-las a diversas realidades socioeconômicas e ambientais.

## REFERÊNCIAS

AGENDA 21. Curitiba: IPARDES, 1997

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

ALMEIDA, J.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

ALMEIDA, M. G. **A sedução do turismo no espaço rural**: das naturezas e políticas. In: Santos, O. S., & Souza, M. (org.). *Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri, São Paulo: Manole, 2010.

ALTMANN, R. et al. **Perspectivas para a agricultura familiar**: horizonte 2010. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002. 112p.

ALVES, M. O.; VALENTE JÚNIOR, A. S. Perfil das atividades não-agrícolas no rural do Polo de Desenvolvimento de Agronegócios Baixo Jaguaribe: resultados preliminares. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XLI, 2003. **Anais...** [CDROM]. Juiz de Fora, SOBER, 27 a 30/07/2003.

ANDRADE, L. L.; ALVES, A. M. **A inclusão do surdo na atividade do turismo através do uso de Libras**. Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Turismo, Fundação Visconde de Cairu, 2011. Disponível em: [http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/ARTIGO\\_LIVIA\\_turismo.pdf](http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/ARTIGO_LIVIA_turismo.pdf). Acesso em 14 out 2023.

ARENHART, A.; FONTANA, R. F. **Reflexões sobre o Turismo Rural e o Desenvolvimento Sustentável**. Turismo e Sociedade. Curitiba, v. 12, n. 3, p. 139-157, setembro-dezembro de 2019.

BAGRI, S. C, & Kala, D. **Residents' Attitudes toward Tourism Development and Impacts in Koti -Kanasar, Indroli, Pattayur Tourism Circuit of Uttarakhand State, India**. PASOS. Revista de Turismo y Patrimônio Cultural, 14(1), 23-39, 2016.

BENI, M.C. **Dimensão e Dinâmica de Clusters no Desenvolvimento Sustentável do Turismo**. Estudos Turísticos, 2003.

BEZERRA, S. S. & FERKO, G. P. S. **Turismo Rural versus o Turismo Não-Rural**: estudos de casos em Roraima. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, 11, 2, mai-jul, 250-272, 2018.

BLANCO, E. S. **O turismo rural em áreas de agricultura familiar**. In: BARTHOLO R.; SANSOLO, D. G., BURSZTYN, I. (orgs). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem., 2009.

BLANCO, E. S. **O Turismo Rural em áreas de agricultura familiar**: a “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. Caderno Virtual de Turismo, v. 4, n,3, 2004.

BLOS, W. **Turismo rural e desenvolvimento local**. Santa Maria, RS: Facos (Série Dissertações em Turismo Rural), 2005.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade – O que é – O que não é**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2012. 200 p.

BRASIL. **Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em 13 ago. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politicaexterna/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/135-agenda-dedesenvolvimento-pos-2015>. Acesso em: 12 mai. 2024.

BRASIL. **Ministério do Turismo**. ..... disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctur/apresentacoes-em-eventos/celso-sabino-ministro-do-turismo-23-de-agosto. Acesso em 07-11-2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003. Disponível em: [http://www.institutobrasilrural.org.br/download/E\\_Diretrizes\\_TR.pdf](http://www.institutobrasilrural.org.br/download/E_Diretrizes_TR.pdf). Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Cadernos de Turismo. Introdução à Regionalização do Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Rural**: orientações básicas. 2 ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRICALLI, L. C. L.; **Estudo das tipologias do turismo rural**: Alfredo Chaves (ES). Santa Maria: FACOS – UFSM, 2005.

BUHALIS, D.; Darcy, S. **Acessible Tourism: Concepts and Issues**. Bristol, London: Channel View Publications, 2011.

CALS, J.; CAPELLÀ, C.; VAQUÉ, E. **El turismo en desarrollo rural em España**. Madri: Min. De Agricultura, 1995.

CALVENTE, M. C. M. H. **Turismo Rural no Norte Velho do Paraná**. Tese, Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 1999.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. **Ações de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro sob o Enfoque no Desenvolvimento Local**. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/6167/3669>. Acesso em: 13 jul. 2024.

CAMPOS, V. B. G.; RAMOS, R. A. R.; **Proposta de Índice de Mobilidade Sustentável para Áreas Urbanas**, 2005. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://aquarius.ime.eb.br/~webde2/prof/vania/pubs/(22)INDICE.pdf. Acesso em: 13 jul. 2024.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. **Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural**. Revista Turismo em Análise, v. 21, n.1, p.3-24, 1 abr. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14203/16021>. Acesso em: 09 nov. 2023.

CAPES. **Portal Periódico Capes**, 2018. Disponível em: [https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\\_pcollection](https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcollection). Acesso em 13 ago. 2023.

CARVALHO, L.S. C.; LEITE, ADRIANA S. **Adequação e inadequação social da tecnologia**: O caso de um grupo artesanal de peixes defumados no Vale do São Francisco. 8º ENEDS. Ouro Preto-MG, 2021.

CARVALHO-FREITAS, M. N. **A Inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras** – Um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho. Tese de doutorado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2007.

CAVACO, C. **Turismo rural e desenvolvimento local**. In: RODRIGUES, A. Turismo e geografia reflexões teóricas e enfoques regionais. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, v. 19, n.55, p.33-48, 2005.

CORBARI, Fábio. **Transição Agroecologia: Um Estudo de Experiências no Brasil e no México**. Tese (doutorado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2020.

CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches**. Sage Publications, 2013.

DE ARAÚJO, A. G.; CARNEIRO, A. M. P.; PALHA, R. P.; **Metodologia Quantitativa de Avaliação dos Aspectos Ambientais em Infraestruturas**. XII SIBRAGEC Simpósio Brasileiro de Gestão e Economia da Construção. Maceió-AL, 2020.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R.; **Subsídios Metodológicos na Construção de Uma “Acessibilidade Plena”**: a produção da identidade e da subjetividade de pessoas com deficiência, 2013. Disponível em: <https://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/380>. Acesso em: 13 jul. 2024.

DUARTE, D. C.; PEREIRA, A. D. J. **O Papel da Mulher no Turismo Rural: Um Estudo no Circuito Rajadinha de Planaltina-Distrito Federal**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, 12, 81-102. 2018.

ELESBÃO, I. **Turismo rural em São Martinho (SC)**: uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal. Santa Maria: ed. Do Grupo Turismo e Desenvolvimento, 2005.

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo. **Diretrizes do programa nacional de municipalização do turismo**. Brasília: Embratur, 1999.

FAO/INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA. Brasília. 2000. 74p.

FAORO, D. T. O.; CONTERATTO, C.; LOVATTO, L. G.; OLIVEIRA, A. S.; TALAMINI, E.; **Análise Swot em empreendimentos rurais**: uma maneira de desenvolver o potencial competitivo no turismo. Revista Eletrônica Documento Monumento. Vol.27, n.1, dez 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ufmt.br/ndihr/revista/revistas-antecedentes/revista-dm-27.pdf>. Acesso em 18 nov. 2023.

FERENCE, T. P., & Thurman, P. W. **Estratégia**. São Paulo: Saraiva Editora, 2012.

FIALHO, M. A. V.; SCHNEIDER, F. **Agricultura familiar e as rendas não-agrícolas na região metropolitana de Porto Alegre**: Um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti – RS. UFRGS, 2000.

FONTANA, R. F. Inovação no Planejamento do Turismo e da Hospitalidade no Espaço Rural. In: Santos, E. O.; Souza, M. (Orgs.). **Teoria e Prática do Turismo no Espaço Rural**. Barueri, SP: Manole, 2010, p. 259-273.

FONTANA, R. F.; FLORES, L. C. S. (2013). **Hospitalidade virtual x Meios de hospedagem**: análise dos sites dos hotéis fazenda do Paraná. X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 15 a 18 de outubro de 2013. Universidade de Caxias do Sul. Disponível em: [https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/10/\[75\]x\\_anptur\\_2013.pdf](https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/10/[75]x_anptur_2013.pdf). Acesso em 14 out 2023.

FONTANA, R. F.; SANTOS, J. C. V.; FONTANA, A. C.; **Hotel Fazenda enquanto contributo para o desenvolvimento rural sustentável**: um ensaio teórico. Revista Turydes: Turismo Y Desarrollo, n. 28, 2020.

FONTANA, Rosislene; DENCKER, Ada. **Turismo Rural**: Desencontros de uma realidade. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, 4., 2006, Caxias do Sul. Anais.

FRESTEIRO, R. H. **A Influência da Iluminação nos Ambientes Acessível – Identificando Barreiras**. In: ORBSTEIN, Sheila Walbe (Org.); ALMEIDA PRADO, Adriana Romeiro de (Org.); LOPES, Maria Elisabete (Org.). Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010.

FREITAS, M. C. **Educação inclusiva: diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão**. Caderno de Pesquisa, São Paulo, v.53, e 10084, 2023.

GARNER, E. DE LA O CAMPOS, A. **Identifying the “family farm”**: an informal discussion of the concepts and definitions. ESA Working Paper nº 14 – 10. Romeo, FAO, 2014.

GHOORBANI, A. Raufirad, V., Rafiaani, P., & Azadi, H. **Ecotourism sustainable development strategies using SWOT and QSPM modelo**: A case study of Kaji Namakzar Wetland, South Khorasan Province, Iran. Tourism Management Perspectives, 2015. 16, 290-297. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2211973615300052?via%3Di> hub. Acesso em 13 ago 2023.

Ghorbani, A., Raufirad, V., Rafiaani, P., & Azadi, H. (2015). **Ecotourism sustainable development strategies using SWOT and QSPM model**: A case study of Kaji Namakzar Wetland, South Khorasan Province, Iran. Tourism Management Perspectives, 16, 290–297. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2015.09.005>

GIL, A. C. **Administração de Recursos Humanos**: Um enfoque profissional. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas - RAE, v.35, n.2, mar./abr., 1995, p.57-63.

GONZÁLEZ, A. F. A. **El valor del fenómeno turístico**: panacea para la ordenación de los espacios interiores deprimidos. In: M. V. Rubio (Eds.). *Los Turismos de Interior: el retorno a la tradición viajera* (pp. 71-80). Madrid: UAM, 1997.

GRABOIS, J. **Que urbano é esse? O habitat num espaço de transição do norte de Pernambuco**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 13, n. 36, maio/ago. 1999.

GRECHI, I. S. F.; TURNES, V. A.; GUZZATI, T. C.; **Políticas Governamentais e Relações Intergovernamentais**: A Contribuição da Política Nacional de Turismo (PNT) para o Desenvolvimento Territorial do Meio Rural em Camboriú-SC. 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/2621-Texto%20do%20Artigo-7941-1-10-20230705.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2024.

GUIMARÃES, M. P. **Arquiteturas sem barreiras**: Notas de aulas na disciplina da Escola de Arquitetura da UFMG. Belo Horizonte, 2007.

HECK, G. S.; FERRARO, J. L.; GALLON, M. S.; Oito Dimensões do Capital da Ciência para (Re)Pensar a Inclusão de Pessoas com Deficiência na Perspectiva Stem, 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/18686-Arquivo-77637-1-10-20240111.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2024.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1998**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/ubirata.html> acesso em: 15 Set, 2020.

INSTITUTO MUITO ESPECIAL (IME); MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). **Projeto Novos Rumos**: Promoção dos Destinos Brasileiros de Acessibilidade – Turismo Muito Especial. Brasília, MTur, 2011.

**IPARDES**: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 2024: Anotações sobre o desempenho do Paraná. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87350>. Acesso em jul., 2024.

KACZAM, et al. **Matriz SWOT como ferramenta estratégica em um restaurante universitário, um estudo de caso**. Disponível em: [www.114REDM27aprepro.org.br/conbrepro/2015/down.php?id=1351&q=1](http://www.114REDM27aprepro.org.br/conbrepro/2015/down.php?id=1351&q=1). Acesso em: 14 out 2023.

KHAN, K., RIET, G., GLANVILLE, J., SOWDEN, A., KLEIJNEN, J. **Undertaking Systematic Reviews of Research on Effectiveness**: CRD's Guidance for those Carrying Out or Commissioning Reviews. NHS Centre for Reviews and Dissemination, University of York, 2001.

KITCHENHAM B. **Guidelines for Performing Systematic Literature Reviews in Software Engineering**. EBSE Technical Report, 2007.

KITCHENHAM, B. **Procedures for Performing Systematic Reviews**. Joint Technical Report Software Engineering Group, Keele University (TR/SE-0401), United Kingdom and Empirical Software Engineering, National ICT Australia Ltd: Australia, 2004.

KITCHENHAM, B; CHARTERS, S. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering**. Technical Report, Keele, University and Durham University Joint Report, 2007.

KLEIN, L. C. **Turismo Rural e Agroindústria: Uma alternativa para o Desenvolvimento Sustentável no Município de Uiratã/PR**. 83f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

KLOSTER, S.; CUNHA, L. A. G. **Desenvolvimento territorial e turismo rural: as relações possíveis**. *Desenvolvimento em Questão*, v. 12, n. 27, p. 66-94, 2014.

LIMA, E. A.; SOUZA, S. L. H. N.; CAVALCANTE, M. M.; SANTOS, J. K. O.; OLIVEIRA, L. C. C. O.; Meireles, J. D. C.; BATISTA, E. C.; **Acessibilidade e inclusão social das pessoas com deficiência física: legislação em vigor, ferramentas jurisdicionais de inclusão e igualdade social**. *Revista Contribuciones a las ciencias sociales*, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/7335/4710>. Acesso em: 09 out. 2024.

MACIEL, C. R. M.; **Portadores de deficiência, a questão da inclusão social**. São Paulo, 2000. Disponível em <https://www.scielo.br/j/spp/a/3kyptZP7RGjjkDQdLFgxJmg/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MAIA, E. M. M. **Turismo rural na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Tijuca Boa Vista em Quixadá (CE)**. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 15 n. 1., p. 1-19, abr. 2015.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Bookman Editora, 2012.

MEDEIROS, L. C.; MORAES, P. E. S.; **Turismo e sustentabilidade ambiental: referencias para o desenvolvimento de um turismo sustentável**. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, 3(2), 197-234.

MINISTÉRIO DO TURISMO – Mtur. **Segmentação do Turismo** – Marcos Conceituais. Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 56 p. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Rural**: orientações básicas. Brasília, DF: Ministério do Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação, 2010.

MOLETTA, V. F.; GOIDANICH, K. L. **Turismo rural**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 1999.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. do. **Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável**. Agricultura São Paulo, v. 51, n. 2, pp. 37-56, 2004.

NOVAES, C. A. **Turismo Rural e Agroturismo Diferenciado de Turismo em Espaço Rural**: Uma Proposta. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.ufrgs.br/mercados/sumarios/anais4/gt02/carla\_novaes.pdf. Acesso em: 13 jul. 2024.

NUNES, E. *et al*; **Inclusão social de portadores de necessidades especiais (pnes) e a prática do turismo em áreas naturais**: avaliação de seis cavidades turísticas do estado de São Paulo. Campinas, SeTur/SBE. Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas, 2008. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.cavernas.org.br/wp-content/uploads/2021/07/ptpc\_v1\_n1\_077-088.pdf. Acesso em: 13 ago 2023.

ONU. Organização Mundial da Saúde, WHO. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)**. 2014. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42407/9788531407840\_por.pdf?sequence=111&isAllowed=y. Acesso em 13 ago 2023.

PAVINATO, J. M. S. **A importância da administração para a agroindustrialização familiar e sua influência no desenvolvimento rural sustentável**. 2018. 147 f. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

PELEGRINI, S. C. A. **Cultura e Patrimônio Histórico**. Estratégias de preservação e reabilitação da paisagem urbana. Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos. Mexico, Universidad Nacional de México, n. 38, 2004.

PETERSEN, K; FELDT, R; MUJTABA, S.; MATTSSON, M. **Systematic Mapping Studies in Software Engineering**. 12th International Conference on Evaluation and Assessment in Software Engineering, Australia, 2008.

PICCOLO, G. M. **Porque devemos abandonar a ideia de educação inclusiva**. Educação & Sociedade. Araraquara, v. 44, n. 260386, p. 1-17, abr 2023. Disponível em: Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ywPj7Z3kdhmL5PLtQhN63hv/#>. Acesso em: 09 de out. 2024.

PLOEG J.D. van der and RENTING, H. **Impact and potential**: a comparative review of European rural development practices. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, 40 (4): 529-543, 2000.

PLOEG J.D. van der et alii. **Rural Development**: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.

PLOEG, J.D. van der.; VAN DIJK, G. (eds.). **Beyond modernization**: the impact of endogenous rural development. Netherlands assen, Van Gorcun, 1995.

POPPER, K. R. **Conjectures and refutations**: The growth of scientific knowledge. Routledge, 1965.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ**. Disponível em:<  
<http://ubirata.pr.gov.br//index.php?sessao=b054603368ixb0&id=1259>> Acesso em 16 nov 2023.

QUEIROZ, P. G. de. **Turismo Rural e Desenvolvimento Local na Agricultura Familiar**. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. XLIII Congresso da SOBER. "Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial". Ribeirão Preto. 2005.

RODRIGUES, A. B. **Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia**. In: Turismo rural: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001 – (Coleção Turismo Contexto).

ROSE, R. **A proposal for integrating structuration theory with coordinated management of meaning theory**. *Communication Studies*, 57(2), 173-196. 2006.

RUBELO, J.; LUCHIARI, M. T.; **O Circuito das Frutas – SP no contexto do turismo rural**. In: Anais... CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL. Piracicaba: FEALQ, p. 211-216, 2005.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: A Proteção do Meio Ambiente. São Paulo: Papyrus, 1997.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACKETT, D.L; STRAUS, S.E; RICHARDSON, W.S; ROSENBERG, W; HAYNES, R.B. **Evidence based Medicine**: how to practice and teach EBM. Churchill Livingstone: Edinburgh, 1996.

SAKAMOTO, Elisa. **Avaliação Multicritério da acessibilidade de propriedades rurais familiares com uso de SIG**: Uma contribuição para o desenvolvimento do território. 2015. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/167/dissertacao\\_sakamoto\\_2015.pdf?sequence=1&isAlloved=y](chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/167/dissertacao_sakamoto_2015.pdf?sequence=1&isAlloved=y). Acesso em 09 jun. 2024.

SAKAMOTO, Elisa; MACHADO, Mariza Helena; LIMA, Josiane Palma. **Acessibilidade de agricultores familiares no município de Itajubá-MG**: O ponto de vista dos usuários. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.anpet.org.br/ssat/interface/content/autor/trabalhos/publicacao/2014/395\\_AC.pdf](chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.anpet.org.br/ssat/interface/content/autor/trabalhos/publicacao/2014/395_AC.pdf). Acesso em 09 jun 2024.

SANCHO, Altair e IRVING, Marta de Azevedo. **Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 sob a ótica da Inclusão Social In**: Caderno Virtual de Turismo, Volume 10, Número 03, ISSN 1677- 6976, publicado em dezembro de 2010, pp

SANTANA, A. C. de. **Elementos de economia, agronegócio e desenvolvimento local**. GTZ; TUD; UFRA, Belém, 2005.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**. Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SANTOS, R. N.; ALCÂNTARA-ELIEL, R.; ELIEL, O. **A ciência e o novo estado do conhecimento**: a contribuição da ciência da informação. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliocon. Ci. Inf., n. 22, p. 16-29, 2006.

SANTOS, T. **A Teoria da Dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação, Ano XII, 10-16, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porte Alegre: Editora da URRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. **Turismo em Comunidades Rurais**: inclusão social por meio de atividades não agrícolas. Disponível em: [http://www.onganama.org.br/pesquisas/artigos/turismo\\_rural\\_schneider.pdf](http://www.onganama.org.br/pesquisas/artigos/turismo_rural_schneider.pdf). Acesso em: 29 abril. 2016.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. **A Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade**: Em busca de uma metodologia. In: Revista paranaense de desenvolvimento. Curitiba, jul/dez, 2004. p. 109 - 135.

**SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO (SEDEST).** Disponível em:

<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=958>.  
Acesso em: 11Ago.2020.

SEN, Amartia. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERAPIONI, M. **Métodos Qualitativos e Quantitativos na Pesquisa Social em Saúde**: algumas estratégias para a integração, 2000. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://www.scielo.org/pdf/csc/2000.v5n1/187-192/pt>. Acesso em: 13 jul. 2024.

SHIN, D-H.; JUNG, J.; CHANG, B-H. **The psychology behind QR codes: users experience perspective**. Computers in Human Behavior. v. 28. N.4.p.1417-1426, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0747563212000702?via%3Dihub>. Acesso em: 21Abril.2024.

SILVA, M.T.F.; SILVA, T.F. **“Terra mãe do Brasil, seus caminhos, segredos e sabores”**: gastronomia, turismo em espaço rural, sustentabilidade. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v 17, n.1, fev-abr 2024, pp. 124-133.

SILVEIRA, M. A. T. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo rural**: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001, p.133-150.

SOUZA, M.; KLEIN, Â. L. **Rural ruralidade, pluriatividade e multifuncionalidade do desenvolvimento rural**. In: SOUZA, M. de; DOLCI, T. S. Turismo rural: fundamentos e reflexões. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

STRASSBURGER, N. C. **Contribuição do Turismo Rural na Sustentabilidade das Propriedades Lindeiras ao Lago de Itaipu no Paraná**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2023.

TALAVERA, A. S. **Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações**. São Paulo: Aleph, 2009.

TINHINANE, Laggab; FOUZIA, Laib. La mobilité touristique: **une mobilité pour une meilleure mise en valeur touristique cas de la ville de Bejaïa**. 96f. Mémoire de maîtrise (Diplome de Master Architecture, Ville et Territoire) - Université Abderrahmane MIRA, Bejaïa- ALG, 2017. Disponível em: <http://www.univ-bejaia.dz/dspace/bitstream/handle/123456789/3127/La%20mobilit%C3%A9%20touristique%20Une%20mobilit%C3%A9%20pour%20une%20meilleure%20mise%20en%20valeur%20touristique%20Cas%20de%20la%20ville%20de%20Beja%C3%AFa?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 jan. 2018.

Tulik, O. **Turismo e desenvolvimento no espaço rural**: desenvolvimento, conceitos e tipologias. In: O. S. Santos & M. Souza (orgs.). *Teoria e Prática do Turismo no Espaço Rural*. Barueri, São Paulo: Manole, 2010.

TULIK, O. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

UNWTO. **World Tourism Organization**. Disponível em <https://www.unwto.org/>. Acesso em 13 ago 2023.

**UNWTO**. World Tourism Organization. Disponível em <https://www.unwto.org/>. Acesso em 13 ago. 2023.

VALDUGA, M. C., OLIVEIRA, R. L., SILVA, M S.; TAVARES, B. C. **Inovação e Empreendedorismo no Turismo Rural**: Limites e potencialidades de novas tendências no cenário brasileiro. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, v. 15, n. 3, Dezembro/2021.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

VERDUM, Roberto. **Diversidade e conflitos ambientais no Brasil**. *L'Ordinaire Mexique Amerique Centrale, Toulouse*, v. I, n. 200-201, p. 71-78, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar e Perspectivas**. 2ª ed. Passo Fundo. EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WANDSCHEER, E. A. R., & Teixeira, A. R. **Novas ruralidades**: demandas e potencialidades da sociedade contemporânea. In: O. S. Santos & M. Souza (orgs.). *Teoria e Prática do Turismo no Espaço Rural*. Barueri, São Paulo: Manole, 2010.

WANG, K.; J., & Hong, W.; C. **Competitive advantage analysis and strategy formulation of airport city development**: The case of Taiwan. *Transport Policy*, 18(1), 276-288, 2011.

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0967070X10001083?via%3Dihub>. Acesso em 13 ago. 2023.

WEBSTER, J; WATSON, J. T. **Analyzing the past to prepare for the future**: writing a literature review. *MIS Quarterly & The Society for Information Management*, v. 26, n. 2, p.13-23, 2002.

WEHRICH, H. **The Tows matrix**: A tool for situational analysis. *Long Range Planning*. 15(2), 54-66, 1982.

WORLD ECONOMIC FÓRUM. **Young Global Leaders Sharing Economy Dialogue Position Paper 2013**. Disponível em chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www3.weforum.org/docs/WEF\_YGL\_CircularEconomyInnovation\_PositionPaper\_2013.pdf. Acesso em 13 ago 2023.

ZANCO, A. M.; CORBARI, F; ALVES, A. F. **Conexão Entre as Teorias de Redes e as Redes Solidárias**, Corumbá-MS, 2018.

ZEN, S. R. B. **Turismo Rural e Sustentabilidade**: Subsídios para elaborar um projeto de educação ambiental no ensino médio de Ubiratã-PR. 2005. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia da Produção, Gestão de Qualidade Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

## **APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA OS PROPRIETÁRIOS DOS EMPREENDIMENTOS RURAIS QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO**

O(A) SENHOR(A) ESTÁ SENDO CONVIDADO(A) A PARTICIPAR, COMO VOLUNTÁRIO, DE UMA PESQUISA DE CARÁTER CIENTÍFICO. APÓS SER ESCLARECIDO(A) SOBRE AS INFORMAÇÕES A SEGUIR, NO CASO DE ACEITAR FAZER PARTE DO ESTUDO, ASSINE AO FINAL DESTES DOCUMENTO, QUE ESTÁ EM DUAS VIAS. UMA DELAS É SUA E A OUTRA É DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL. DESDE LOGO FICA GARANTIDO O SIGILO DAS INFORMAÇÕES.

O ACADÊMICO DANIEL GARCIA DA ROSA, Nº MATRÍCULA , ENCONTRA-SE REGULARMENTE MATRICULADO NO CURSO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (PPGDRS) DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE).

O REFERIDO ALUNO TEM COMO PROPOSTA DE DISSERTAÇÃO: ACESSIBILIDADE DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL: UM ESTUDO DA ROTA AGROBIRATÃ, SOB A ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA DOUTORA ROSISLENE DE FÁTIMA FONTANA, TENDO COMO OBJETIVO PRINCIPAL: INVESTIGAR A ACESSIBILIDADE NOS EMPREENDIMENTOS DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL NA ROTA AGROBIRATÃ, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ-PR.

DESSE MODO, PARA QUE TAL OBJETIVO SEJA ALCANÇADO, O REFERIDO ALUNO ADOTARÁ OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

- OBSERVAÇÃO INDIRETA, COM VISITAS IN LOCO NAS PROPRIEDADES E CONVERSAS INFORMAIS COM OS PROPRIETÁRIOS;
- UTILIZAÇÃO DE UM CHECKLISTS;

EU, \_\_\_\_\_,  
 DECLARO, POR MEIO DESTE TERMO, QUE CONCORDEI EM COLABORAR COM A PESQUISA  
 INTITULADA \_\_\_\_\_, DESENVOLVIDA POR  
 \_\_\_\_\_, COORDENADA/ORIENTADA POR  
 \_\_\_\_\_ A QUEM PODEREI CONTATAR/CONSULTAR A QUALQUER  
 MOMENTO QUE JULGAR NECESSÁRIO ATRAVÉS DO TELEFONE Nº  
 \_\_\_\_\_, OU E-MAIL: \_\_\_\_\_.

AFIRMO QUE ACEITEI PARTICIPAR POR MINHA PRÓPRIA VONTADE, SEM RECEBER  
 QUALQUER INCENTIVO FINANCEIRO OU TER QUALQUER ÔNUS E COM A FINALIDADE  
 EXCLUSIVA DE COLABORAR PARA O SUCESSO DA PESQUISA.

FUI INFORMADO(A) DOS OBJETIVOS DO ESTUDO E DOS PROCEDIMENTOS  
 METODOLÓGICOS A SEREM UTILIZADOS E ESTOU CIENTE QUE MINHA COLABORAÇÃO SE  
 FARÁ POR MEIO DE CONVERSAS INFORMAIS, A PARTIR DA ASSINATURA DESTA  
 AUTORIZAÇÃO. TAMBÉM DECLARO ESTAR DE ACORDO COM O USO DE IMAGENS (FOTOS).

ESTOU CIENTE DE QUE, CASO EU TENHA DÚVIDA OU ME SINTA PREJUDICADO(A),  
 PODEREI CONTATAR O(A) PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL OU SEUS ORIENTADORES.

FUI AINDA INFORMADO(A) DE QUE POSSO ME RETIRAR DESSE(A)  
 ESTUDO/PESQUISA/PROGRAMA A QUALQUER MOMENTO SEM SOFRER QUALQUER SANÇÕES  
 OU CONSTRANGIMENTOS.

ASSINATURA DO(A) PARTICIPANTE: \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO(A) PESQUISADOR(A): \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO(A) COORDENADOR(A)/ORIENTADOR(A): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_.

## APÊNDICE B - CHECK LIST BÁSICO

CHECK LIST BÁSICO		
Área externa do Empreendimento Turístico		Sim/não/não se aplica
1	Existem estradas de acesso à propriedade?	
2	Há sinalização no acesso à propriedade?	
3	Existem caminhos externos (calçadas) com inclinação acentuada e desníveis (degraus)?	
4	Há rebaixamento de guia calçada?	
5	O rebaixamento segue as recomendações da norma?	
6	A pavimentação está em bom estado de conservação? (sem buracos)	
7	Há largura livre de circulação suficiente para passar uma cadeira de rodas confortavelmente?	
8	Há vaga demarcada para embarque/desembarque de pessoas com deficiência?	
Área interna do Empreendimento Turístico		
9	Existe vaga reservada para estacionamento de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência?	
10	Há caminhos internos (corredores) a serem percorridos com inclinação e desníveis?	
11	Há algum tipo de canaleta ou valeta sem tampa de proteção?	
12	Há grelhas inadequadas no piso dos espaços de circulação?	
13	O balcão é acessível? (altura, área para aproximação frontal)	
14	Existe bloqueio acessível?	
15	Os corredores permitem a passagem de uma pessoa em cadeiras de rodas?	
16	As portas possuem largura mínima de 80 cm?	
17	As maçanetas são do tipo alavanca?	
18	Existe desnível nas soleiras das portas?	
19	Há bebedouro acessível?	
20	O empreendimento tem mais de um pavimento?	
21	Quantos pavimentos possui a edificação?	
22	O(s) pavimento(s) é (são) acessível (is) para pessoas em cadeiras de rodas?	
23	Existe elevador?	
24	O elevador está adequado? (1)	
25	Existe rampa em algum local?	
26	A rampa está de acordo com as recomendações da norma? (Corrimão, piso tátil, inclinação)	
27	Há escadas seguindo as recomendações da norma (corrimãos, sinalização tátil)?	
28	Há banheiro acessível? (Banheiro individual ou boxe)	
29	O sanitário acessível apresenta todos os acessórios instalados como recomendado?	

30	Há sinalização tátil no piso?	

(1) Elevador acessível para pessoas com mobilidade reduzida, cumprindo as normas de acessibilidade para garantir que todas as pessoas possam utilizá-lo com segurança e facilidade.

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA INFORMAL

### **1. Informações Iniciais:**

- \* Nome da propriedade rural:

### **2. Conhecimento sobre Acessibilidade:**

\* Como a propriedade rural aborda atualmente a questão da acessibilidade para pessoas com deficiência?

\* Quais medidas específicas foram implementadas para garantir que a propriedade seja acessível a todos?

### **3. Instalações e Infraestrutura:**

\* Quais são as principais instalações e infraestrutura disponíveis para os visitantes na propriedade rural?

\* Como essas instalações são adaptadas para atender às necessidades de visitantes com diferentes tipos de deficiência?

### **4. Atendimento ao Cliente:**

\* Como a equipe da propriedade rural está treinada para lidar com visitantes com deficiência?

\* Existe algum procedimento específico para atender às solicitações de visitantes com deficiência?

### **5. Desafios e Oportunidades:**

\* Quais são os maiores desafios enfrentados pela propriedade em relação à acessibilidade no turismo rural?

\* Existem oportunidades identificadas para melhorar a acessibilidade e a experiência do visitante?

### **6. Feedback dos Visitantes:**

\* Como a propriedade coleta feedback dos visitantes com relação à acessibilidade?

\* Pode compartilhar exemplos de feedback positivo ou sugestões de melhorias recebidas de visitantes com deficiência?

### **7. Parcerias e Colaborações:**

\* A propriedade rural colabora com organizações ou entidades que promovem a acessibilidade no turismo?

\* Existem parcerias estabelecidas para melhorar a acessibilidade na região?

### **8. Futuras Iniciativas:**

\* Quais são os planos futuros da propriedade para melhorar ainda mais a acessibilidade no turismo rural?

\* Existem projetos em andamento ou planejados para abordar questões específicas de acessibilidade?

### **9. Considerações Gerais:**

\* Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre a abordagem da propriedade à acessibilidade no turismo rural?